

**Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Instituto Multidisciplinar
Departamento de História e Economia**

Luana Ladislau Medeiros

**A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922: José Mariano Filho e
sua reinvenção das tradições**

**Nova Iguaçu
2014**

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922: José Mariano Filho e sua
reinvenção de tradições

Luana Ladislau Medeiros

Monografia apresentada ao Curso
de História como requisito parcial
para obtenção do título de
Licenciado em História.

**Orientador: Professor Doutor
Marcos José de Araújo Caldas**

**Nova Iguaçu
2014**

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922: José Mariano Filho e sua
reinvenção de tradições

Luana Ladislau Medeiros

Orientador: _____

Monografia do curso de história da Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de
Licenciado em História.

Aprovada por:

Presidente, prof.

Professor dr. Julio Cesar Ribeiro Sampaio

Professora dra. Raquel Alvitos

**Nova Iguaçu
2014**

Agradecimentos

Primeiramente a Deus, que está acima de todas as coisas, que é a minha maior necessidade, que está comigo em todo tempo, que me permitiu começar e terminar essa graduação. Graduação que foi um presente dado por Ele para que eu crescesse intelectualmente e me aperfeiçoasse, me adaptasse a uma realidade que eu ainda não havia percebido. Obrigada Deus, por cuidar dos mínimos detalhes.

Agradeço também aos meus pais e irmã, que me acompanharam desde o início, que me abraçaram quando vi que tinha passado no vestibular e quando me formei. Que me ajudaram todas as vezes em que eu estava cansada e estressada por conta das leituras intermináveis. À minha mãe especialmente que muitas vezes deixou de descansar para me socorrer porque eu estava cheia de tarefas, não tenho palavras mãe, para te dizer o quanto cada gesto foi fundamental para minha formação. E ao meu querido pai, pela paciência por tantas vezes em que me chamou pra passear e eu não pude por conta dos prazos e semanas de prova. Obrigado por não parar de convidar pai, agora eu vou a todas.

Aos meus amigos, loucos, engraçados, alegres, honestos, fortes, leais. Obrigada pela infinita paciência todas as vezes, e não foram poucas, em que eu disse: não posso, tenho que estudar. Obrigada pelos momentos de lazer, graças a vocês essa graduação se tornou menos difícil, porque foi com vocês que, na maioria das vezes, eu relaxava e fugia um pouco da rotina cansativa. Vou dar umas pequenas férias pra vocês, mas se preparem pra quando eu chegar ao mestrado, porque vai ser pior.

À Olívia, Roseane e Thamires, amigas inseparáveis que eu peguei pra mim no terceiro período e não larguei, e não vou largar nunca mais. Não dá pra calcular quantas vezes repetimos a frase: dessa vez eu vou me dar mal! Não é amigas? Mas a gente se deu bem! Vou levar para a vida toda tudo que eu aprendi como exemplo de vocês três, amáveis, compreensivas, pacíficas, perdoadoras, esforçadas, guerreiras, inteligentes demais da conta! Lindas! Minhas amigas! Minhas!

Ao meu professor orientador Marcos Caldas, por ter se disponibilizado a me ajudar desde o início, quando eu estava totalmente perdida e assustada com esse trabalho que foi tão difícil de fazer. Se não fosse o Sr eu não teria conseguido. Obrigada pela inspiração, por ser esse homem brilhantemente inteligente e humilde, obrigada pela paciência e pelos conselhos, nunca irei esquecer. Queria poder retribuir toda atenção e ajuda, não sei como fazê-lo de outra forma que não seja incluí-lo em minhas orações para que Deus te abençoe mais e mais. Obrigada professor.

MEDEIROS, Luana Ladislau.

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922: José Mariano Filho e sua reinvenção de tradições. Luana Ladislau Medeiros. UFRRJ. 2014.

128 p.

Orientador: Marcos José de Araújo Caldas.

Monografia (Licenciatura) – UFRRJ/ Instituto de Ciências Humanas e Sociais/ Departamento de História, 2014.

Referências bibliográficas: (indicar as páginas)

Patrimônio Histórico. 2. História do patrimônio da cidade do Rio de Janeiro. 3. O pensamento de José Mariano Filho e a Exposição de 1922. 4. História das Ideias. I. CALDAS, Marcos José de Araújo. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Curso História. III. Licenciatura.

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922: José Mariano Filho e sua reinvenção de tradições

Luana Ladislau Medeiros

Orientador: _____

Resumo da Monografia do curso de história da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Licenciado em História.

Este trabalho tem por objetivo traçar o processo de evolução da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX, mostrando não somente as transformações espaciais como também as sociais, para, dentro desse processo identificar elementos que caracterizem uma busca pela identidade nacional e pelas tradições do país representadas na ideia de patrimônio histórico que, naquele momento, ainda estava sendo moldada. Utilizamos alguns dos discursos políticos de 1921 e 1922 que se referiam as obras, às mudanças, à tradição, à Exposição entre outros assuntos. Através desses discursos mostraremos a mentalidade não somente da elite política da época como também da nação que, representada por eles, deixava, ainda que minimamente, suas posturas impressas em movimentos e reivindicações populares e na busca por melhores condições de vida e moradia. A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922 foi escolhida como ponto de partida para essa identificação pois o evento foi organizado dentro desse contexto de debates acerca do que seria a tradição brasileira, o evento tinha por objetivo mostrar a evolução do país no que se referia a modernidade mas, ao mesmo tempo, foi realizado para comemoração do primeiro centenário de independência da nação, momento em que as tradições também seriam destacadas junto à história do país. Como personagem principal, destacamos José Mariano Filho, crítico das artes e arquitetura, que lutou pelo reconhecimento de uma tradição brasileira que talvez, e essa é a ideia que com tudo isso tentamos defender, ninguém conhecesse.

Palavras-chave: Patrimônio; Exposição Internacional; José Mariano Filho.

Nova Iguaçu
2014

The International Exhibition of Rio de Janeiro 1922: José Mariano Filho and yours
reinvention the traditions

Luana Ladislau Medeiros

Mentor: Marcos José de Araújo Caldas
Monograph of the Course of History, Institute of Humanities and
Social, Universidade Federal Rural of Rio de Janeiro, as part of the requirements
needed to obtain the title of Degree in History.

This paper aims to trace the evolution process of the city of Rio de Janeiro in the early twentieth century, showing not only the social as well as spatial transformations, for within that process to identify elements that characterize a search for national identity and traditions the country represented in the idea of heritage, at that time, was still being shaped. We use some of the political speeches of 1921 and 1922 which concerned the work, to change, to tradition, the exhibition among others. Through these speeches show the mindset not only of the political elite of the time as well as the nation, represented by them, made even minimally, in their printed movements and popular demands and the search for better living conditions and housing postures. The International Exhibition of Rio de Janeiro in 1922 was chosen as the starting point for this identification because the event was organized within this context of debates about what would be the Brazilian tradition, the event was intended to show the evolution of the country when it came to modernity but at the same time, was held to commemorate the first Centenary of Independence of the nation, when that traditions would also be deployed along the country's history. As a main character, we feature José Mariano Filho, critic of art and architecture, which fought for the recognition of a Brazilian tradition that perhaps, and this is the idea that to try to defend it all, no one knew.

Keywords: Heritage; International Exhibition; José Mariano Filho.

Nova Iguaçu
2014

Sumário

Introdução	9
1.Entendendo a linguagem política	10
2. Às vésperas do evento	18
2.1 Patrimônio histórico	34
2.2 Reinvenção de Tradições	42
2.3 Nacionalismo	46
3. Capitalidade	53
3.1 A transformação da cidade do Rio de Janeiro	56
3.2 O lado social	65
4. O Primeiro Centenário da Independência do Brasil e a sua primeira Exposição Internacional	68
4.1 Projetos e contradições.....	80
4.2 José Mariano Filho.....	85
5- O legado da exposição.....	108
Conclusão.....	112
Anexos.....	115
Fontes.....	123
Bibliografia.....	124

Introdução

Sete de setembro de 1922. O Brasil comemora o centésimo ano de sua independência com suntuoso evento na cidade do Rio de Janeiro. Estrangeiros de toda parte vieram assistir. Nas ruas da cidade pessoas alvoroçadas aguardavam a abertura oficial do evento. O novo formato que a cidade havia tomado ainda não tinha sido completamente assimilado pela população. Tudo era belo, novo e luxuoso. As ruas haviam ganhado novos sentidos e o espaço agora era mais amplo, arejado, diferente.

A velha e pobre população que ali se encontrava já não era a mesma quantidade de antes. Nem os velhos nem os novos moradores conheciam aquela cidade como a palma de suas mãos. Muito havia sido mudado ao longo de um curto período de tempo. Demolições e construções passaram a fazer parte de sua rotina desde tempos atrás. A cidade mudava, e junto com ela, a população.

Políticos entravam e saíam da câmara dos deputados e do senado em um Rio de Janeiro, então Capital Federal. Intensos e calorosos diálogos fizeram parte do seu cotidiano nos períodos anteriores ao evento. Diferentes propostas, discussões, apoio, discordâncias e debates não cessaram nos recintos em busca da efetivação de propostas, projetos, leis e decretos ligados a transformação da cidade, à recepção dos estrangeiros e ao evento de 1922.

Fora do círculo político havia a atuação de críticos que defendiam diferentes ideias a respeito da tradição brasileira a ser colocada em destaque no evento. O nome que destacaremos no presente trabalho é o de José Mariano Filho, médico por formação, mas um grande ator no cenário arquitetônico e artístico do Rio de Janeiro entre a década de 1920 e 1940. Período em que participou do acalorado debate que só não era político sob o ponto de vista oficial, mas que, como veremos, era repleto de elementos característicos desse meio, como por exemplo, a reivindicação por legislação protetora das artes e patrimônio, as denúncias sobre o não cumprimento da lei por parte dos próprios governantes no que dizia respeito às obras arquitetônicas realizadas na cidade e outras. E foi dentro dessas críticas que identificamos, através dos discursos de Mariano, a sua busca e defesa por uma tradição que o país não conhecia. Sua atuação, portanto, foi uma tentativa de reinvenção de uma ‘tradição brasileira’.

Quando o ainda presidente da República, Epitácio Pessoa (1865-1942)¹, finalmente abre oficialmente o evento de comemoração do Primeiro Centenário da Independência do Brasil e a sua primeira Exposição Internacional, inicia também a abertura do país para os olhos do mundo. Tudo que aqui se desenvolveu, na agricultura, na tecnologia, nas indústrias de todo tipo e até mesmo na cultura, passam a ser exibidos em pavilhões especialmente construídos em uma parte selecionada da cidade. Ainda que nesse local vários países tivessem construído também seus galpões para ali mostrar seus avanços tecnológicos, o Brasil era o centro das atenções. Era a primeira vez que sediava uma Exposição Internacional.

A escolha do estilo arquitetônico, de todas as obras feitas na cidade e dos edifícios erigidos especialmente para o evento, foi um dos principais assuntos em pauta nos debates entre políticos, engenheiros, arquitetos, artistas e críticos do assunto nos anos imediatamente anteriores. Que estilo arquitetônico e paisagístico representaria a originalidade da cultura brasileira? A busca pelas origens brasileiras não era novidade, mas, naquele momento, a novidade era destacar na história do país tudo que exaltasse suas qualidades e mostrasse sua evolução. A história e cultura do país seriam então representadas tanto naquele evento, quanto na grandiosa mudança estrutural da cidade do Rio de Janeiro. Era preciso estabelecer que história e que cultura eram essas. Era preciso identificar e representar as tradições.

Veremos nesse trabalho que tradições foram encontradas, quais foram destacadas, quais foram ignoradas e quais foram transformadas ou ressignificadas. Que momento político e social o Brasil estava vivendo no período próximo ao evento, que mudanças a cidade sofreu, em que situação ficou a população pobre, que ideias eram debatidas e por quem, quais prevaleceram e porquê.

1. Entendendo a linguagem política

Na presente pesquisa, utilizamos, entre outros, discursos de políticos nos períodos próximos ao evento, 1921 e 1922, para entender o contexto político, econômico e social vivido pela população brasileira naquele período. Por isso, a utilização das ideias contidas no

¹ Neste ano, em março, fora eleito para um mandato de 4 anos, o presidente Artur Bernardes (1875-1955).

o trabalho de Pocock sobre análise do discurso político² se fez imprescindível para melhor entendimento e aproveitamento desses discursos. Pocock entende o discurso político como ações para reagir a fatos passados, modificar fatos presentes ou criar futuros³. Para entendê-lo dessa forma é preciso perceber os diferentes pontos de vista envolvidos, como cada ator percebe e reage aos fatos em questão. Para isso é preciso reconstruir o discurso, ou seja, fazer uma análise do contexto da fala.

“ O historiador persegue sua primeira meta, lendo extensivamente a literatura da época e aguçando a sua própria sensibilidade e intuição para detectar a presença dos diversos idiomas. Em certo grau, portanto, seu processo de aprendizado é um processo de familiarização, mas ele não pode permanecer meramente passivo e receptivo à linguagem (ou linguagens) que lê e, com freqüência, deve empregar certos procedimentos de detecção que lhe tornam possível a construir e validar hipóteses, no sentido de estabelecer que tais e tais linguagens estavam sendo empregadas e podiam ser empregadas de tais e tais formas ”⁴.

Segundo Pocock, a história do pensamento político é diferente da história do discurso político, e no final da década de 50 estudiosos faziam separação entre as linguagens do debate político e os participantes do debate político, filósofos classificavam a linguagem de diferentes maneiras, o que houve foi um abandono da ênfase da história do pensamento para ênfase do discurso. A primeira delas está ligada ao estudo de homens e mulheres pensantes, com linguagem autocrítica⁵. Consoante Pocock, em 1956 Peter Laslett começou a investigar os discursos políticos e percebeu a variedade de linguagens em que o debate podia se desdobrar e também a perceber a reação dos participantes uns contra os outros⁶. Mas somente com os trabalhos de Quentin Skinner, os historiadores do pensamento político começaram a separar as proposições filosóficas sobre o ato da fala de seus estudos e a estabelecer a lógica de sua própria pesquisa⁷.

² POCOOCK, J. G. A., 1924- Linguagens do ideário político/J.G.A. Pocock; Sérgio Miceli (org) tradução Fábio Fernandes. São Paulo, EDUSP, 2003.

³ Pocock, J. G. A. Op. Cit. P. 25,26.

⁴ IBIDEM. P. 33.

⁵ IBIDEM, p. 24.

⁶ Laslett APUD Pocock p. 24,25.

⁷ Pocock,, J. G. A. op. cit. p. 26.

Skinner fala sobre a análise das intenções dos atores da fala⁸, ideia que recebeu críticas a que diziam que seria impossível compreender as intenções de alguém através de sua fala, se levantaram questões como: Será que a intenção do autor estava clara em sua mente antes de preparar o discurso? Não seria possível que somente depois de escrever ele tenha realmente entendido ou encontrado suas intenções? Ou, ainda, será que ele não tinha mais de uma intenção ao preparar o discurso mas na hora acabou escolhendo apenas uma delas? O autor poderia também não conhecer suas intenções até que as colocasse em um papel⁹.

Na defesa das ideias de Skinner, Pocock diz que as intenções existem independentes à linguagem em que o texto será construído, que apesar de difícil não é impossível conseguir fazer essa análise, que o que o historiador deve fazer para fugir de enganos é juntar o máximo de provas possíveis, analisar vários textos do ator e seu contexto, pois quando alguém entra em uma discussão política é porque pretende defender seus ideais, ou os de alguém, ou ainda ir contra os de alguém. Em sua fala haverá elementos de influência que esse indivíduo sofreu em algum momento ou ao longo de sua vida. Dessa forma conseguirá tirar o máximo de informações do discurso analisado¹⁰.

Ao insistir no resgate das intenções do autor, Skinner colocava fora de consideração as intenções que o autor não poderia ter levado a efeito porque não disporia de linguagem em que pudessem ser expressas. E quando ele diz que o historiador precisa saber “o que o ator estava fazendo” ele não abandonou a noção de intenção já que perguntar o que o ator estava fazendo sugere uma lacuna entre a intenção e o efeito¹¹.

É preciso estabelecer em que linguagem o discurso estudado foi desenvolvido. Essa linguagem são idiomas (linguagens restritas a uma atividade específica) e retóricas. Esses idiomas vão variar de acordo com as práticas institucionais da sociedade. Na análise do discurso político a primeira meta do historiador é ler a literatura da época e detectar a presença dos diversos idiomas, se familiarizar com eles¹². Mas não deve permanecer passivo, ele tem que construir hipóteses. Para não cair em erros de interpretação, o historiador deverá mostrar indícios que confirmem sua interpretação, ele não poderá, por exemplo, detectar uma linguagem baseado em aspectos de sua própria cultura¹³. Ele vai encontrar, interpretar e

⁸ Skinner APUD Pocock p. 27.

⁹ Pocock, J. G. op. Cit. p. 27,28.

¹⁰ IBIDEM. p. 27, 28.

¹¹ Skinner APUD Pocock, p. 28.

¹² Pocock. Op. Cit.. P. 33.

¹³ Pocock. Op. Cit. P. 34.

expor insinuações que no texto original podem não ter sido ditas, vai falar de convenções e regularidades que não permitiram que certas palavras fossem ditas, ele vai “*explicitar o implícito*”¹⁴”.

Toda linguagem alude a elementos de uma experiência da qual ela provém¹⁵, sob esse ponto de vista podemos concluir que de uma linguagem corrente no discurso público de uma sociedade política pode-se esperar que ela aluda a instituições, autoridades e valores simbólicos. Um historiador não pode retirar as características que o passado deu a uma linguagem, ele não pode isolá-la no presente. O discurso político é animado por necessidades do presente, mas a tensão existente é entre os usos estabelecidos e a necessidade de usar as palavras de uma maneira nova. Se a sociedade estava mudando, e com ela as normas também, no período em que o discurso estudado foi dito, cabe ao historiador encontrar indícios de que as palavras estavam sendo usadas de novas maneiras, como resultado de novas experiências e dando origem a novos problemas e possibilidades do discurso¹⁶.

A dificuldade que o historiador encontrará é que para ele essas mudanças e influências podem ser muito claras, pois ele é um observador do século XXI, mas para os atores do século XVII por exemplo, como é o caso dos textos que Pocock analisa, elas não eram tão claras. Por isso o historiador deve apenas indicar como as mudanças na linguagem no período estudado indicam mudanças no contexto histórico¹⁷.

As necessidades práticas dos discursos políticos desses atores do passado não estão claras à primeira vista, mas também não impossíveis de serem encontradas. O historiador pode entender suas estratégias e intenções a partir de outros textos que escreviam, do conhecimento da linguagem que utilizavam, das comunidades de debate a que pertenciam, dos programas de ação que colocaram em prática e da história do período em geral.

O contexto pode dar continuidade a uma linguagem, pode indicar que a linguagem continuava a ser usada mesmo em um mundo que estava mudando, ou inovar o uso dela. Ao analisarmos um discurso esperamos que ele indique a situação prática que seu autor estava vivendo, o argumento que ele queria defender, a ação que ele queria legitimar ou invalidar, etc. Mas a situação prática abrange a situação lingüística porque *as linguagens são os instrumentos da consciência*¹⁸.

¹⁴ Pocock. Op. Cit. P. 35.

¹⁵ Pocock. Op. Cit. P. 36.

¹⁶ Pocock. Op. Cit. P. 37.

¹⁷ Pocock. Op. Cit. P. 38.

¹⁸ Pocock. Op. Cit. P. 39.

“Nossa compreensão de o que ele estava fazendo quando executou seu lance depende portanto, em grande parte, de nossa compreensão da situação prática na qual ele se encontrava, do argumento que ele desejava defender, da ação ou norma que ele desejava legitimar ou invalidar, e assim por diante. Esperamos que seu texto indique tal situação, uma situação da qual temos algum conhecimento independente por meio de outras fontes. a situação prática incluirá pressões, restrições e encorajamentos aos quais o autor estava sujeito ou acreditava estar sujeito, originados nas preferências e antipatias de terceiros e nas limitações e oportunidades do contextos político, tal como ele o percebia ou vivia” ¹⁹

Quando um ator usa uma linguagem de segunda ordem ele está *“falando de algo costumeiro de uma maneira não costumeira”*²⁰. As mudanças no uso da linguagem podem ocorrer sem que o autor perceba ou tenha intenção, e elas se perpetuam na medida em que vão sendo repetidas. Quanto mais rica a diversidade de idiomas ou linguagens de um discurso, mais variados serão os atos de fala inovadores de um autor no contexto lingüístico²¹.

Existem diferentes tipos de atos de fala. Por exemplo, o autor pode escrever um texto que ele quer que seja publicado ou pode escrever um texto secreto que só será conhecido após sua morte. Nesses dois tipos de intenção a análise do historiador deverá levar em conta diferentes elementos críticos, entre eles, a resposta do leitor²².

Existem respostas que não foram registradas e o historiador, obviamente, não poderá estudá-las, mas isso não significa que ele não deva procurar meios de descobrir e entender a mentalidade dos ouvintes, dos leitores, da maioria que não registrou discurso. Um dos meios de encontrar essa mentalidade está na análise do discurso do autor pois, em muitos casos, ele busca conhecimento do público para o qual irá discursar, de suas necessidades, e coloca propositalmente nesse discurso elementos que atraíam a atenção dos receptores, numa tentativa de agradá-los e manipulá-los²³.

Mesmo nos casos em que essa manipulação funciona, a resposta do leitor terá algo dele, mesmo que seja minimamente, mas terá. Isso porque o diálogo ajuda na articulação da percepção. Quando uma pessoa partilha sua linguagem com outro, e vice-versa, ambos terão

¹⁹Pocock. Op. Cit. P.39.

²⁰ Pocock. Op. Cit. P. 40.

²¹ Pocock. Op. Cit. P. 40.

²² Pocock. Op. Cit. P. 43.

²³ Pocock. Op. Cit. P. 44.

uma maior percepção, uma melhor visão, mais opções. Outro ponto importante é que a verbalização de uma resposta representa liberdade de ação²⁴.

Em alguns discursos, como já vimos, a intenção do autor fica bem clara. Esse é o texto que alcança unidade. Não há um princípio que garanta a unidade do texto, é preciso levar em consideração a reconstrução da performance do autor, ou seja, ele deve se perguntar “*por meio de que atos, efetuados em que momentos e em que contexto*”²⁵ o texto foi dotado de unidade. Se o historiador encontrar algum postulado que garanta unidade ao texto, mesmo assim ele terá que indagar sobre a presença e a ação desse postulado na história. Ele poderá descobrir que esse postulado estava na linguagem e por isso terá que analisá-la comparando-a com falas do mesmo autor ditas em diferentes períodos²⁶.

A literatura política não deve ser tratada como textos de filosofia (que são claras expressões da consciência do autor). Como já foi dito, pode acontecer de o discurso não representar a única opção que o autor tinha em mente, mas pode representar aquela que ele escolheu. No caso da publicação de um discurso ou não-publicação, encontraremos grandes diferenças a respeito da intenção do autor porque o ato de discursar é diferente do ato de publicar²⁷.

O autor que publica mas busca uma circulação limitada, pode estar tentando delimitar seu público, ele pode usar sua linguagem dupla, ele assegura que sua fala seja conhecida por terceiros. Os leitores, por sua vez, irão interpretá-los a partir de suas próprias referências, que nem sempre serão as mesmas que as do autor. O historiador deve, portanto, observar dois aspectos. Os processos que envolvem a história do discurso e a comunicação que envolve outros autores²⁸.

A “*linguagem interage com a experiência*”²⁹. Isso significa que nem sempre ela representa uma construção feita ao longo do tempo, pois ela também pode representar a experiência daquele momento. Os integrantes de uma sociedade têm experiências novas a todo tempo, através do estudo da linguagem o historiador encontrará essas experiências e entenderá as respostas que esses integrantes articulavam.

²⁴ Pocock. Op. Cit. P. 45.

²⁵ Pocock. Op. Cit. P. 50.

²⁶ Pocock. Op. Cit. P. 51.

²⁷ Pocock. Op. Cit. P. 52.

²⁸ Pocock. Op. Cit. P.53.

²⁹ Pocock. Op. Cit. P. 55.

A expressão vai variar ao longo do tempo, ela vai se adaptando, se construindo, se renovando. Uma das maneiras para que isso aconteça é o envolvimento em discursos e debates. Entre os vários momentos do discurso que o historiador deve observar está o momento da resposta que implicações a linguagem levava e que definiam a forma como era usada³⁰.

O pensamento político sempre esteve baseado em paradigmas, mesmo quando houve um movimento de volta a paradigmas anteriores, observa-se que nem tudo era igual. Entre os antigos do pensamento político é possível se constatar, por exemplo, a organização feita em torno das noções de Deus, natureza e lei. A lei podia ser conhecida através da filosofia e da fé. O indivíduo que vivia em sociedade era regido por princípios morais. Eram paradigmas do Direito Natural, naturalismo³¹.

A cidadania nas Repúblicas incluía a liberdade do cidadão, mas era limitada pois ele não podia governar a si mesmo, estava sujeito à autoridade do soberano. Existiam direitos, mas, segundo Hobbes, eles não podiam ser reivindicados contra a soberania porque era como Deus havia feito o homem, submisso à autoridade. O homem que possuía devoção ao bem público e era propício a praticar os códigos éticos, era um homem que possuía virtudes. Virtude aparece então intimamente relacionada à cidadania. Governar e ser governado era uma noção de igualdade, devido a essa função do homem virtuoso. Ele não possui o governo de si, ele é governado, mas isso não é um problema, é sua natureza³².

Na República as desigualdades materiais eram compensadas por igualdades políticas. Sendo que essas não eram justas sob o ponto de vista grego onde um homem governa a si mesmo. Ela se fazia justa invocando o princípio natural, que dizia que era da natureza do homem ser governado, para que suas paixões fossem controladas³³.

Isso era jurisprudência. Suas características podem ser explicadas pelo fato de que, para o jurista, o que importa é a distribuição das coisas e direitos. Já no período do crescimento do comércio o cidadão passava a ser definido não por suas ações e virtudes mas por seus direitos sobre as coisas. Com o liberalismo o direito de liberdade passa a ser mais associado a coisas do que a pessoas. Não há possibilidade de autogoverno, o que existe é uma separação e combinação entre liberdade e autoridade³⁴.

³⁰ Pocock. Op. Cit. P. 56.

³¹ Pocock. Op. Cit. P. 83.

³² Pocock. Op. Cit. P. 88.

³³ Pocock. Op. Cit. P. 90.

³⁴ Pocock. Op. Cit. P. 92.

Essas são características da história do pensamento político moderno, em sua fase inicial. Quando entra em cena uma nova elite governante, com relação de dependência mútua do governo, a noção de virtude passou a associar-se a não-corrupção. A virtude foi redefinida com a ajuda do conceito de maneiras.

A sociedade deixou de ser rural-guerreira e entrou em um mundo de transações e comércio. O indivíduo continuava tendo que dar a outro o seu direito de auto-governo mas agora era “compensado” pelo enriquecimento. A jurisprudência era a ciência social do século XVIII, depois de 1789, o que entraria em cena seriam críticas ao comércio e seu calculismo racional³⁵.

Analisamos discursos políticos que ocorreram dentro da câmara dos deputados e do senado e que foram oficialmente registrados, e também os discursos de José Mariano Filho que entendemos por discurso político por apresentar elementos que se inserem dentro desse contexto, mesmo que não sejam declarados oficialmente como discursos políticos. Elementos como a defesa da arte e arquitetura tradicionais, mas que representavam também uma luta por direitos e uma busca pela melhor atuação dos governantes em relação aquilo a que entendia como digno de ser cuidado: as artes e arquitetura brasileiras.

José Mariano Filho não só admirava as artes e arquitetura como entendia muito bem do assunto. Era médico por formação, não possuía diploma de arquitetura, mas encontramos mais de uma vez, em seus discursos, ataques a pessoas que se intrometiam na elaboração de projetos arquitetônicos, principalmente quanto à escolha de estilos a serem adotados. Entre as defesas que ele fazia pela valorização da tradição brasileira, não poupou esforços para defender os profissionais brasileiros que não estivessem entranhados de mimetismo e que reproduzissem nas obras cariocas aquilo que fosse de nossa origem, adaptado às nossas condições, ao invés de reproduzir aqui o que se produzia na Europa.

Além dele, estudamos os discursos de senadores e deputados, ocorridos dentro da câmara e do senado, a respeito de assuntos relacionados a situação política, econômica e social do Brasil, especificamente do Rio de Janeiro, naquele período e sobre a organização da comemoração do primeiro Centenário da Independência do Brasil e a Exposição internacional que ocorreria em função da comemoração. Dentro desses discursos pudemos identificar a priorização de elementos diferentes dos priorizados por Mariano. Entre eles, os gastos, a

³⁵ Pocock. Op. Cit. P. 98.

recepção de políticos estrangeiros, a preocupação com a imagem do Brasil no Exterior, e outros.

A República, como veremos, foi alvo de grande crítica de José Mariano Filho que associou os novos modos de vida trazidos por ela à nova maneira de se desprezar as tradições nacionais. Exerceu seu direito de liberdade de expressão dentro de suas críticas e também na sua atuação como presidente da Escola de Belas Artes, quando pôde administrar da maneira que achava correta, dentro daquilo que a lei permitia. Fazia parte de uma elite, mas não da elite política carioca, sendo assim, nem sempre seus discursos surtiram o efeito que ele esperava, mas, como veremos, serviram para que a identidade nacional, sob seu ponto de vista, fosse identificada e entendida, ainda que não da maneira como ele desejava.

2. Às vésperas do evento

Para começarmos a falar do contexto da época, antes de falar de questões sociais e políticas, utilizamos os dados fornecidos por Carlos Alberto Stoll Gonçalves³⁶. Em 1930 a população brasileira foi estimada em 40.272.650 habitantes, e a do Rio de Janeiro em 1.996.899³⁷. O Rio de Janeiro possuía 36 cidades, 12 vilas e 244 distritos judiciários³⁸. Em 1926 a estimativa de eleitores no Brasil era de 1.274.764 e no Rio de Janeiro se concentravam aproximadamente 73.866 desses eleitores³⁹.

O Brasil exportava em grandes quantidades produtos agrícolas como cacau, milho, mate, algodão, borracha, fumo, arroz, mandioca e outros. Mas o seu principal produto exportado era o café, era o maior produtor de café no mundo. O café é originário da Etiópia, só chegou ao Brasil em 1723⁴⁰, o país detinha na época 67% do consumo mundial, fazendo com que o produto fosse a base da economia do país⁴¹. Os cafezais de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Paraná e Pernambuco, chegavam a mais de 2 bilhões de pés, numa área de 2.430.000 hectares⁴².

³⁶ GONÇALVES, Carlos Alberto Stoll. Brasil: Aspectos econômicos, Estatística, Geografia agrícola e comercial. 1930. Editora Litho-tipographia Fluminense.

³⁷ IBIDEM. P.8

³⁸ IBIDEM. P. 11

³⁹ IBIDEM. P.12

⁴⁰ IBIDEM. P. 31

⁴¹ IBIDEM. P.13

⁴² IBIDEM. P. 31

O Brasil exportava para oitenta países diferentes, mas os principais eram Estados Unidos, França, Alemanha, Holanda, Itália, Argentina, Grã Bretanha, Uruguai, Bélgica, Suécia, Dinamarca e Portugal⁴³. Apesar dessa variedade de produtos agrícolas cultivados no país, o índice de importação não era baixo, já que havia outros produtos que não eram produzidos aqui, entre eles o trigo, ferro manufaturado, máquinas e acessórios, tecidos de algodão, automóveis, gasolina, produtos químicos e outros⁴⁴.

A área urbana do Rio de Janeiro era de 164 km² 469,922 e a rural era de 995 km² 036,005. Em 1929 a população urbana era de 708.823 e a rural 356.776 habitantes, e a população do Distrito Federal era estimada em 1.468.621. As casas construídas entre 1921 e 1929 somavam 31.159⁴⁵. A rede telegráfica chegava a uma extensão de 57.566. 801⁴⁶.

Sobre a força hidráulica do país, as maiores fontes de energia – quedas d'água- estavam nos estados de São Paulo, Espírito Santo, Minas Gerais, Paraná, Santa Catarina e Mato Grosso⁴⁷, o que possibilitava o desenvolvimento das indústrias. Havia 467 usinas hidrelétricas instaladas no país, e a maior parte do consumo era de indústrias manufatureiras, de aço e carvão, viação férrea, iluminação pública e particular⁴⁸.

O movimento dos portos cresceu muito de 1910 a 1928. Em 1910 o movimento estimado foi de – em mil toneladas- 21.400, em 1920 foi de 24.943 e em 1928 foi de 44.125⁴⁹, um salto significativo. Em 1922 o Brasil importou 3.264 toneladas de mercadorias e exportou 2.122 toneladas. Em 1929 esses números chegavam, respectivamente, a 6.108 e 2.189⁵⁰. Por outro lado, a dívida externa do Brasil em 1929 era de 104.285.734.16,04 Libras, 148.003.280,35 Dolares, 331.762.179,28 Francos, sendo a do estado do Rio de Janeiro de 4.716.980 e a do Distrito Federal de 13.766.687 Libras⁵¹.

Já análise de Winston Fritsch⁵² sobre as políticas econômicas nas três primeiras décadas do século passado nos permitem perceber um pouco do contexto econômico vivido no período em destaque. Para ele, historiadores econômicos defensores da idéia de que a política econômica do período teria sido conduzida por “aversão à políticas monetárias expansionistas

⁴³ IBIDEM. P. 96

⁴⁴ IBIDEM. P. 99

⁴⁵ IBIDEM. P.130

⁴⁶ IBIDEM. P.118

⁴⁷IBIDEM. P.127

⁴⁸ IBIDEM. P.128

⁴⁹ IBIDEM. P.121

⁵⁰ IBIDEM. P.101

⁵¹ IBIDEM. P.107

⁵² FRITSCH, Winton. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: A Ordem do Progresso. Cem anos de política econômica Republicana. 1889-1989. ABREU, Marcelo de Paiva (org). Editora Campus.

e preferência por taxas de cambio sobrevalorizadas⁵³ deixaram a desejar em suas explicações sobre os motivos pelos quais tais políticas foram adotadas já que é inegável o fato de que o complexo cafeeiro realmente detinha grande parte do poder político.

O fato é que no período em questão, a economia brasileira era primário-exportadora cujo produto de peso principal era o café. Essa economia se tornava vulnerável devido às variações na oferta e procura de café, cuja produção dependia de fatores climáticos, e também por causa da dependência do mercado consumidor exterior, que foi inconstante no período devido à Primeira Guerra. O Governo Federal tinha consciência de que isso era um problema para a política econômica, e para isso mantinha políticas fiscal, monetária e cambial voltadas para a questão, além de também recorrer a empréstimos no exterior quando necessário.

Foram muitos os esquemas que Fritsch chamou de “defesa do café⁵⁴” e, conseqüentemente, as políticas variaram. Destaca que tais políticas foram elaboradas e aprovadas dentro de diálogos entre o governo central e os estaduais, demonstrando subordinação do parlamento ao Presidente da República⁵⁵. Somente o que não ficava explícito nos arranjos era o pacto entre o governo federal e as Oligarquias, ocorrido com Campos Sales.

Por mais que esse pacto tivesse funcionado, ele tinha brechas, falhas que causavam instabilidade. Ele destaca divergências entre as oligarquias, São Paulo e Minas gerais, a ambição de estados intermediários, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco, que buscavam maior representação, e também minoria insatisfeita com aquele regime que se mostrava centralizado, que eram políticos dissidentes, intelectuais, imprensa independente, que se juntavam à classe média e jovens oficiais das forças armadas para protestar⁵⁶. Essas brechas causavam crises políticas nesse período da Primeira República.

Dividindo em períodos, nos mostra que de 1900 a 1913 houve no Brasil um grande crescimento econômico devido, principalmente, ao aumento das exportações de borracha e do café. Mas em 1906 os preços do café baixaram muito devido a uma superprodução paulista. Esse fato juntamente à questão da dificuldade de manter a taxa de câmbio estabilizada desde 1902⁵⁷, causaram desconforto aos produtores de café. Mas de 1908 a 1913, com a ajuda de créditos internacionais e também do aumento do preço da borracha, a economia voltou a se estabilizar.

⁵³ IBIDEM. P. 33

⁵⁴ IBIDEM. P. 35

⁵⁵ IBIDEMP.36

⁵⁶ IBIDEM. P. 36

⁵⁷ IBIDEM. P. 37

Porém, mesmo antes de estourar a guerra, em 1912 o governo já não conseguia maiores empréstimos no exterior, pois as despesas haviam crescido tanto que já prejudicavam o crédito. Além disso, depois de 1910 o preço da borracha começou a cair devido ao aumento da competitividade, pois colônias inglesas e holandesas na Ásia estavam produzindo em grande quantidade.

Em 1914, com a Primeira Guerra, o comércio internacional foi logo afetado e, com isso, vários problemas foram surgindo, e as taxas de cambio sempre como problema principal. As medidas emergenciais que o governo adotava, como veremos, não conseguiam impedir a crise por muito tempo. Em outubro desse mesmo ano o empréstimo que fez no exterior chegou a 15 milhões de libras.

Mas foi somente no ano seguinte, com a estagnação das importações, que a economia brasileira veio a sentir mais nitidamente o peso da guerra. O governo emitiu mais notas do tesouro e títulos federais a fim de estabilizar aquela situação. Devido às restrições de importação, a produção industrial brasileira cresceu, mas não tanto quanto deveria, pois os produtores brasileiros de equipamentos não conseguiram suprir aquela demanda⁵⁸.

Em 1917 a safra de café estocada no porto de Santos chegava a 6 milhões de sacas, no ano anterior havia sido 1 milhão. O banco não podia financiar aqueles estoques, por isso o governo emitiu mais notas. Do outro lado, o lado social, observaram-se as primeiras greves operárias do Brasil, que aconteceram devido a queda nos salários. Quando o caos parecia se aproximar, na metade de 1918, aconteceu o que Fritsch chamou de “golpe de sorte”⁵⁹, pois as hostilidades na Europa tiveram fim abrindo novamente as portas do mercado externo para o café brasileira.

Isso não significa que a economia não voltou a sofrer quedas. O período em questão foi um período de altos e baixos. Em 1919 as exportações haviam crescido muito, mas a partir da segunda metade de 1920 Estados Unidos e Reino Unido adotaram políticas monetárias restritivas e como eram os principais centros financeiros para o Brasil, naturalmente o que houve foi um impacto negativo.

Nesse momento Epiácio Pessoa havia iniciado um programa de obras cujos gastos não eram pequenos, além disso, as despesas no período da guerra ainda não haviam sido pagas. O banco diminuía o crédito causando sérios problemas ao setor privado. Até que, em outubro, o

⁵⁸ IBIDEM. P. 43

⁵⁹ IBIDEM. P. 45

governo autoriza uma pequena emissão de notas do Tesouro, a fim de aliviar a tensão econômica⁶⁰.

No início de 1921 o problema continuava e por isso o governo passou a intervir mais no mercado, não diretamente, mas estimulando o Banco do Brasil a financiá-lo. Foi um outro plano que também não emplacou pois em meados do mesmo ano esse financiamento já era insuficiente. A dívida com o Banco do Brasil crescia muito e isso afetava diretamente o “esquema de defesa do café⁶¹” pois o banco não tinha mais recursos necessários para a valorização do produto. Foi então que, no final desse ano, novamente, o governo recorreu a empréstimos no exterior.

Com esses altos e baixos da economia brasileira no início do século XIX e as variadas políticas econômicas adotadas para solucionar os decorrentes problemas, o que se mostra é que no ano de 1922 estava em foco a necessidade de pagar essas dívidas adquiridas a fim de equilibrar a economia brasileira. Além disso, depois de tantos empréstimos no exterior em um período de tempo tão curto restava ao país não somente reerguer sua economia como também, como veremos, mostrar força e capacidade evolutiva assim como tantos países fizeram depois de momentos de crise, e quem sabe até conquistar posição de destaque entre eles.

Já no discurso de posse de A. Azeredo, citado abaixo, é possível identificar a situação econômica, social e política do Brasil em momentos bem próximos à comemoração do Primeiro Centenário da Independência. A Primeira Guerra Mundial aparece nos comentários como precursora de uma fase de grande mudança na economia brasileira, principalmente em relação a industrialização e ao comércio. Essa questão também foi trabalhada por Flávio e M. T. Versiani em trabalho⁶² onde, a partir do exame de fatos relacionados à evolução da indústria têxtil algodoeira, os autores pretendem contribuir para o estudo do processo de industrialização brasileira no período anterior a 1930.

“Em meio a grande Guerra e até pouco depois do Tratado de Versalhes, tivemos um surto promissor e cheio de esperanças, em que as nossas forças produtivas se desenvolveram rapidamente, conquistando o Brasil um lugar de destaque entre as grandes potências. Entretanto, bem diversa é a nossa situação atual, e se continuarmos pelo mesmo caminho,

⁶⁰ IBIDEM. P. 47

⁶¹ IBIDEM. P. 48

⁶² VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F.R. e BARROS, J.R.M. (org) *Formação econômica do Brasil: A experiência da industrialização*. São Paulo:Saraiva,1978.

desvalorizando-se a nossa produção a medida que as nossas despesas aumentam consideravelmente, e a receita do país se conserva quase estacionária, perderemos as vantagens conquistadas no comércio, nas indústrias e na política internacional; não poderemos honrar o nosso crédito, como temos feito até agora, principalmente depois de ter sido a nossa dívida, de um ano a esta parte, agravada em quantia superior a um milhão de conto de réis. (...) Sem instituições bancárias convenientemente aparelhadas para auxiliar a lavoura e as indústrias, principalmente a pastoril e a extrativa, que representam grande parte da nossa riqueza, e tem feito a fortuna e a grandeza de outras nações; sem vias de comunicação, que facilitem a exploração de nossas terras fertilíssimas e o transporte de nossos produtos, que são múltiplos, podem abastecer não só os nossos centros reduzindo o preço dos gêneros indispensáveis a vida, como os mercados estrangeiros, facilitando a entrada de tudo que importamos, pela valorização de nossa moeda. Nada poderemos conseguir de útil nem evitar a ruína que nos ameaça. (...) Srs. Senadores, concitemos todos os homens de boa vontade para o apaziguamento geral, esquecendo as dissensões partidárias, os ódios políticos e os interesses pessoais, trabalhando unidos pelo congoçamento da família brasileira, mostrando ao estrangeiro que em breve nos virá visitar, que somos realmente uma nação civilizada, e festejamos em paz e fraternalmente o centenário da nossa independência.”⁶³

Relembrem que na década de 1970 surgiram muitos estudos sobre o início da industrialização brasileira. Muitos desses estudos se basearam no trabalho na interpretação de Celso Furtado⁶⁴, de que a industrialização brasileira teve início nos anos da Depressão por causa da queda de capacidade de importação do país. Outros autores⁶⁵ interpretavam de forma diferente, ligando o início da industrialização brasileira à I Guerra Mundial. Esses são autores que Flávio R. e Maria Teresa Versiane chamam de tradicionais.

Depois desses, foram surgindo revisionistas⁶⁶ que lançaram dois questionamentos. O primeiro destacava um crescimento industrial anterior à I Guerra, e o segundo questionava se

⁶³ Discurso de posse de A. Azeredo à presidência do Senado. Anais da República, 1922, Livro 2, P. 162 a 166. WWW.senado.gov.br

⁶⁴ Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 10ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970. APUD. VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. P. 120.

⁶⁵ Roberto Simonsen, Nícia Vilela Luz e Caio Prado Junior. APUD. VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. P. 121.

⁶⁶ Stanley J. Stein, Warren Dean, Anibal Villanova e Wilson Suzigan. APUD. VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. P. 122.

a dificuldade de o país importar teria realmente estimulado a industrialização. Alguns autores⁶⁷ responderam a essas duas questões dizendo que foi a atividade exportadora que impulsionou a industrialização e que as guerras, a depressão, o crescimento demográfico, a política de valorização do café e outros motivos⁶⁸, fizeram com que o processo se tornasse lento e, por vezes, interrompido.

Uma terceira e diferente interpretação, que chamaram de “revisonismo revisto”⁶⁹, veio de Albert Fishlow⁷⁰, também na década de 1970, na qual apóia a tese tradicional mas discorda de seu principal embasamento: a proteção tarifária como impulsionadora do início da industrialização brasileira. Para ele, o fator causal estaria no estímulo ao câmbio baixo⁷¹ e expansão de crédito⁷².

Para Flávio R. e Maria Teresa Versiane, a indústria brasileira já havia passado por um período de expansão desde meados do século XIX. Pode-se conhecer o crescimento das fábricas de tecido de algodão no Brasil através da observação do aumento do número de teares. Em 1894 na cidade do Rio de Janeiro se contava cerca de 6.500 teares, dez anos antes esse número era 1.300. Quanto ao período das instalações das fábricas, nas Exposições Nacionais dos anos 1861 e 1866 citaram fábricas de tecido cujas fundações datavam da década de 1840⁷³. O aumento do número de teares não significava somente o aparecimento de novas indústrias, mas também a expansão e aumento de capacidade de fábricas já existentes.

No debate quanto ao crescimento ou a diminuição da atividade industrial brasileira no período da Primeira Guerra Mundial, havia os que acreditavam que a guerra teria estimulado o período da indústria nacional devido as dificuldades que o país teve em importar⁷⁴, e havia aqueles que defendiam que antes da guerra a industrialização brasileira já crescia mas que a

⁶⁷ Nathaniel Leff, Carlos Manuel Pelaez e Wilson Suzigan. APUD. VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. P. 122.

⁶⁸ VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. p. 122

⁶⁹ IDEM.

⁷⁰ Albert Fishlow, “*Origens e conseqüências da substituição de importações no Brasil*”, Estudos Econômicos, São Paulo, IPE/USP, dezembro, 1972. APUD. VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. op. cit. P. 123.

⁷¹ Segundo Versiane, “*Por câmbio baixo se entenderá a moeda brasileira relativamente desvalorizada; por câmbio alto uma valorização relativa. Assim, em fases de câmbio baixo, a libra estaria relativamente cara em termos de mil-réis, e câmbio alto significaria libra barata*”. P. 123.

⁷² VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. p. 123

⁷³ VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. Op. Cit. p. 129

⁷⁴ Essa visão tradicional é identificada por VERSIANI, F. R. e VERSIANI, M. T. R. O. como aquela baseada na análise de Celso Furtado, *Formação Econômica do Brasil*, 10ª edição, São Paulo, Companhia Editora Nacional, 1970.

guerra e outros fatores como a Depressão, o crescimento demográfico e a política de valorização do café teriam sido fatores de atraso do processo de industrialização brasileira⁷⁵.

Concluem no citado trabalho que a inegável crise de demanda ocorrida no período teria afetado apenas produtores que não haviam conseguido ampliar sua capacidade produtiva adquirindo maquinário moderno, enquanto os que haviam conseguido fazer isso sentiram menos a evidente queda de demanda do período, pois seus custos de produção eram menores graças a esse maquinário⁷⁶.

Voltaremos a falar sobre a industrialização brasileira no capítulo referente à evolução urbana do Rio de Janeiro. O que cabe ser aqui ressaltado é o fato de que a movimentação de capitais no Brasil às vésperas da Exposição se encontrava em momento delicado, conforme dito pelo senador A. Azeredo no discurso citado. Não que fosse uma fase recessiva, o fato é que o país precisava aumentar sua capacidade produtiva, aumentar a venda desses produtos e arrecadar mais para sanar suas dívidas e continuar crescendo.

O mesmo não deixou de citar toda a riqueza natural do país, mas teve a preocupação de ressaltar que sem os devidos investimentos, toda essa riqueza seria mal aproveitada ou inutilizada. Em um momento em que a receita era classificada como “estacionária”, a questão do crédito tornava-se prioritária. Ora, se o país está em um momento onde as dívidas cresceram e a produção, apesar de toda capacidade, ainda não era suficiente para suprir a necessidade de expansão, era preciso então tomar iniciativas estimuladoras ao crédito. O que significava, mostrar que o dinheiro aqui investido não seria desperdiçado. Para explicar melhor essa questão do crédito, mostrarei as ideias de Irineu Machado em discurso na câmara, mostrando a importância das relações exteriores naquele momento⁷⁷.

“(...) Embora o ministro das Relações Exteriores até agora não tenha comunicado ao senado qual o momento presumido da chegada do presidente Almeida, mesmo assim não me inibo desta iniciativa. O Ministério das Relações Exteriores costuma constantemente esquecer a existência do Parlamento. Agora mesmo, deixa o ministério de oferecer aos parlamentares estrangeiros que chegam ao Brasil um banquete por não haver um lugar no horário e no

⁷⁵ Na página 122, F.R e Maria Teresa Versiane classificam como opositores dessa visão tradicional autores da década de 1970, como Nathaniel Leff, Uma Perspectiva a Longo Prazo do Desenvolvimento e Subdesenvolvimento Brasileiro, Revista Brasileira de Economia, 26(3): 147-168, jul/set/1972. Carlos Manoel Pelaez e Wilson Suzigan, Bases para a interpretação Monetária da História Econômica Brasileira, IBID. 26(4): 57-94, out/dez/1972.

⁷⁶ VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O.op. cit. p. 139

⁷⁷ [WWW.senado.gov.br/anais da República](http://WWW.senado.gov.br/anais_da_República) 1922. Livro 7. p. 103 a 109.

programa dos festejos oficiais organizados pelo Ministério das Relações Exteriores para tal homenagem.

Nem o Congresso poderia ter tomado essa iniciativa a tempo, desde que não teve comunicação alguma oficiosa, como é do estilo oficial, como também se pratica, da nomeação de parlamentares estrangeiros nas diversas embaixadas que vieram assistir a nossa comemoração centenária desde que o Congresso não teve a tempo, notícia da presença de tão ilustres parlamentares no Brasil.

(...) Entretanto, aos nossos ilustres colegas de parlamentos estrangeiros, que aqui vieram assistir a inauguração dos andaimes e aos caros fogos de artifícios, de efeito surpreendente e tamanha novidade para eles – que nunca viram festas de aldeia, aos parlamentares estrangeiros que aqui vieram ter conhecimento do modo condigno por que se festeja e se comemora o Centenário, pondo termo aos ódios políticos com um decreto geral de anistia que foi votado pelo Parlamento em favor de jornalistas, isto é, de irmãos nossos acusados de crime de opinião; aos parlamentares estrangeiros que vieram ver como no Brasil se comemorou com alegria e fraternidade o Centenário, no meio dos cânticos populares e dos brados entusiásticos com que a população festejava, nas praças públicas, ao som das fanfarras militares, a grande festa de comemoração solene do nosso Centenário de Independência; aos parlamentares, aos jornalistas estrangeiros que vieram ver a nossa terra, foi dado o ensejo de verificar a energia com que a descabida intenção de pôr limites as liberdades de pensamento da imprensa foram ameaçadas e rapidamente repelidas pelo Parlamento. De modo que em uma era de liberdade, de alegria, de júbilo e de fraternidade, em uma época em que não existe na casa de detenção nenhum só jornalista detido, isto é, encarcerado por crime de opinião, por delito de lesa magestade⁷⁸, nos cárceres comuns, em uma época de tanta alegria e de tanta festa, era muito natural que se realizasse o que se vai dar: o grande banquete em que uma grande comemoração, em uma grande solenidade, se fizesse a permuta de declarações afetuosas e de recíprocas afirmações que mais estreitassem os vínculos da confraternização.

⁷⁸ “Crime de lesa-magestade quer dizer traição cometida contra a pessoa do Rei, ou seu real Estado, que é tão grave e abominável crime, e que os antigos sabedores tanto estranharam que o comparavam à lepra, porque assim como esta enfermidade enche todo o corpo sem nunca mais se poder curar, e impede ainda aos descendentes de quem a tem, e aos que com ele conversam, pelo que é apartado da comunicação da gente: assim o erro da traição condena o que a comete e empece e infama os que de sua linha descendem, posto que não tenham culpa”. Definição segundo <http://www.tj.ba.gov.br>

(...) Mas, deixando de lado estas considerações, perguntaria: poderia com maior oportunidade em um momento como este em que comemoramos o Centenário da nossa Independência, ter maior relevância e significação para nós outros qualquer outro fato do que a visita da Metrópole ao país que dela se emancipou?

Por ocasião da visita do presidente Wilson ao palácio de Buckingham, nos discursos então trocados pelos representantes das duas maiores forças da opinião e das armas existentes até hoje no mundo, e até hoje conhecidas na história – Estados Unidos e Inglaterra – no banquete em que, no mesmo aperto de mão fraternal se enlaçavam, solene e significativamente, as mãos do presidente norte-americano e do rei da Inglaterra, se afirmava que, de todos os acontecimentos políticos destes dois últimos séculos, nem mesmo os da Guerra, tinham maior significação para os povos da língua inglesa do que esse, mais do que a reconciliação, dessa absoluta confraternização entre os soldados do pavilhão estrelado e os da cruz inglesa. E a afirmação solene de que a visita de Wilson exprimia, com a recepção grandiosa que a Inglaterra lhe fazia, o solene reconhecimento do que a Metrópole se felicitava da própria obra da emancipação norte americana.

Para nós, povos da Sul América, que fomos descobertos e colonizados pelos Ibéricos, para nós, os lusitanos da Sul América, os filhos e descendentes dos barões assinalados, nenhuma fato poderia encher, mais sinceramente, de júbilo a nossa alma, baixando sobre o nosso espírito como uma promessa de redenção, como uma consolação nessa hora de amarguras e tristezas, para nós, descendentes da velha Lusitania, não pode haver maior júbilo do que o revermos na visita do presidente Almeida a repetição do exemplo de Wilson e o rei da Inglaterra.

(...) E o velho Portugal vindo aqui contemplar sua obra de civilização e testemunhar seu orgulho na sua própria criação e o de congratular-se com a própria obra da emancipação, que não foi um gesto de rebeldia contra uma nação opressora, mas que foi, de certo, a emancipação que a nossa maioria política e internacional nos assegurava para entrarmos com autonomia, com vida própria no mundo internacional.

(...) A nação brasileira, no que tem de culto, livre e sincero, ama os seus antepassados e orgulha-se de sua origem lusitana. (...) aqui, neste recanto da América, onde nos orgulhamos da nossa resistência moral quando balanceamos o nosso esforço de um século a vencer os invencíveis obstáculos da natureza, domar os indomáveis esforços com que ela provoca e desafia a coragem e a resistência humana; aqui, deste recanto, onde nós com sangue lusitano

e a alma latina soubemos modelar a nossa instituição pela ossamenta das grandes instituições anglo-saxonias, nós que copiamos o regime de gabinete da Inglaterra, com a sujeição dos candidatos convidados para o ministério, dos representantes convidados para o ministério ao voto e à homologação das urnas, e, portanto, com o direito à crítica imediata do povo sobre a constituição do governo; nós que copiamos as instituições mais livres, o habeas-corpus e os moldes ingleses, nós mal vimos a manifestação da edificação norte-americana, para lá imediatamente volvemos o olhar, e tudo quanto a concepção do gênio dos federalistas do século XVIII havia arquitetado para honra e glória da espécie, tudo quanto de útil e nobre o espírito dos juristas e sociólogos havia concebido, transplantamos para as nossas instituições.

(...) Que ao menos não esqueçamos da paz aviltada dos tumultos, em uma indiferença odiosa, revoltante e sem as demonstrações oficiais, tão enfadonhas quanto penosas, tão fatigantes, quanto exaustivas, as homenagens que devemos, nós, o povo inteiro, a alma uma e indivisível dos brasileiros aos velhos portugueses de quem somos, na eternidade dos séculos, a ressurreição e a imortalidade; que essas homenagens não sejam restringidas, moderadas, que não corram como um fio de água da torneira do Itamaraty as correntes do entusiasmo popular e do entusiasmo nacional quando devamos receber o velho Portugal, encarnado na pessoa de Antonio José de Almeida, a visitar a terra que ele descobriu, que ele desvendou para a vida humana, que ele criou para a civilização e de que hoje se orgulha tanto a ditosa pátria que tal filho teve.

Aqui quando vieram aportar os grandes pássaros de asas brancas (...) rezando a primeira missa, mesclar no mesmo rumor tumultuoso das ondas que se partiam na praia e das ondas da alma, que nos lábios se quebravam como preces ao criador e suplica suprema de novas esperanças e de novos dias de eterna gravitação do homem para a libertação, para a redenção, para melhorar a espécie, para dar-lhe dias de menos sofrimento, durante a eterna peregrinação do homem, partindo da sombra para a luz, do mal para o bem.

(...) Eu proporia, Sr. Presidente, ao senado da República que designasse, por intermédio de V. Ex., uma comissão de 21 membros, um por Estado, para que todos vão dizer, em nome das 21 unidades da Federação brasileira que a nau portuguesa ora encontra, como efeito da sua obra imperecível (...) Não é o oficialismo que fala, é a nação inteira a alma do Brasil que abençoa. (...) eu pediria a V. Ex. igualmente que consultasse o senado se consente na suspensão de nossas sessões e de todos os nossos trabalhos parlamentares por 3 dias.

O requerimento foi aprovado.”

Irineu Machado inicia o discurso afirmando que o assunto é de extrema importância para a vida histórica e internacional do Brasil. Apesar de o ministro das relações exteriores ainda não ter se pronunciado a respeito, ele pede para falar sobre a recepção ao presidente da República de Portugal que chegaria ao Brasil no dia seguinte ao citado discurso. Se mostra preocupado com o contato/comunicação dos senadores com os políticos estrangeiros que chegavam para a comemoração do Centenário, pois reclama porque o Ministério das Relações Exteriores não abriu espaço na agenda para que o Parlamento os recebesse com um banquete, e que nem ao menos os comunicou da chegada deles de maneira oficial.

Ao dizer as razões pelas quais acha que o banquete deveria ser oferecido, cita fatos que nos permitem conhecer o pensamento da época, quanto à imagem que o Brasil estava mostrando aos estrangeiros naquela comemoração. Por exemplo, diz que os *“caros fogos de artifício usados surpreenderam-nos já que nunca haviam visto festas de aldeia”*. A palavra “caros” não foi incluída na frase por acaso, ela ressalta a importância de um detalhe, a utilização de um item caro em uma festa de aldeia, como demonstração de que o país, ou o estado, podia bancar esse tipo de extravagância, de que a modernidade chegara. Quanto à importância de Portugal nessa comemoração, ele cita a visita do presidente norte-americano à Inglaterra, quando o presidente Inglês expressou a alegria do país ao ver a emancipação de uma colônia. E que o Brasil deveria tomar como exemplo tal solenidade.

Faz também uma afirmação a respeito do país que, sob certo ponto de vista, pode ser considerada desrespeitosa. Ele diz que *“há quatro séculos”* o país era uma *“insignificante criatura”*. Logo após diz que *“a nação brasileira ama os seus antepassados e sua origem lusitana”*. Não cita neste trecho, em nenhum momento, antepassados e origem indígena, por exemplo, que inegavelmente existiram. Neste ponto observamos uma contradição entre a defesa do resgate da cultura brasileira, da originalidade de nosso povo, pois essa fala também traz a ideia de que o que havia aqui antes de Portugal ter chegado não possuía valor. Que o país deve despertar orgulho em Portugal, pela sua “criação” no sentido original da palavra.

Como se Portugal fosse responsável por tudo de bom e moderno que o país tenha alcançado. Para ele, a recepção aos portugueses teria que ser impecável, sem falhas, ou até melhor que as outras. Fala da primeira missa feita pelos portugueses nas praias brasileiras da seguinte forma *“(…) que nos lábios se quebravam como prece ao criador e súplica suprema*

de novas esperanças e novos dias de eterna gravitação do homem para libertação, para redenção, para melhorar a espécie, para dar-lhes dias de menos sofrimento, durante a eterna peregrinação do homem partindo da sombra para a luz, do mal para o bem (...)” Que tipo de libertação teriam trazido os portugueses para o povo livre que aqui vivia? E quando ele fala de melhora da espécie enxergamos aí uma subestimação tanto da capacidade dos primeiros habitantes quanto, até mesmo, de sua humanidade.

Mesmo que essa questão não seja o foco, citamos apenas para destacar essa discrepância no discurso do senador, que pode significar até mesmo uma discrepância coletiva nos pensamentos daquela sociedade, pode representar também a repetição de um discurso comum entre o povo brasileiro, pois além de mostrar avanço, modernidade, tecnologia, as festas do centenário também tiveram como foco o resgate das origens brasileiras, a valorização do original, mas que nesse caso e em outros, como veremos, aparece desvalorizado ou não reconhecido. Pede que seja formada uma comissão de 21 representantes, um de cada estado brasileiro, para receber o navio português, e que as seções do senado sejam suspensas por três dias a partir da chegada do navio. O pedido foi aprovado, a comissão formada, e as seções suspensas pelo tempo determinado.

Finalmente, quando ele fala de mostrar aos estrangeiros que o Brasil era civilizado e festejava em paz o centenário da independência, julgamos necessário citar um debate entre Nilo Peçanha e Francisco de Sá⁷⁹ sobre o Estado de Sítio, que apesar de ter acontecido em data posterior, também se refere a períodos bem próximos. Esse debate foi apresentado à câmara em seção em 13 de novembro de 1922, por Justo Chermont, em seu discurso pela aprovação de projeto de lei que visava extinguir decreto anterior⁸⁰ que suspendia as garantias constitucionais. Ele pede permissão para ler as cartas desses dois senadores. Nilo Peçanha:

“(...) no meu entender, foi o presidente quem mais provocou a sedição, restringindo acintosamente os direitos constitucionais dos militares. (...) nos derradeiros quinze anos do extinto regime (a monarquia) não se perseguiu e se transferiu tanto e por motivos políticos a oficiais do exército e da marinha como nos últimos dez meses desse governo. (...) O meu grande amigo me dirá se naquele tempo, embora em legítima defesa a coroa se lembraria, como acaba de fazer em um momento de irreflexão, o Presidente, de identificar moralmente o

⁷⁹ [WWW.senado.gov.br/anais da República](http://WWW.senado.gov.br/anais_da_República) 1922. Livro 9. p. 37 a 42.

⁸⁰ Decreto legislativo número 4.553, de 20 de julho do corrente ano. [WWW.senado.gov.br/anais da República](http://WWW.senado.gov.br/anais_da_República) 1922. Livro 9. p. 37.

exército, isto é, os defensores da autoridade, com os inimigos da ordem social, equiparando expressamente as sedes dos anarquistas e de (ilegível) ao órgão de classe dos militares.

Os militares foram pois arrastados à insurreição de 5 de julho, e só uma grande ideia ou a noção da própria honra inspiraria atos de (ilegível) e de bravura como foram os desde heróis de Copacabana. (...) por que não havemos nós de poupar maiores desgraças a este país, encerrando a página dessa política de arrocho?"

Resposta do senador Francisco Sá:

(...) Permita-me manifestar a minha divergência de suas apreciações sobre as causas e responsabilidades dos tristes acontecimentos que, na primeira semana de julho, tanto comoveram o país, sobre as medidas de disciplina que o governo praticou para a defesa da ordem pública e sobre a intervenção dos militares na recente luta política, intervenção que só poderia conseguir quebrar a unidade do exército, condição fundamental de sua força e de sua fidelidade aos deveres para com a pátria.

(...) Esse intuito (de pacificação), sinto-me habilitado a assegurar-lhe, há de inspirar a ação do futuro governo, e se traduzirá em uma política liberal de respeito a todos os direitos de tolerância para com todas as opiniões, de obediência imperterrita a lei, que é a única proteção eficaz da liberdade.

Da aplicação dessa política às conseqüências dos acontecimentos de julho, o Presidente da república no próximo quadriênio não deixará de tomar as iniciativas necessárias e oportunas pautadas pelo conhecimento dos fatos e pelos interesses superiores da ordem pública.

A essas iniciativas, os amigos da futura situação havemos de prestar o nosso apoio, sem renúncias ao dever de colaborar nelas com o nosso conselho; e o meu será sempre no sentido de apaziguamento das paixões e garantia à liberdade".

Nilo Peçanha diz que nos últimos dez meses daquele governo os militares estavam sendo perseguidos, sua hierarquia desrespeitada, mas que acreditava que as atitudes dos militares⁸¹ eram culpa do presidente que não os valorizava. Pede anistia e reabertura do clube militar, suspensão do estado de sítio e da política de arrocho.

⁸¹ Se refere à insurreição militar de 5 de julho (Forte de Copacabana).

Francisco de Sá responde discordando quanto às causas dos acontecimentos do 5 de julho. Em sua opinião o governo adotou tais “medidas de disciplina” para manutenção da ordem no país, e que o presidente deve ser apoiado em suas decisões para resolver o caso. Destaca denúncias da imprensa quanto à prisão de civis, jornalistas e militares que nada tem a ver com crime. Segundo ele, tais notas mancharam a comemoração do 1º Centenário da Independência Brasileira. Nos festejos se notava tanto o orgulho e sentimento patriótico entre os brasileiros, quanto o pesar pelas prisões dos companheiros.

Justo Chermont prossegue falando que *“Proclamada a independência pela rebeldia do filho contra o pai, pela revolta da colônia contra a metrópole, pela maioria de um povo que resolveu emancipar-se, Pedro I não hesitou um momento, aconselhado por José Bonifácio, em anistiar o passado” (...)* *“A medida de clemência está em nossas tradições (...)* *Embaixadas e missões estrangeiras que vieram abrilhantar a nossa celebração não se deixaram ofuscar pela ornamentação dos pavilhões onde se realizaram as cerimônias protocolares. Elas procuraram conhecer-nos estudar as nossas instituições, o grau de civilização que em trabalho de um século implantamos nessa parte do continente novo.”*

Em seção no Senado, em 2 de agosto de 1921, Paulo de Frontin discursa a respeito do problema de habitação e expressa sua preocupação quanto às desapropriações que estavam sendo feitas, e quanto a necessidade de realocação daquela população que estava sendo removida. Mas, menciona que a comemoração do primeiro centenário estava programada, aconteceriam vários festejos, diferentes a cada dia, tudo para mostrar aos estrangeiros o desenvolvimento e o progresso do Brasil, e também aos próprios brasileiros, muitos dos quais não conheciam as riquezas do país. Sendo assim a exposição seria também importante para a educação dos brasileiros até então pouco ou nada informados.

“ (...) Creio que nos festejos comemorativos, que constam no programa já organizado para celebrar o primeiro centenário da nossa independência, a exposição e um dos elementos de consequências mais importantes e favoráveis, porque, além da renda que poderá produzir, representará o meio de que podemos lançar mão para que a todos possamos patentear o desenvolvimento e o progresso verificados em nosso país durante os cem anos decorridos desde a proclamação da nossa independência. V. Ex., Sr. Presidente, e o Senado sabem que

há muitos brasileiros que não conhecem detidamente o seu país, que não sabem quais os seus recursos, as suas riquezas naturais, os produtos da sua agricultura e da sua indústria, que não conhecem igualmente qual o desenvolvimento que tem tido os produtos da nossa exportação, as condições da instrução, quer primária quer profissional. A secundária e a superior são mais conhecidas, mas a primária e a profissional são pouco.

Ora, em uma exposição nacional em que tudo isso possa ser submetido à apreciação, não só do estrangeiro que venha visitar-nos por essa ocasião, mas ainda aos nossos patrícios, que, naturalmente, virão dos Estados para a capital, afim de a conhecer e assistir aos festejos, poderá reunir uma série de conhecimentos facilmente acessíveis por uma simples inspeção na exposição, contribuindo isto para nos conhecermos melhor e não acharmos tudo que não é nosso bom, mesmo sendo mal, e tudo quanto é nosso mal, senão péssimo. Será portanto, de consequências muito favoráveis à educação de nossas populações⁸²”.

Por isso esse senador se mostrava a favor das despesas empreendidas para os festejos e que, se elas tiverem que sofrer diminuição, que fosse na parte ornamental, e que com o passar do tempo já não seria mais possível entregar tais obras para a iniciativa privada. Ressalta que não seria interessante uma disputa entre os Estados para mostrar superioridade de desenvolvimento, mas que todos contribuíssem para que o progresso do Brasil fosse visto como um todo. Ao defender as construções dos prédios para trabalhadores, mostra várias áreas disponíveis para isso. Sugere a construções de casas, provisórias, não para famílias mas para operários solteiros. Pelo caráter provisório poderiam ser construídas em menos tempo e gastando menos dinheiro e resolveria um problema ainda maior, o das favelas.

Segue falando sobre as péssimas condições de saneamento dos barracos de favelas bem próximas ao centro da cidade e que seriam facilmente visualizadas pelo visitante estrangeiro. Que nenhuma cidade considerada organizada e civilizada poderia apresentar tais construções. O governo deveria tomar a iniciativa pois seria o maior interessado não mostrar falhas na Exposição.

“Conhecem, V. Ex., Sr. Presidente e o Senado, a má impressão que causa aos que vêm visitar a nossa capital, tão bem dotada pela natureza, e em que a mão do homem já

⁸² Anais do Senado, 1921, livro 4, p. 17.

*realizou embelezamentos importantes, as favelas, nome vulgarmente dado às casas de que vou tratar*⁸³”

Sem pretender traçar aqui todo o quadro social, político e econômico vivido pelo país no período, até mesmo por ser impossível em questão de tempo e dados, consideramos tais informações pertinentes para mostrar, ainda que minimamente, tal realidade. Prosseguiremos ao longo da pesquisa mostrando mais alguns levantamentos que fizemos e que complementam essas ideias.

2.1 Patrimônio Histórico

Uma das definições da palavra patrimônio no dicionário de língua portuguesa é “*o que é considerado como herança comum*”⁸⁴. Já o significado da expressão Patrimônio Histórico não pode ser encontrado no dicionário, mas é definida de maneiras semelhantes por estudiosos do assunto. Carlos A. C. Lemos define patrimônio histórico como “*construções antigas e seus pertences, representativos de gerações passadas*”⁸⁵. Segundo Françoise Choay. “*A expressão designa um bem destinado ao usufruto de uma comunidade que se ampliou a dimensões planetárias, constituído pela acumulação contínua de uma diversidade de objetos que se congregam por seu passado comum: obras e obras-primas das belas-artes e das artes aplicadas, trabalhos e produtos de todos os saberes e savoir-faire dos seres humanos*”⁸⁶. Além dessa definição a autora também coloca patrimônio histórico como “*testemunho histórico*”⁸⁷.

Achamos conveniente utilizar as definições aqui apresentadas⁸⁸. O patrimônio histórico é exatamente essa herança do passado, algo que representa a história de um povo ou de um lugar e que deve ser preservado para perpetuação de tais heranças. O patrimônio histórico pode ser tangível - arquitetura, arte, objetos cotidianos, etc. - ou intangível - tradição oral,

⁸³ Anais do Senado, 1921, livro 4, p. 19.

⁸⁴ Também definido como “Bem que vem do pai e da mãe/Conjunto dos bens, direitos e obrigações de uma pessoa jurídica”. <http://www.dicionariodoaurelio.com>

⁸⁵ LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981. P. 7.

⁸⁶ CHOAY, Françoise, 1925. A Alegoria do Patrimônio; tradução Luciano Vieira Machado. 4ª edição. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. p. 11

⁸⁷ IBDEM. p. 13

⁸⁸ Algumas vezes usaremos neste trabalho apenas a palavra patrimônio, a fim de abreviar a expressão, mas estaremos nos referindo ao patrimônio histórico.

cultura e arte populares, línguas, manifestações tradicionais, etc.⁸⁹. Nesse trabalho, falaremos sobre ambos, pois as construções levantadas e protegidas no período em foco são palpáveis, mas o significado do estilo arquitetônico e artístico e a carga cultural que cada um deles representa são intangíveis, até mesmo a mistura dos dois em um mesmo lugar. Em um casarão antigo, por exemplo, a herança histórica está em toda a parte, no estilo arquitetônico, nos móveis, quadros, objetos pessoais, etc. Tudo mostra uma parte da história, do cotidiano das pessoas que ali viveram, e da sociedade em que estavam inseridas, mas nem sempre esse tipo de arquitetura recebe a mesma preservação⁹⁰ que casas, mesmo que mais simples, onde moraram pessoas ilustres ou onde aconteceram fatos importantes na história.

A preservação de tais objetos é para um historiador, principalmente os que escolhem o patrimônio histórico como área de pesquisa, um prazer e uma preocupação, pois o abandono, a falta de políticas comprometidas com a proteção e até mesmo o desprezo das pessoas em relação a eles são os principais motivos das depredações⁹¹. Apesar de muitos considerarem a beleza do antigo, gostarem de visitar museus ou até mesmo ler e conhecer uma pouco mais da história, do Brasil e em geral, nem todas as pessoas inseridas nesse grupo se interessam pela proteção, no sentido de fazer algo em relação a isso.

Desenvolveram-se ao longo do século XX uma série de políticas e programas para a preservação desses patrimônios, mas foi somente na década de 1970 que houve um recorde no número de países envolvidos com o movimento de proteção ao patrimônio histórico⁹². Mas esse aumento não significava apenas que a preocupação e o cuidado com os bens patrimoniais passaram a fazer parte da realidade de vários países. Significa também que, com isso, surgiram, ou aumentaram os, problemas em relação às políticas de proteção.

⁸⁹Sobre o patrimônio histórico intangível brasileiro ver <http://www.unesco.org/new/pt/brasil/cultura/world-heritage/work-of-world-heritage/#c1048775>

⁹⁰Preservar, segundo o dicionário Aurélio, significa proteger de algum dano futuro; defender; resguardar. É um conceito amplo do qual podemos concluir que preservar é mais que proteger, é manter a originalidade, sem alterações, para que não somente a beleza, no caso de obras de arte ou peças artesanais, seja mostrada como também a verdadeira função, história do patrimônio.

⁹¹ Carlos A.C. Lemos faz uma observação interessante acerca das depredações, o caso dos papéis. Realmente é muito comum as pessoas quererem se livrar dos papéis devido a traças, falta de espaço ou mesmo simplesmente por não acharem utilidade alguma para eles. Mas o fato é que através de simples bilhetes, cartas, recibos, e vários outros do dia a dia muita história já foi escrita. LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981. P. 19.

⁹² Em 1931, em Atenas, aconteceu a primeira Conferência Internacional para a Conservação dos Monumentos Históricos, na qual somente países europeus participaram. Em 1964, na segunda conferência, três países não europeus participaram: Tunísia, México e Peru. Em 1979 oitenta países dos cinco continentes participaram. CHOAY, Françoise, 1925. A Alegoria do Patrimônio; tradução Luciano Vieira Machado. 4ª edição. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006. p.14.

Françoise Choay mostra alguns dos argumentos utilizados pelo grupo opositor às iniciativas de proteção ao patrimônio histórico para falar contra a conservação na França em revolução. O que acontecia no período era que atos de vandalismo destruíram muitos monumentos históricos, mas também foi nesse período que surgiram as primeiras iniciativas oficiais do país para a conservação.

Ana Carolina Santos Pellegrini⁹³ fala sobre o fato de o projeto de um arquiteto nem sempre ser considerado como a obra prima em si, mas apenas a ideia daquilo que ainda vai ser construído.

“De fato, dependendo da forma como é entendido ou do idioma em questão, projeto pode significar o conjunto de ideias que definem e/ou delimitam ação futura ou o registro gráfico acompanhado de cálculos, descrições e, eventualmente, modelos tridimensionais que visam tanto à viabilização da materialização de uma ideia arquitetônica ou urbanística, bem como à sua documentação.”⁹⁴”

Faz menção aos mesopotâmicos que registravam, em tabletes de barro, suas construções para lembrar o fato de que os primeiros desenhos de arquitetura não eram, na verdade, projetos, mas sim registros de edifícios que já existiam. Pellegrini quer destacar a importância desse projeto como patrimônio. Mostra que o projeto arquitetônico, como conhecemos hoje, teve início no Renascimento, e que antes disso, o que acontecia era que a construção ia sendo feita por vários profissionais, ao longo do tempo, que conversavam entre si, mas que davam seu toque particular fazendo com que, as vezes, o edifício acabasse sendo concluído em diferentes estilos arquitetônicos. Como citado, a Catedral de Chartres cujas torres, construídas em períodos diferentes, ganharam tamanhos e estilos diferentes⁹⁵.

Quanto a essa questão do desenho como registro, considerado projeto ou não, de patrimônio a ser preservado, Choay menciona a iniciativa do antiquário-naturalista Aubin-Louis Milin, em dezembro de 1790, quando apresentou à Assembléia Nacional Constituinte francesa um projeto de conservação cujo foco era arrecadar recursos para a nação através da

⁹³ Pellegrini, Ana Carolina Santos. Quando o projeto é Patrimônio: A modernidade póstuma em questão. Tese apresentada ao programa de pesquisa e Pós-graduação em arquitetura – PROPAR – da Universidade federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em arquitetura. 2011. Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

⁹⁴ IBIDEM. p. 34.

⁹⁵ IBIDEM. P. 40

incorporação de bens eclesiásticos à nação. Ele lamentava a esperada demolição de antigos castelos, abadias, monastérios e outros monumentos, mas oferecia como solução a preservação deles em desenhos e pinturas para que sua importância histórica não fosse esquecida⁹⁶.

A questão do projeto arquitetônico, mesmo quando ainda não era propriamente um projeto, quando era apenas um desenho, uma representação, parece ter um significado bem mais claro ao nosso entender. A iniciativa de Milin pode não ter sido a mais apropriada, sob o ponto de vista de um defensor do patrimônio histórico hoje, mas consideramos como uma iniciativa positiva diante do fato de que o edifício foi, sob um ponto de vista, preservado. Afinal, somente o registro escrito de tal edifício não nos traria a imagem de sua inteira representação. Como poderíamos entender cada detalhe ou visualizar sua beleza e arte sem, ao menos, um desenho? A questão que queremos colocar aqui não é o significado do projeto, mas sim o fato de que é também uma forma de preservação, como as fotografias também o são.

Quando, na França em revolução, propriedades privadas foram sendo redistribuídas à população, os responsáveis justificavam esses atos dizendo que *“É nas casas vergonhosamente abandonadas por vossos inimigos que haveis de encontrar uma parte dessa herança; tirai proveito dela em benefício da razão, tão cruelmente ultrajada por eles (...) que cada um de vós se comporte como se fosse de fato responsável por esses tesouros que a nação vos confia”*⁹⁷. O que mostra a importância do patrimônio para a nação, tanto histórica quanto financeiramente.

Mesmo quando objetos antigos passaram a ser vendidos a colecionadores a fim de arrecadar fundos para a nação recentemente abalada pela revolução, a nação ganhava e perdia. Ganhava mais dinheiro, mas perdia porque o objeto era retirado de circulação e dessa forma não poderia mais repassar sua história à coletividade.

Entre as primeiras oposições à conservação estava o que ela chamou de *“inflação patrimonial”*⁹⁸. Quando se pretendia derrubar um edifício antigo para qualquer outro fim, mas os grupos ligados à proteção contestavam, os opositores utilizavam o argumento da inflação patrimonial que se referia aos custos de manutenção daquele edifício e à utilização inadequada deles no presente contexto. As autoridades francesas utilizaram por muito tempo,

⁹⁶ CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 96

⁹⁷ CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 98

⁹⁸ CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 15

segundo a autora, a “tradição de destruição construtiva”⁹⁹ para se opor à conservação. Essa tradição significava que as demolições feitas para embelezamento e construção de novos edifícios eram necessárias e comuns¹⁰⁰.

“*Os monumentos do despotismo caem em todo o reino, mas é preciso poupar, conservar os monumentos preciosos as artes. Fui informado por artistas renomados de que a porta Saint-Denis está ameaçada. Dedicada, sem dúvida, a Luís XIV (...), ela merece ódio dos homens livres, mas essa porta é uma obra-prima (...). Ela pode ser convertida em monumento nacional que os especialistas virão, de toda a Europa, admirar*”¹⁰¹. Com essas palavras reafirmamos nossa defesa de que não há necessidade, não é obrigatório, demolir para construir. Pelo menos não em casos que envolvem antigos monumentos com carga história significativa.

É preciso atentar para o fato de que existe a possibilidade de haver uma dialética entre o antigo e o novo, como por exemplo, o caso da pirâmide do Louvre, uma construção moderna no meio de uma construção antiga. “*Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico*”¹⁰².

Ainda falando dessa dialética, os avanços tecnológicos não são sinônimos de oposição ao antigo. A reprodução industrial em série, com toda a sua rapidez e eficiência, oferece-nos objetos de todos os tipos fabricados com perfeição e beleza, mas, objetos feitos de forma artesanal são cada vez mais requisitados, como é o caso do ramo mobiliário onde vemos até mesmo a venda de móveis antigos por preços bem altos ou ainda a reprodução do estilo antigo em móveis novos.

Outro grupo de opositores foram os arquitetos. Eles precisavam construir seus nomes na profissão, invocavam seus direitos de criar. Nesse aspecto entendemos que nenhum profissional, de qualquer área, almeja trabalhar somente à sombra de outros. Nesse caso, arquitetos antigos foram consagrados através daquelas construções, mas a nova geração

⁹⁹ CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 16

¹⁰⁰ CHOAY, Françoise. Op. cit. p. 15. Nos séculos XVII e XVIII centenas de igrejas góticas do período da Antiguidade e da Idade Média foram demolidas para fins de embelezamento e substituídas por edifícios barrocos ou clássicos.

¹⁰¹ CHOAY, Françoise. Op. cit. P. 111. Discurso de Dussalt em 4 de agosto de 1792, na Assembléia.

¹⁰² CHOAY, Françoise. Op, cit. p. 113

aparecia ansiosa por mostrar sua capacidade, expressar sua arte e construir sua própria imagem.

Quanto a essa questão, gostaríamos ainda de falar sobre o outro lado da moeda. As grandes capitais sempre foram o centro das atenções de arquitetos e de vários outros profissionais. Não satisfeitos em reformar ou manter tais edifícios, eles defendem a demolição para reconstrução como solução necessária, esquecendo-se ou ignorando muitas outras regiões onde a carência de estilo arquitetônico é significativa e onde há espaço e até investidores necessários para tais iniciativas.

Como último exemplo de opositores, e que não poderiam ser esquecidos, ela cita os proprietários¹⁰³. Estes queriam utilizar suas heranças da forma como achassem conveniente, não lhes agradava o controle do governo ou de nenhuma organização sobre seu patrimônio. Na França a legislação privilegiava o interesse público, enquanto nos Estados Unidos e no Brasil, a partir de 1934, o cidadão tem direitos sobre o patrimônio histórico privado e o governo age com limitações.

Apesar das oposições, a proteção ao patrimônio histórico não parou, pelo contrário, foi se aperfeiçoando com o tempo. Em cada país o patrimônio histórico é tratado de forma diferente, com políticas diferentes, mas em 1945 foi criada a UNESCO¹⁰⁴ que, entre outras coisas, trata dessa questão e estabelece regras internacionais de proteção além de oferecer ajuda aos vários países participantes. Uma de suas principais iniciativas em relação à proteção foi a organização de uma lista de patrimônios mundiais¹⁰⁵.

¹⁰³ CHOAY, Françoise. Op, cit. p. 17

¹⁰⁴ “A UNESCO foi criada em 1945, após as duas grandes guerras, a fim de promover a paz sob o princípio de que acordos políticos e econômicos não são o suficiente para isso. Para alcançar a paz é preciso que os países tenham uma conexão intelectual e moral, que haja solidariedade entre eles. Busca construir redes entre as nações através da educação, compreensão intercultural, cooperação científica e buscando proteger a liberdade de expressão. Entre seus objetivos está a constante criação de políticas holísticas (totalizantes-que abrangem tudo) que são capazes de lidar com as dimensões sociais, ambientais e econômicas do desenvolvimento sustentável. Existe para trazer essa inteligência criativa para a vida; pois acredita que é na mente dos homens e mulheres que as defesas da paz e as condições para o desenvolvimento sustentável devem ser construídas”. <https://en.unesco.org/about-us/introducing-unesco>

¹⁰⁵ “A Convenção de 1972, sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural Mundial reconhece que certos lugares na Terra são de “valor universal excepcional” e deve fazer parte do patrimônio comum da humanidade. Hoje, 190 países aderem à Convenção do Patrimônio Mundial, como é vulgarmente conhecido, e tornaram-se parte de uma comunidade internacional unida em uma missão comum para identificar e salvaguarda do patrimônio natural e cultural mais importante do nosso mundo. A Lista do Patrimônio Mundial inclui atualmente 962 sítios (745 cultural, 188 naturais e 29 mistos) em 157 Estados Partes”. <https://en.unesco.org/themes/world-heritage>

Segundo Márcia Chuva, o trabalho do historiador do patrimônio envolve mais do que “atribuir valor e significados a bens e práticas culturais da nação¹⁰⁶”. Eles contribuem para o projeto de construir o Estado. Entende-se por construir o Estado o trabalho de encontrar, destacar, proteger e propagar todo o patrimônio do território nacional a que tiver acesso, buscar esse acesso a todo momento não se contentando apenas com o que está mais claro e, principalmente, destacar e propagar não somente dentro do contexto acadêmico mas também por políticas de acesso amplo. Atitudes muito semelhantes a essas encontraremos em José Mariano Filho, em sua busca pelo reconhecimento do estilo neocolonial como tradição brasileira e insistência na organização da proteção por parte do governo.

Quando, no século XIX, os monumentos e outros projetos arquitetônicos foram chamados de patrimônio nacional, foi porque a eles foi atribuído o significado de que representavam a nação. De alguma forma, suas características poderiam representar a história da nação, ou simplesmente por ter acontecido ali algum fato histórico importante. Enfim, o fato é que hoje, a proliferação de memórias fez com que as instituições de ensino, proteção e tudo que é voltado ao patrimônio histórico principalmente as instituições financiadoras, revissem a relação entre produção acadêmica e a execução das idéias – a prática¹⁰⁷.

Acontece que, segundo Chuva, essa revisão faz com que o historiador se veja limitado por uma série de impedimentos à sua produção textual. Desde problemas quanto ao financiamento dos estudos até a agenda de estudos imposta pela instituição. É claro que, apesar da limitada liberdade, o historiador consegue ainda driblar algumas regras e, mesmo que discretamente, resistir e mobilizar. “*O presentismo a que estamos submetidos na atualidade (...) parece tornar esse drama eterno: o risco de viver sem referências e sem perspectivas faz essa modernidade ser vivida na forma do drama e leva à produção de memórias em excesso, numa busca permanente de referências, laços, vínculos de identidade que apaziguem a existência do homem moderno*¹⁰⁸.”

O valor econômico do patrimônio histórico não deve ser subestimado. Além da questão dos direitos dos proprietários, esses bens também têm importância para os recursos nacionais. Dessa forma nos perguntamos quais eram as leis que protegiam o patrimônio artístico e histórico nacional naquela época. Sabemos que Somente nos anos de 1930, com o

¹⁰⁶ Márcia Chuva fala sobre isso quando faz a introdução da Revista do Patrimônio histórico e artístico nacional n 34, p. 11.

¹⁰⁷ Revista do patrimônio n 34, p. 14.

¹⁰⁸ Revista do patrimônio n 34, p. 12.

projeto de modernização de Gustavo Capanema a noção de interesse público foi destacada¹⁰⁹, e o SPHAN foi criado somente em 1937. Os debates acerca de tradição e construção da nação dos anos 20 só foram incorporados ao Estado, ou seja, só se tornaram lei, nos anos 30¹¹⁰. Sendo assim, podemos dizer que, até então esse patrimônio não pertencia ao Estado Brasileiro.

A esse respeito, José Mariano Filho se pronunciou várias vezes, no capítulo sobre ele citaremos alguns exemplos. Ele foi um dos primeiros defensores de que se criasse uma legislação, uma instituição, algo que agisse a favor da proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Para exemplo de suas iniciativas, citaremos agora uma crítica que fez a respeito do tombamento que mostra que mesmo após a criação do SPHAN, nos primeiros momentos de sua atuação, ainda haviam problemas de organização e algumas atitudes incoerentes por parte de alguns de seus funcionários.

“(...)muita gente insuficientemente informada sobre o assunto, supõe que seja difícil caracterizar os monumentos arquitetônicos dignos de merecerem o amparo oficial. (...) Seria-penso eu- da maior conveniência, que a caracterização dos monumentos se fizesse imediatamente, sem embargo (...) Há cerca de cinquenta anos, desde que osingleses da Leopoldina, com o Sr. Knox Little à frente, descobriram os velhos sofás de jacarandá, e a prataria cinzelada que ornava as residências nobres de antanho que a evasão do mobiliário e de peças de adorno se faz de modo ininterrupto. Mas, o que é deplorável, é que não foram apenas as famílias que se desfizeram desses bens artísticos. As ordens religiosas passaram a explorá-los discriminadamente (...) ainda hoje se vendem móveis sacros(...)”¹¹¹

Quando escolhemos o tema Patrimônio Histórico para a pesquisa, mesmo antes do recorte do tema, ainda não tínhamos tudo isso em mente. Quando se pensa em trabalhar com proteção ao patrimônio histórico, a princípio, nem tudo que existe em relação ao tema está presente em nossa consciência, mas ao nos envolvermos com a questão, mesmo que ainda no campo teórico, observamos quão ampla é a área e o quanto se tem a fazer. A falta de experiência no campo prático não nos impede de buscar um envolvimento maior, pelo contrário, nos impulsiona.

¹⁰⁹ Márcia Chuva. Fundando a Nação: A representação de um Brasil Barroco, moderno e civilizado. Artigo, 2003.

¹¹⁰ Márcia Chuva. Op. Cit. P. 314.

¹¹¹ José Mariano Filho. A margem do problema arquitetônico nacional. Rio de Janeiro, 1943. Artigo: “Acerca do patrimônio artístico da nação”. P. 134, 135.

A questão que se coloca quando conseguimos enxergar tudo isso, quando pesquisamos e encontramos um histórico de pessoas que lidam com isso há tempos, é como poderemos contribuir de alguma forma com a proteção. Ficar no campo teórico ou avançar para a prática não é apenas uma questão que requer respostas simples como sim ou não. Tudo que já foi feito até agora, o conhecimento que foi adquirido, interpretado, representado e perpetuado está em constante modificação. É preciso acrescentar. Familiarizamo-nos, por exemplo, com essa questão colocada por Márcia Chuva nessa pequena introdução.

Um exemplo dessa limitação quanto às pesquisas pode ser visto até mesmo nas ofertas de mestrado do IPHAN cujos temas não são exatamente livres, desde que pedem que os candidatos se encaixem dentro do programa oferecido no período em questão. É claro que não nos referimos aqui a uma iniciativa onde os candidatos não tenham que respeitar regras, mas sim a essa espécie de demanda que impede que qualquer candidato interessado na proteção ao patrimônio, e que tenha os requisitos acadêmicos necessários, ingresse, a qualquer momento, em uma especialização.

2.2 A reinvenção de tradições

Segundo Hobsbawm, nos trinta ou quarenta anos antes da Primeira Guerra Mundial, houve em vários países da Europa um fenômeno que ele chamou de fabricação de tradições¹¹². Esse fenômeno se caracterizou por uma série de iniciativas de grupos políticos e sociais em direção a formação de mecanismos que assegurassem coesão aos grupos¹¹³. Essa prática, segundo ele, teria acontecido de forma oficial e por motivos políticos pelos Estados e grupos sociais e políticos organizados, e de forma extra-oficial, por motivos sociais por grupos sociais não organizados¹¹⁴.

Devido às transformações que aquela sociedade estava vivendo naquele período esses grupos buscavam algo que aproximasse os seus membros e que lhes desse unidade. “*A/*

¹¹² HOBBSAWM, Eric, Terence Ranger (Eds) *La Invención de La Tradición*. Ed Crítica.Barcelona.2002.cap.7. *La Fabricación em serie de tradiciones: Europa, 1870-1914*

¹¹³ IBDEM. p. 273

¹¹⁴ IBDEM. p. 273

mismo tiempo, debido a los cambios que estaba experimentando La sociedad, las formas tradicionales de gobierno por parte de los estados y las jerarquías sociales o políticas resultaban más difíciles o incluso imposibles. Esto exigía nuevos métodos de gobernar o de establecer lazos de lealtad".¹¹⁵ Não é que a invenção de tradições fosse algo consciente em todas as mentes desses grupos, ou de seus líderes, desde o princípio, nem mesmo que tivessem sido planejadas de forma direta, como se faz quando se cria um decreto ou lei. As iniciativas em busca de unificação de um grupo ou nação foram assim interpretadas e classificadas pelo autor, que também não exclui a idéia de que uma vez identificadas como eficientes pelos grupos, na maioria dos casos instituições políticas, essas praticas passaram a ser conscientes¹¹⁶.

No século XIX a principal mudança na política havia sido o espaço aberto pela Revolução Francesa aos cidadãos para participar dela, tornando o Estado e a sociedade civil cada vez mais próximos. O que todos os grupos políticos almejavam era participar e/ou interferir no governo do Estado, este, por sua vez, precisava manter sua força e eficiência mas através de outros mecanismos, precisava lidar com essa nova massa que entrava em “seu” espaço como aliada e não como inimiga, precisava encontrar uma maneira de “*mantener o siquiera establecer La obediencia, La lealtad y La cooperación de sus súbditos o miembros, o su propia legitimidad a ojos de éstos*”¹¹⁷. Tanto é que o problema de insubordinação era mais grave em estados novos onde os governantes não tinham laços com os governados.

A mobilização política das massas por meio da religião, a consciência de classe e o nacionalismo eram os principais desafios à legitimidade de novos estados, e todos esses desafios se expressavam através do voto¹¹⁸. Era o voto que dava poder aos homens de desafiar o Estado. Quando a ideologia liberal foi tomando cada vez mais espaço é que a ameaça se tornou forte, porque os liberais dariam direitos civis a todos os cidadãos, aumentando de forma incontável a massa que passaria então a participar diretamente da política¹¹⁹.

Observe-se que a referência a grupos políticos tem duas vertentes, uma que se refere aos conjuntos de cidadãos que participavam da política de forma oficial, dentro de partidos ou sindicatos, e outra que se refere à elite política, pessoas ligadas a antigas tradições e

¹¹⁵ IBDEM.p. 274

¹¹⁶ IBDEM. p. 274

¹¹⁷ IBDEM. p. 275

¹¹⁸ IBDEM. p. 277

¹¹⁹ IBDEM. p. 278

hierarquias e que buscavam se manter em suas posições ou manter as antigas formas de governar.

Quando a burguesia, juntamente com os camponeses e sans-culottes, iniciou a Revolução Francesa, com base no liberalismo clássico¹²⁰, certamente não imaginou que, após a instauração da democracia política, mais especificamente na Terceira República Francesa, iria lamentar a ausência da força aglutinadora que tinha a igreja e a monarquia. Ambas haviam contribuído para manter submissos os homens, mas no novo contexto social essa faculdade já não lhe poderia ser dada. A alternativa encontrada foi a construção de novos elementos aglutinadores. Invocar o espírito de 1789 foi uma das primeiras iniciativas no sentido de atrair a atenção dos eleitores e sua lealdade¹²¹.

Três principais maneiras de buscar essa lealdade e união entre os membros de uma nação foram utilizadas: a educação, as cerimônias públicas e a criação de monumentos. A elaboração de manuais com conteúdos de conversão ao republicanismo foi um instrumento da educação utilizado em grande escala. As cerimônias públicas consistiam em manifestações públicas através de festas populares onde se exaltava um herói da República, ou se lembrava de uma data especial na sua trajetória¹²². Nas Exposições Internacionais, toda conquista, progresso e prosperidade exibida era atribuída à República¹²³. E a produção de monumentos nesse período não consistia na construção de grandes edifícios, mas na reprodução de imagens que remetessem à Revolução, como por exemplo, bustos de Marianne¹²⁴, estátuas de Robespierre, Danton e outras figuras civis¹²⁵.

Ainda falando da questão dos monumentos, não é que tenham começado a construir novos monumentos para de alguma maneira utilizá-los nesse processo, mas os já existentes passavam a ser resignificados, carregados de novos simbolismos. Françoise Choay explica de maneira clara esse significado atribuído aos monumentos históricos através da definição dada por A. Riegl segundo a qual *“o monumento é uma criação deliberada cuja destinação foi pensada a priori, de forma imediata, enquanto o monumento histórico não é, desde o princípio, desejado e criado como tal; ele é constituído a posteriori pelos olhares*

¹²⁰ IBIDEM. P. 279

¹²¹ IBIDEM. P. 280

¹²² Como por exemplo o Dia de Bastilla, feriado nacional francês celebrado até os dias atuais em 14 de julho.

¹²³ IBIDEM. P.282

¹²⁴ Figura feminina que representava a Revolução Francesa.

¹²⁵ IBIDEM. P. 283

*convergentes do historiador e do amante da arte, que o selecionam na massa dos edifícios existentes, dentre os quais os monumentos representam apenas uma pequena parte*¹²⁶.

Saindo um pouco da França e falando dessa prática em outros países nesse período, Hobsbawm também dá outros exemplos. No império alemão, quando Bismarke buscava unir a história da Prússia à história da Alemanha, mas sendo dois países com histórias tão diferentes, a solução encontrada foi a concepção de um inimigo comum. Para combater esse inimigo os Estados iriam se unir¹²⁷. Nos Estados Unidos pós-secessão (1861-1865) sucedera uma massa heterogênia onde a quantidade de imigrantes era tão grande que se tornava um problema político, ameaçava a identidade nacional. Entre as iniciativas desenvolvidas para alcançar unidade estava a educação onde o culto à bandeira era repetidamente praticado e o estímulo à participação em rituais comemorativos da história da nação¹²⁸.

A universalidade da utilização de símbolos, rituais, monumentos e outras coisas que fizessem referência ao passado da nação ou suas origens, a fim de unificar uma massa ou torná-la manipulável, se expressava nas iniciativas dos estados. Foram eles os que mais utilizaram esse método em sua constante busca por estabilidade, força, aliados e a fim de assegurar a paz em seus territórios.

Outras iniciativas para se criar ou reafirmar tradições foram os movimentos de massa, cuja principal característica era ser uma celebração familiar e alegre¹²⁹, sempre fazendo referência a um passado mitológico¹³⁰. Também a iconografia, como foi o caso dos gorros utilizados pelos operários ingleses em manifestações¹³¹. E o futebol, adotado como “culto proletário”¹³². Foi deixando de ser somente um esporte e passou a ser uma espécie de ritual entre os trabalhadores e também carregado de simbolismo. Apesar disso, tanto os esportes das classes médias quanto os das classes baixas combinavam invenção de tradições políticas e sociais. Proporcionavam um meio de identificação nacional. Nas competições esportivas

¹²⁶ CHOAY, Françoise. Op. Cit. P. 25.

¹²⁷ Hobsbaw, Eric, Terence Ranger. Op. Cit. P. 285

¹²⁸ Hobsbaw, Eric, Terence Ranger. Op. Cit. P. 290

¹²⁹ Hobsbaw, Eric, Terence Ranger. Op. Cit. P. 296

¹³⁰ Hobsbaw, Eric, Terence Ranger. Op. Cit. P. 293

¹³¹ Hobsbaw, Eric, Terence Ranger. Op. Cit. P. 297

¹³² Outra face do esporte é a que mostra que ele também poderia ser um elemento de distinção de classes pois a escolha de esportes variava de acordo com o poder aquisitivo do grupo. O tênis, por exemplo, passava a “pertencer” a classe média alta, enquanto o futebol era o esporte das massas. O sentido da palavra “pertencer” deve ser esclarecido pois não significa que apenas os ricos poderiam praticar o tênis ou que apenas os pobres jogavam futebol. O que ocorria era que os instrumentos e espaços para o primeiro eram caros e, portanto, acessíveis somente aqueles com alto poder aquisitivo.

internacionais o sentimento de pertencimento era, e é, aguçado. O que ficou bem expresso já nos jogos Olímpicos de 1896.

“Lo que resulta claro es que El nacionalismo se convirtió en sustituto de La cohesión social por médio de una Iglesia nacional, una família real u otras tradiciones cohesivas, o autopresentaciones colectivas de grupo, una nueva religión laica”¹³³.

No Brasil, a celebração da Independência e a figura de Tiradentes como herói nacional, foram duas das tradições inventadas pela República. A própria experiência da organização da Comemoração do Centenário da Independência e da Exposição Internacional tem vários traços dessa idéia de Hobsbawn de invenção de tradições. Aqui também se observou processo semelhante. O que pretendemos mostrar é que a força de uma tradição não existe apenas no decorrer do tempo, passada de geração em geração. A força de uma tradição também pode ser usada em momentos de esfriamento da paixão nacional ou mesmo, como no caso da Exposição, em momentos de consolidação de uma nação diante das outras.

Mesmo com toda essa questão de tradições e simbolismo, vários grupos dentro desses países tiveram dificuldades em determinar a sua presença como classe, como veremos no capítulo seguinte.

2.3 Nacionalismo

Em 26 de setembro de 1921 Vespúcio de Abreu em seção no senado, fala sobre a Independência Norte Americana e o exemplo que ela deu aos outros povos subjugados das Américas. Entre elas, Peru e México comemoravam então seu primeiro centenário de Independência. Pede que o senado lance na ata do dia votos de congratulações ao povo mexicano, pois o Brasil deve compartilhar da alegria deles que comemoram o centenário de sua independência, porque além de serem irmãos, o Brasil em breve também festejaria sua independência. O requerimento foi aprovado. Ele diz:

“As ideias de liberdade que tinham promovido a independência da América do Norte, que haviam transposto o oceano nas baionetas de Rochambeau e de Lafayette para promoverem

¹³³ Hobsbaw, Eric, Terence Ranger. Op. Cit. p. 313,314

a declaração do direitos do homem em 1789, vieram repercutir na América Latina, promovendo da parte de seus habitantes o sacudimento do jugo que os oprimia. Entre estas, duas das mais preciosas jóias da coroa espanhola, lutaram com todo denodo, com todo o ardor e durante largo tempo para conquistar a sua independência e a sua liberdade: o Peru e o México, que neste ano comemoram o centenário de sua independência. (...) Brilhante tem sido o desenvolvimento desse nosso irmão latino da América Central (o México). Neste século de independência tem afirmado perante o mundo a sua civilização, a sua liberdade e o seu grande progresso. (...) Formamos com aquele povo o conjunto da raça que na América, no breve lapso de tempo de cem anos de vida independente se vem afirmando com extraordinário brilho e para aquele o futuro reserva larga parte na direção dos destinos do continente, raça que pela sua solidariedade há de conservar sempre o brilho que herdou dos seus antepassados.¹³⁴”

O desejo de congratular outras nações pela comemoração do centenário de independência vai além de diplomacia, é uma identificação com a causa. O Brasil não era o único país que passava por um momento de afirmação de sua independência, de sua capacidade de progredir, de se manter e evoluir independentemente de outros países mais evoluídos. Era um momento em que antigas colônias, como o México e o Peru, construía alicerces e se firmavam como países produtivos, com grande riqueza natural, com personagens dignos de nota na história, como heróis de guerra, artistas, intelectuais, políticos, etc.

As práticas de proteção ao patrimônio no século XIX estavam relacionadas à construção dos Estados Nacionais. Nesse contexto, o papel do historiador era construir sobre um monumento, ou qualquer outra coisa que pudesse ser chamada de patrimônio nacional, a imagem de que ele representava a própria nação. “*Os historiadores do patrimônio fazem política, inventando o patrimônio nacional, atribuindo valor e significados a bens e práticas culturais que circunscrevem os limites da nação*¹³⁵”. O patrimônio histórico e todas as práticas que o envolvem estão intimamente ligados ao nacionalismo. A proteção ao patrimônio não significa apenas a preservação de algo belo, ou de algo que tem valor financeiro, ela também acontece pelo valor didático do objeto em questão.

¹³⁴ Anais do senado, 1921, livro 5, p. 395,396. Grifo meu.

¹³⁵ Márcia Chuva; História e Patrimônio: Entre o risco e o traço, a trama. Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional; n 34.

Em outro momento, falaremos especificamente sobre a proteção patrimonial, mas citamos esse ponto agora porque queremos falar sobre essa função didática do patrimônio em relação ao nacionalismo. A construção e propagação nacionalista foi, e é, muito comum em várias nações ao longo da história. Diversos foram os motivos e os métodos utilizados por um governo ou grupo de pessoas para ensinar, influenciar ou mostrar aos indivíduos de uma mesma nação o que ela deveria significar para eles, que eles deveriam amá-la, protegê-la, cuidar e se preciso, em alguns casos extremos, até mesmo morrer por ela.

Diante disso nos perguntamos como é que um conjunto de bens arquitetônicos, objetos do cotidiano de uma sociedade antiga, documentos e fotos, e até mesmo a herança cultural intangível poderia contribuir nesse processo de ligação e fidelidade à nação pelo qual os cidadãos passavam. Quando os imigrantes foram trazidos em massa da Europa para o Brasil a fim de trabalharem nas fazendas no lugar dos escravos quando a escravidão foi abolida no país, uma das primeiras iniciativas do governo foi fazer com que eles se adaptassem ao país, que de alguma forma se enraizassem e sentissem como se fossem brasileiros. É claro que fazer isso em adultos não era tão fácil, mas era algo que se podia esperar das gerações seguintes, então, as crianças passaram a receber nas escolas cartilhas cujo conteúdo era propositalmente programado para estimular o sentimento de pertencimento à nação¹³⁶.

Da mesma maneira se dá com a utilização do patrimônio histórico. A mensagem não precisa estar exatamente escrita em um papel ou esculpida em um monumento ou obra de arte, a mensagem está na memória daquele que a quer reproduzir. Poderíamos dizer que a mensagem está nos fatos históricos, mas os exemplos que citamos no capítulo anterior nos mostram que nem sempre é assim que acontece, pois existem mensagens que passam a existir a partir do momento que surge a necessidade. O fato é que o patrimônio histórico também serve como estímulo ao surgimento ou afirmação do sentimento nacional.

Movimentos intelectuais e movimentos revolucionários em busca de mudança, unidos pelo sentimento nacional, fizeram parte da realidade vivida pelos países da Europa Ocidental desde 1815. Mas esse sentimento não era o mesmo nos dois lados. Enquanto no primeiro (intelectuais) predominava uma influência cultural, sentimento de pertencimento ligado às tradições populares, à língua, no segundo (revolucionários) predominava influência política, nacionalidade fundamentada em fenômenos conscientes e voluntários (expressos por

¹³⁶ DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil: 1850. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

plebiscitos, eleições, voto popular)¹³⁷, ou seja, as pessoas participavam porque buscavam algo que não possuíam, mas que sentiam que precisavam ou que tinham direito. Essa busca estava relacionada a melhores condições de vida ou a independência.

O que aconteceu na Bélgica nos ajuda a entender melhor essa questão. Diante da ameaça de dominação dos Países baixos, alguns habitantes haviam aceitado a dominação francesa, mas os britânicos não queriam que uma grande potência se instalasse em Amberes. Por isso o rei da França, Luís Felipe, preferiu permitir a criação de um novo pequeno estado independente¹³⁸.

A questão a ser destacada é que os habitantes que levavam à frente o movimento nacionalista eram franceses e neerlandeses, ou seja, tinham culturas diferentes, falavam línguas diferentes, mas foram unidos pelo desejo de conquistar independência, por uma necessidade comum a ambos. A nação que nasceu foi resultado da vontade popular, e não da língua. Foi, portanto, um movimento consciente e voluntário.

Segundo Duroselle esses movimentos podem ser divididos em duas fases: de 1815 a 1851 quando prevaleceu a vitória da reação¹³⁹, e de 1851 a 1871, quando triunfou o princípio das nacionalidades¹⁴⁰. Citaremos esses movimentos para mostrar que as disputas por projetos e tradições ocorreram ao redor do mundo, que a definição de tradição era e é algo que causa divisão nas sociedades, apesar de as lutas e consequências serem diferentes em cada uma delas.

A Europa de 1815 tinha um caráter anti-nacional porque encontrava-se dividida. Além dos dois impérios, o austríaco e o otomano, em todo o continente havia nações submetidas que buscavam sua independência, principalmente em regiões como nos Bálcãs onde o nível de vida era baixo e o índice de analfabetismo muito alto. A França já não era mais o único lugar onde se multiplicavam movimentos nacionalistas, eles já haviam alcançado todo o Império Otomano, onde na região dos Estreitos se fazia contato com todo o Oriente, e onde se concentraram as atenções de muitas nações¹⁴¹.

Em 1821 a Grécia se levantou contra os turcos. Uma resistência xenófoba, de semipatriotas e de semibandidos, além de uma pequena burguesia enriquecida com o tráfico marítimo e que possuía uma grande frota, eram grupos que formavam uma sociedade

¹³⁷ Jean Baptiste Duroselle - Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais. SP: Pioneira, 1992. p. 22.

¹³⁸ IBIDEM. P. 22,23.

¹³⁹ IBIDEM. p. 24.

¹⁴⁰ IBIDEM. P. 29.

¹⁴¹ IBIDEM. p. 24.

patriótica, sentiam-se como nação, era a união de setores diferentes através de um sentimento comum: o de pertencimento. O Oriente desejava controlar o Mar Morto. Os gregos começaram uma luta contra os muçulmanos por sua independência. Nos primeiros anos pareciam caminhar para a vitória, mas logo se dividiram e enfraqueceram. A França partiu para auxiliá-los, enquanto a Rússia invadia territórios franceses. Os britânicos sugeriam paz. Todo esse movimento acabou resultando na divisão da Grécia, parte dela conseguiu se tornar independente em 1830¹⁴².

Na Bélgica, a luta por independência se tratava de uma rivalidade anglo-francesa. Os britânicos mantinham o reino nos Países Baixos e não queriam que a França ocupasse aquele espaço. Em uma Conferência realizada em Londres os belgas optaram por uma Constituição e um rei de acordo com as exigências inglesas ao invés das francesas. Estabeleceram um acordo, traçaram fronteiras, mas logo a Inglaterra começou a desconfiar da França, Luis Felipe queria estabilizar seu regime. Nenhum dos dois países contribuiu para reforçar o acordo, até que a questão com o Oriente o desfez¹⁴³.

Mohammed Ali (1769-1849), líder do Egito, era um protegido da França. Por ter ajudado os gregos na revolta contra os muçulmanos queria Creta como pagamento, o que lhe foi negado. Ele invadiu a Síria e esmagou os turcos, q estavam sob proteção da Rússia. A Inglaterra ficava entre franceses e russos, intervindo, Palmerston convenceu as potências de que era necessário colocar a Turquia sob um protetorado coletivo. Thiers, ministro de relações exteriores na França, organizou uma negociação entre Mohamed e os turcos em segredo, mas foi descoberto e as quatro potências realizaram um conselho em Londres (1840) estabelecendo um tratado pelo qual Mohammed teria que devolver todas as conquistas. Ele pediu ajuda à França, Thiers estava pronto a conceder, mas Luis Felipe, a fim de evitar uma guerra, o demitiu e substituiu por Sault, que não enviou a ajuda. Mohamed teve que “se conformar somente” com o Egito, e a Rússia conquistava assim acesso aos mares da região¹⁴⁴.

Na Itália a tentativa de unificação fracassou. Alguns insurretos queriam expulsar austríacos de uma região (o território Lombardo-Véneto) mas perceberam que precisariam de uma aliança com alguma potência. Além disso, a impopularidade do Papa Pio IX contribuiu para a escolha da ideia de unidade baseada a anexação de toda Itália ao Piemonte¹⁴⁵.

¹⁴² IBIDEM. p. 25.

¹⁴³ IBIDEM. p. 25.

¹⁴⁴ IBIDEM. p. 26.

¹⁴⁵ IBIDEM. p. 27.

Na Alemanha os republicanos, apesar de poucos, buscavam a unificação por duas maneiras: vontade popular independente dos soberanos, ou pela exclusão da Alemanha unificada de todo Império Austríaco¹⁴⁶.

*“Essas revoluções mostram que, apesar de tudo, a velha monarquia permanecia sólida e que, durante muito tempo, as populações submetidas limitaram suas ambições a uma federalização. A vitória da reação paralisou o espírito de independência durante várias gerações”*¹⁴⁷.

Na França já havia o princípio das nacionalidades, Napoleão III queria que se realizasse a unidade italiana e alemã. A posição da França na Guerra da Criméia teve papel fundamental¹⁴⁸.

O zar da Rússia (Nicolas I) precisava de um pretexto para exercer influência (ou dominar) a região dos Bálcãs. O que encontrou foi que os turcos precisavam reconhecer seu protetorado sobre os cristãos ortodoxos do Império Otomano. Em maio de 1853 enviou Mentchikov para reclamá-lo, era o início da Guerra da Criméia¹⁴⁹. A Inglaterra tinha interesse na guerra entre Turquia e Rússia, pois poderia intervir e obter vantagens. A França interveio em favor dos turcos. Em setembro de 1855, após a morte do Zar, seu filho aceitou uma mediação austríaca e em março de 1856 aconteceu em Paris um Congresso pela paz, onde nasceu uma nação autônoma e praticamente independente. Foi mais um desmembramento do Império Otomano. Se Napoleão III queria prestígio pela intervenção, não conseguiu. Pelo contrário, acabou se mostrando como árbitro da Europa agindo sozinho na Turquia¹⁵⁰.

A situação foi diferente para Cavour. Ele havia enviado apenas um pequeno exército para auxiliar na Criméia, mas por isso se tornou chefe de governo de um pequeno país. Teve sucesso em seu plano de obter apoio de Napoleão III para libertar o norte da Itália da influência austríaca. Não sonhava com a unificação de todo o país mas, por ter apoio popular, acabou conseguindo isso¹⁵¹.

¹⁴⁶ IBIDEM. p. 27.

¹⁴⁷ IBIDEM. p. 28,29

¹⁴⁸ IBIDEM. p. 27.

¹⁴⁹ IBIDEM. p. 29.

¹⁵⁰ IBIDEM. p. 30.

¹⁵¹ IBIDEM. p. 30.

A partir de 1862 se iniciou outro movimento da mesma natureza, foi a formação da unidade alemã ao redor da Prússia, com Bismarck na liderança. O governo queria aumentar os pagamentos dos militares mas a assembléia, onde predominavam liberais, não permitia. Como solução Bismarck eliminou o voto, só o rei poderia decidir. Por causa dessa atitude foi odiado por vários anos¹⁵².

Ele queria excluir a Áustria da Alemanha. Conseguiu um grande exército e depois de três guerras alcançou seu objetivo. Quando Napoleão III resolveu cobrar os favores prestados Bismarck o tratou com sarcasmo. Napoleão III que tanto queria proteger as fronteiras da França acabou percebendo que contribuiu para a formação de uma Prússia poderosa e com um potente exército em sua fronteira. França e Prússia se tornaram inimigas, a guerra aconteceu em 1871, a França perdeu e o regime caiu. Alsacia e parte de Lorena foram anexadas à unidade alemã¹⁵³.

Esses exemplos nos mostram não somente o que é o nacionalismo, ou as formas com que um governo e população podem lidar com o sentimento e lutar por ele, mas também nos mostram a força que possui o sentimento nacional. Ele existe em todo lugar, mas não é o mesmo entre a população desse mesmo lugar. Não representa a mesma tradição porque para cada grupo, a identificação com elementos tradicionais vai variar de acordo com suas necessidades e intenções. Mesmo que todos os grupos conheçam a história de seu país, não significa que todos interpretarão cada episódio da mesma maneira, justamente por ser composto por indivíduos diferentes. A atribuição de valor vai variar de acordo com o grupo, as lutas, a história, o governo, o contexto social e as necessidades.

Se por um lado, o nacionalismo representa essa ligação entre os indivíduos e sua nação, e pode ser expresso através de símbolos e práticas, por outro lado, essa nação pode ser representada por um lugar, mais especificamente uma cidade, que é tomada como símbolo, como um lugar para onde se remete qualquer pensamento ligado à nação. Como veremos, essa cidade nem sempre será a capital federal do país, mas, representará sua história e tradições e, por isso, será carregada de sentimento nacional.

¹⁵² IBIDEM. p. 32.

¹⁵³ IBIDEM. p. 34.

3. Capitalidade

*“(...) A identificação do Rio com o Brasil penetrou tão profundamente o espírito de sua metrópole que as grandezas do Rio são as grandezas do Brasil; as fragilidades do Rio são as fragilidades do Brasil; o calor do Rio, o calor do Brasil; a paisagem do Rio, a paisagem do Brasil.”*¹⁵⁴

Quando Ana Lúcia de Abreu Gomes analisa Brasília como capital do Brasil, e questiona o que seria essa capacidade de representar a nação, faz uma observação importante para entendermos a capitalidade, pois ela cita a questão da dicotomia, além da historicidade: *“dicotomia dos dois Brasis, o do litoral e o do sertão, do regional e do nacional, do universal e do particular”*¹⁵⁵. No caso brasileiro, depois da transferência da capital para Brasília, o que se observou foi realmente essa dualidade onde a capital política não possuía, e não possui, as principais características representativas do país, principalmente no exterior. Daí a conclusão da autora dizendo que *“Brasília não tem capitalidade”*¹⁵⁶. E essa ideia não é nova, já que às vésperas da inauguração da cidade, Munhoz da Rocha, deputado paranaense, discursava as palavras citadas acima.

Juliana de Souza Fonseca cita capitalidade segundo André Nunes de Azevedo: *A capitalidade utilizando uma definição dada por André Nunes Azevedo está caracterizada “pela constituição de uma esfera simbólica originada de uma maior abertura às novas idéias por parte de uma determinada cidade, o que confere a esta um maior cosmopolitismo relativo às suas congêneres e uma maior capacidade de operar sínteses a partir das diversas idéias que recepciona”*¹⁵⁷. O que ele chama de “esfera simbólica” chamaremos de “prática”, exercida por representantes da cidade, que podem ser políticos ou qualquer pessoa com

¹⁵⁴ Anais da Câmara dos Deputados. 12/02/1960, p. 605. Apud. MOTTA, Marly Silva da. Rio de Janeiro: de cidade-capital a Estado da Guanabara. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001, p. 88. Em GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960). Brasília, UnB, PPGHIS, 2008. 351f. Tese: Doutorado em História (História do Brasil). Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História do Departamento de História da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de título de Doutor em História. Brasília, dezembro de 2008. P. 12.

¹⁵⁵ Ana Lúcia de Abreu Gomes. Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960). Brasília, 2008. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em história do departamento de história da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de título de doutor em história. p. 55

¹⁵⁶ Ana Lúcia de Abreu Gomes. Op. Cit. p.109

¹⁵⁷ Juliana de Souza Fonseca. Capitalidade e civilização na reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906). Rio de Janeiro, 2007. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-graduação em história, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. p. 31

capacidade influenciadora, como foi o caso dos arquitetos do período Pereira Passos. Através dessa prática, ou práticas, se absorve o que se tem de tradicional na história do país e também, ou até mesmo principalmente, o que se tem de novo, tanto do lado cultural, como social ou até mesmo econômico, que ele chamou de “operar sínteses a partir das diversas idéias que recepciona”. Uma vez identificadas e absorvidas tais ideias, começa então o processo de representação dentro de suas próprias estruturas. Com a vinda da família real para o Rio de Janeiro em 1808, sua capitalidade foi “revigorada” pois a nova realidade era que “ali passariam os principais acontecimentos políticos e culturais do país”¹⁵⁸. O que mostra que a capitalidade se desenvolve, se modifica, se adapta.

Juliana de Souza Fonseca em sua análise da reforma Pereira Passos, 1903 a 1906, diz que a maneira como aconteceram as reformas urbanas em várias cidades Latino Americanas no final do século XVIII início do XIX, foi baseada em princípios comuns de “*reafirmação de capitalidade*”¹⁵⁹, cujo principal era a modernidade¹⁶⁰. Essa valorização da modernidade já havia acontecido nos países da Europa desde a segunda revolução industrial devido ao avanço da tecnologia ocorrido. As várias exposições internacionais que foram ocorrendo nesse período mostravam justamente esses avanços tecnológicos como forma de afirmação da modernização da cidade¹⁶¹.

Outro fator comum às reformas nessas cidades foi a questão da higiene¹⁶². Ou seja, observa-se uma dinâmica muito parecida entre elas, desde os motivos para a reforma até as políticas implementadas para isso, como por exemplo, a criação de comissões responsáveis pela avaliação e criação de projetos para a reforma urbana, cuja primeira registrada foi a francesa, em 1850¹⁶³. Além dessa identificação entre as grandes capitais latino-americanas e até mesmo européias, no Brasil a reforma urbana também aconteceu em outras importantes cidades além da capital, estas foram Santos, Belém, Recife e Salvador¹⁶⁴.

Outra característica marcante das reformas das grandes capitais, segundo Juliana de Souza Fonseca, foi a monumentalidade¹⁶⁵. Concordamos que em um processo onde se busca utilizar ao máximo as tecnologias adquiridas e desenvolvidas por um país, a monumentalidade

¹⁵⁸ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p.32

¹⁵⁹ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p. 12

¹⁶⁰ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p. 14

¹⁶¹ As exposições universais que aconteceram em Londres (1851), Paris (1889), Chicago (1893), Saint Louis (1904) e Rio de Janeiro (1910). Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p.16

¹⁶² Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p.14

¹⁶³ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p.15

¹⁶⁴ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p.24

¹⁶⁵ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p. 17

é, no mínimo, necessária como representação de tais modernidades. Sob essa perspectiva, reformar a capital, a cidade que representa toda nação, com obras monumentais, utilizando tudo que a tecnologia do período tinha para oferecer, seria a melhor forma de mostrar que a nação se encaixava dentro da modernidade daquele tempo.

Outras características foram comuns entre as grandes capitais durante seu período de reforma. Por exemplo, Montevideu abrigou um terço da população, além do porto marítimo e fluvial, de suma importância para o setor econômico, e em Buenos Aires também houve crescimento da população, entre as obras da reforma a principal aconteceu no porto¹⁶⁶.

Falamos várias vezes sobre a hierarquização da cidade dentro da reforma, o que também foi uma característica comum entre as cidades. Essa estratificação pode ser ligada a hierarquia social e espacial. No caso da remodelação urbana do Rio de Janeiro, e de outros estados brasileiros, significou o posicionamento das camadas sociais dentro desse espaço urbano, de acordo com suas funções, ou seja, de acordo com seu trabalho e, conseqüentemente, sua camada social.

Quanto à sua definição, capitalidade é a representação da nação através da capital, de uma cidade ou estado referencial. Mas, de acordo com a autora (quando ela diz q a capitalidade é própria da cultura urbana do Rio) essa representação pode ser inversa, ao invés de a cidade-capital representar a nação, ela estimularia a essa nação através de suas representações. “ (...) *a capitalidade não é algo estático, mas fruto da historicidade da cidade (...)*”¹⁶⁷. Ou seja, conforme a cidade é transformada, não sob o ponto de vista físico (espacial) mas sob o político, cultural e até funcional, essa roupagem adquirida vai se tornando a característica comum ao país, na medida em que será essa capital a representação do país, principalmente no exterior. No caso de Brasília, conforme observado, há uma dinâmica oposta, mas falando da Primeira República, a capital do Rio de Janeiro expressou plenamente essa lógica. E era isso que Mariano queria fazer, tornar o RJ o centro da sociedade brasileira, mas sob pontos de vista diferentes do ponto de vista daqueles que acabaram por conseguir fazê-lo, os modernistas.

¹⁶⁶ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p. 23

¹⁶⁷ Juliana de Souza Fonseca . op. Cit. p. 32

3.1 A transformação da cidade do Rio de Janeiro

Não pretendo nesse trabalho traçar a história da urbanização do Rio de Janeiro desde a descoberta, mas considere importante falar sobre as primeiras iniciativas para a formação de cidades no Rio de Janeiro no século XVI, não apenas para mostrar a história dessa formação, mas também, e principalmente, para destacar as motivações que levaram o governo português a tais iniciativas. Como vimos anteriormente e veremos com mais atenção mais a frente, cada passo dado em direção a construções, demolições, proteção, reformas ou modificações de uma cidade esteve sempre ligado a processos históricos, políticos, interesses particulares ou de grupos, e outras motivações que citaremos no momento apropriado.

Até 1530 o Brasil era para Portugal apenas o principal ponto na rota para as Índias, para onde realmente se voltavam seus interesses. Por isso, nesse período a costa brasileira ficou desprotegida. A primeira iniciativa de Portugal em protegê-la, após as primeiras aparições de invasores foram as Capitânicas Hereditárias. Dessa forma, a difícil tarefa de proteger a extensa costa brasileira foi dada a particulares, e a consequência foi a colonização francesa na Bahia de Guanabara em 1555. Com a rota para as índias ameaçada, o governo português começou a mudar seu posicionamento em relação a proteção e ocupação do Brasil. Além disso, nesse período as grandes minas de Potosí foram descobertas, o que fez com que pensassem que também poderiam encontrar minas no Brasil. Em 1560 a metrópole enviou ao Brasil o governador geral Mem de Sá, para expulsar os franceses.

O que acontecia era que a ameaça sempre voltava, já que no Brasil não havia ainda uma efetiva ocupação. Foi o que aconteceu com os franceses que, apoiados pelos Tupinambás, voltaram a ocupar a Bahia de Guanabara. Somente em 1565 os franceses foram definitivamente expulsos por Estácio de Sá e sua pequena expedição, que logo após o feito limpou terreno e começou a construir pequenas e simples instalações. Formava-se então a primeira cidade do Brasil, a cidade de São Sebastião (1565-1566), as casas eram de madeira e barro, tudo provisório e precário, parecendo um acampamento militar.¹⁶⁸

Formadas as primeiras cidades, o seu processo de evolução foi lento. Novamente, não cabe aqui mencionar cada etapa vivida em cada região. Passaremos então para o Rio de

¹⁶⁸ FLAMARION, Ciro. ARAÚJO, Paulo César. Rio de Janeiro. 1992, Fundación MAPFRE America, Madrid. pp. 44

Janeiro no século XIX. Desde a chegada da família real, a cidade começou a se transformar para atender as necessidades da nova classe que se instalara ali e para possibilitar as novas atividades que a cidade passaria a exercer. Segundo Maurício de A. Abreu¹⁶⁹, no início desse século a cidade do Rio era formada basicamente pelos Morros do Castelo, de São Bento, de Santo Antônio e da Conceição. A maioria da população era escrava, havia poucos trabalhadores livres e a elite (administradora, militar e mercantil) era ainda menor. Todos moravam perto e a diferença entre a elite e a população pobre era mais a aparência de suas casas do que a sua localização¹⁷⁰.

Com a independência política e o crescimento da atividade cafeeira a cidade entrava em outra fase, atraindo trabalhadores livres e capitais internacionais (principalmente em serviços públicos – transporte, esgoto, gás, etc.) que encontravam espaço e facilidades para investimento¹⁷¹. Segundo o autor, o Estado, apesar de não ter sido o único agente impulsionador da mudança na estrutura urbana, foi o principal.

“Partimos da premissa que, se a estrutura atual da área Metropolitana do Rio de Janeiro se caracteriza pela tendência a um modelo dicotômico do tipo núcleo-periferia, onde a cidade dos ricos se contrapõe àquela dos pobres, isto não se deve apenas às forças do mercado. Tal estrutura também seria função do papel desempenhado pelo Estado no decorrer do tempo, seja através da criação de condições materiais que favoreceram o aparecimento desse modelo dicotômico, seja mediante o estabelecimento de políticas que, embora objetivando muitas vezes regular conflitos entre o capital e o trabalho, sempre acabaram sendo benéficas àquele e em detrimento deste.”¹⁷²”

Dessa forma, o estado brasileiro não teria seguido à risca a ideologia liberal, uma vez que não buscou beneficiar a sociedade, mas sim aqueles que representavam o capital¹⁷³. Por isso, analisar os processos econômicos, sociais e políticos que ocorreram na cidade é essencial

¹⁶⁹ Maurício de Almeida Abreu. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 2013. 4ª edição. Esse livro, cuja primeira edição data de 1978, foi resultado de uma extensa pesquisa a respeito, basicamente, da movimentação da população pobre nos centros urbanos do Rio de Janeiro desde o início do século XIX até a década de 1970, impulsionada por políticas públicas, que ele chamou de “segregação das classes populares” (p. 11).

¹⁷⁰ IBIDEM. p. 35

¹⁷¹ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 35

¹⁷² Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 11

¹⁷³ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 11

para conseguir entender a formação do espaço¹⁷⁴. Para exemplo disso temos a questão das demolições feitas na reforma Pereira Passos. Naquele período quando um prédio era demolido o dono deveria receber como indenização um valor correspondente a vinte vezes a mais que o valor do prédio demolido. Isso fazia com que os custos com as desapropriações que o governo precisava/queria fazer ficassem muito altos. Para solucionar o problema o governo reformulou a legislação mesmo contra a vontade da sociedade e até mesmo do Congresso. O Decreto 1.021 de 26 de agosto de 1903 alterou a lei anterior, passando as indenizações para o valor de 10 a 15 vezes o valor do prédio demolido¹⁷⁵. Ou seja, transformação do espaço urbano como resultado da interação entre processos econômicos, sociais e políticos.

Ainda segundo Abreu, o ponto de partida para estudar a evolução da sociedade no tempo seria o modo de produção. Mas a formação social seria ainda mais importante já que consiste na “*maneira pela qual os processos que juntos formam o modo de produção (produção propriamente dita, circulação, distribuição e consumo) são histórica e espacialmente determinados*”¹⁷⁶. Isto está ligado à divisão social do trabalho pois, a medida em que esses processos vão se desenvolvendo, cada um em seu tempo e à sua maneira, as contradições vão aparecendo, pois, como veremos, a sociedade passa a desempenhar novas e diferentes funções. O autor liga essas modificações da organização social geradas pelas mudanças dos processos que formam o modo de produção às mudanças no espaço¹⁷⁷. O período pós-64, segundo ele, confirma essa ideia, já que foi aí que o processo de estratificação se intensificou e a formação social brasileira passou por intenso processo de evolução¹⁷⁸.

Essas mudanças no espaço aconteceram de várias formas, como já mencionado. Existem transformações em função de infra-estrutura, de higiene, de embelezamento e, como veremos no capítulo sobre a Exposição, em função de modernização. Quando na segregação da população pobre, os ricos se fixavam nas áreas onde a infra-estrutura era melhor, o governo não se preocupou com a população pobre que além de menor poder aquisitivo, tinha necessidade de morar perto do centro pois era lá que trabalhavam. Como resultado, no Rio,

¹⁷⁴ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 16

¹⁷⁵ BENCHIMOL, Jaime Lerry. Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, 1992.P. 247

¹⁷⁶ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 16

¹⁷⁷ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 16

¹⁷⁸ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 30

“os grupos sociais (foram) arrumados em ordem, a partir de suas possibilidades de acesso e desfrute de vantagens urbanas de qualquer natureza¹⁷⁹”.

O ano de 1870 é considerado por Abreu como um marco divisório porque é nesse ano que a Estrada de Ferro D. Pedro II começa a estender seus trilhos para o subúrbio e o crescimento do espaço urbano do Rio de Janeiro nesse período esteve condicionado a dois sistemas de transporte: o bonde elétrico e os trens¹⁸⁰. E os responsáveis pelas obras de expansão sempre tiveram que enfrentar problemas de espaço para as ampliações, por causa das características geográficas já citadas. Em regiões bem próximas ao Centro como Santo Antônio, São José, Santa Rita e outras, observavam-se grande miséria¹⁸¹, era onde vivia a população mais pobre que não tinha condições de pagar as passagens e por isso tinha que morar perto do centro, onde trabalhavam. Foi por isso que no centro, ainda nesse período, houve essa contradição entre a modernidade e onde se formaram os cortiços, com péssimas condições de saneamento, abastecimento e outros problemas.

Grandes comerciantes e cafeeiros passaram a se interessar e investir nas empresas de transportes, o que antes era feito somente por empresas estrangeiras. Além disso, com a abolição, capitais que antes eram investidos na escravidão passaram para outras atividades, entre elas o transporte. “*Se debe observar esta novedad: grupos de capitalistas y no miembros del poder del Estado deciden qué destino, qué tipo de ocupación tendrán vastos espacios ganados por La expansión de La ciudad*”¹⁸².

Foi com o seu desenvolvimento que a cidade foi se estendendo e alcançando regiões mais distantes. O centro passava então a não ser mais o único lugar habitável para a população urbana do Rio de Janeiro. Veremos que não somente a população pobre se afastou do centro, mas também os ricos e a classe média, em diferentes momentos e para diferentes direções.

O que se deu foi que, a partir de 1840 as pessoas com maior poder aquisitivo se afastaram do centro, mas ocuparam regiões diferentes das ocupadas pelos pobres. Eles ocuparam as áreas da Lapa, Glória, Catete, Botafogo e outras. Os bondes, cujas passagens eram mais caras, foram direcionados para essas regiões sendo então utilizados pela população com mais poder aquisitivo. Outras iniciativas que permitiram a expansão das cidades foram as drenagens de mangues, a chegada do telégrafo, do correio público e outras, já que a geografia

¹⁷⁹ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 18

¹⁸⁰ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 37

¹⁸¹ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 42

¹⁸² FLAMARION, Ciro. ARAÚJO, Paulo César. Op. Cit. p. 164

do Rio, com mangues, morros e praias, dificultava construções e a expansão da cidade. Já as ferrovias, por volta de 1870 foram instaladas em direção a lugares onde habitariam as populações mais pobres, os subúrbios na zona oeste, onde os preços dos terrenos não eram tão caros quanto os preços na zona sul, e que se tornavam a ser habitáveis graças a melhorias que passaram a receber. Sendo assim essa população pobre passava a morar distante do centro, mas as distancias eram relativamente curtas devido a facilidade de locomoção proporcionada pelo transporte.

Situação oposta aconteceu nas áreas metropolitanas norte-americanas. Segundo Abreu, a população rica foi se instalando nas periferias para fugir da poluição, falta de segurança, depredação de suas residências, etc. Dessa forma, quem ficava no centro sofrendo com esses infortúnios era a população pobre. Enquanto no Rio de Janeiro a classe com mais poder aquisitivo preferiu suportar esses problemas a ter que encarar outros, característicos dos subúrbios, como a falta de infra-estrutura urbanística, sistema de transportes e outras¹⁸³.

Quanto às indústrias nesse período, observava-se baixo nível de mecanização, eram ainda, praticamente, artesanatos e utilizavam muita mão de obra. Também era muito ligada à atividade agrária e ainda sofria muito com altos e baixos causados pela produção de energia ainda insuficiente, concorrência com produtos estrangeiros, dependência em certos setores de mão-de-obra escrava escassa, ausência de mão-de-obra qualificada e até mesmo epidemias e febres que atacavam a população¹⁸⁴.

Desde 1890 o processo de deslocamento das fábricas e população já havia começado. Foi o caso de indústrias que saíram do Centro e se instalaram em São Cristóvão, área residencial que começou então a perder essa característica pois seus moradores deixavam seus casarões para serem ocupados pela indústria e se deslocavam para morar no centro¹⁸⁵. Essa região era apropriada para essas novas formações habitacionais por já terem passado por algumas melhorias para a instalação das indústrias, diminuindo assim os custos com infra-estrutura. Já tinha, por exemplo, um bom abastecimento de água, além de ser próximo aos portos e eixos ferroviários. Por causa disso havia quem achasse “*difícil saber se a atividade se aproveitou da situação residencial decadente do antigo bairro aristocrático ou se a*

¹⁸³ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 17

¹⁸⁴ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 54

¹⁸⁵ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 55

*indústria levou à sua industrialização*¹⁸⁶. As fábricas que se localizavam próximo ao Centro eram exceções, geralmente fábricas têxteis.

Quando aconteceu o declínio da atividade cafeeira (final do século XIX), resultado do esgotamento do sistema escravista e outros motivos, cujo debate acerca do tema veremos, os imigrantes começaram a chegar ao Rio em maior quantidade, e ocorreu o agravamento do problema habitacional¹⁸⁷. Em 9/12/1882 o Estado promulgou um decreto que *“isentava de impostos aduaneiros e concedia outros benefícios a indústrias que construíssem casas populares higiênicas, com fossas, dependências de cozinha e de lavanderia, elevadas do solo e com boa aeração*¹⁸⁸ para seus operários.

Além do benefício da isenção, as indústrias que construíssem essas casas teriam o benefício de ter operários mais ligados a ela como em um laço de gratidão ou mesmo por medo de perder tais benefícios, e dizemos isso baseados no inegável fato de que a difícil situação financeira em que operários desse período viviam poderia levá-los a tal atitude. Depois desse, outros decretos foram sendo feitos, entre eles o de 8/2/1888 que dava privilégios de isenção de impostos sobre importação de materiais de construção e concessão de terrenos e edifícios à firma que edificasse casas populares. Várias vilas operárias foram sendo construídas nas proximidades do Centro, mas as construções não eliminaram o problema dos cortiços, eles continuavam se multiplicando, e as condições de vida neles eram as piores¹⁸⁹.

No início do século XX as bases para o deslocamento da população pobre já haviam sido lançadas, ferrovias já haviam sendo construídas em direção a regiões distantes do centro para onde os pobres já estavam sendo deslocados. A zona sul se tornava cada vez mais uma região para residência das classes de renda mais alta. Como o exemplo da fábrica da Companhia de Fiação de Tecidos Corcovado, outras indústrias localizadas na zona sul foram sendo transformadas em loteamentos residenciais. Essa característica foi sendo alterada com o aparecimento das favelas¹⁹⁰.

Vê-se, portanto que, o crescimento da cidade, a sua expansão, a criação de novas cidades e as transformações no espaço urbano do Rio de Janeiro tiveram diferentes fases, sempre ligadas aos problemas relacionados à estrutura, praticidade, higiene, embelezamento e

¹⁸⁶ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. P. 55

¹⁸⁷ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 57

¹⁸⁸ Eulália Maria Lahmeyer Lobo. APUD. Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 57

¹⁸⁹ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 57

¹⁹⁰ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. p. 59

as soluções dos problemas de moradia. Em seção no senado no dia 11 de julho de 1921, um diálogo entre alguns senadores deixa claro alguns desses problemas e algumas soluções apontadas.

No senado, em 1921, Paulo de Frontin levanta a questão sobre o problema das habitações. Inicia seu discurso dizendo que o problema só poderá ser resolvido pela iniciativa e intervenção do Governo Federal, Conselho Municipal e Prefeitura do Distrito. Ele diz que *“até 1918 não havia problema de habitação, mas os projetos e petições anteriores, aqui apresentados, mostram que o problema existia sim”*¹⁹¹. Segundo ele, antes da Guerra os preços de aluguéis não eram elevados, mas depois da guerra o preço dos materiais para a construção subiu muito dificultando a construção de novos prédios e, conseqüentemente, fazendo com que os aluguéis dos prédios antigos subissem muito.

Apresenta um índice que mostra que em 1919, já terminada a guerra, uma deficiência maior que 15 mil prédios no Rio de Janeiro. Afirma que o Governo e a Prefeitura não podiam, naquele momento, construir de 15 a 20 mil prédios para resolver o problema da moradia. Aponta uma das medidas legais possíveis para tentar resolver o problema que estavam para ser aprovadas no senado: o projeto de lei sobre inquilinato. Entre as proposições do projeto estavam: que o aviso de aumento do aluguel fosse dado dois anos antes. Também se defendia de acusações sofridas por ter proposto emenda que diminuía esse prazo para seis meses. Explica seus motivos e diz que em nada prejudicaria o projeto. Fala que apesar de a construção de alguns prédios ter sido iniciada, ainda não haviam sido concluídas, e que alguma empresas privadas poderiam, mas não se manifestavam, assumir algumas construções para acelerar o processo já que no ano seguinte seria a comemoração do centenário e que muitas pessoas de outros Estados e até do exterior viriam para a cidade do Rio de Janeiro¹⁹².

Irineu Machado entra na discussão dizendo que *“São de toda relevância as palavras do honrado senador, mas elas mesmas também justificam a necessidade de providencia imediata sobre inquilinatos, pois essa falta de casas, já sendo uma razão econômica para a elevação de aluguéis, será, em uma época de festa, em uma época de luxo e de despesas suntuárias, etc, um incitamento à ganância dos senhorios para a elevação imediata dos aluguéis e para apertarem um pouco mais a garganta dos inquilinos”*¹⁹³.

¹⁹¹ Anais do Senado, 1921, livro 3, p. 122

¹⁹² Anais do Senado, 1921, livro 3, p. 122-132

¹⁹³ Anais do Senado, 1921, livro 3. p. 126

E continua sua fala dizendo que apesar de não ter tempo até o centenário, a questão continua sendo urgente. *“Em nenhum outro país do mundo se permite o que se faz no Brasil onde se fustiga o inquilino com aumentos todos os meses, por meio de uma simples cartinha, elevando, elevando o aluguel, de modo que o pobre homem do povo, o operário, que pagava 50\$ ou 60\$ por uma casa há alguns anos, hoje paga 140\$ e já até ameaçado de pagar 200\$000 (réis). Se nós não dermos prontamente uma solução para o caso, se nós adiarmos sob qualquer pretexto essa solução de aspecto jurídico que se impõe ao Senado como um dever de honra afim de libertar dessa exploração odiosa os inquilinos do Distrito Federal(...)¹⁹⁴”*

O problema do inquilinato tinha que ser resolvido por meios legais, pela criação de leis que impedissem os abusos dos proprietários dos prédios e também com a construção desses novos prédios e venda facilitada para os trabalhadores. Entre esses proprietários estavam também estrangeiros que os adquiriam, alugavam e iam viver no exterior com a renda. Por essa questão do tempo e também da falta de dinheiro, ele defende que os contratos do inquilino deveriam ser visto com mais urgência do que o projeto da construção dos prédios.

O Sr Miguel de Carvalho entra na discussão concordando com os anteriores, mas coloca em pauta a questão das demolições do Morro do Castelo que desalojariam cerca de cinco mil pessoas. O morro era local de moradia de gente pobre, pois a maioria dos prédios pertencia a Santa Casa de Misericórdia que não cobrava aluguéis caros. Paulo de Frontin ressalta que deviam ter sido feitas construções que equivalessem a essas moradias que seriam demolidas, para que essas famílias não ficassem desamparadas. Muitos teriam que ir morar longe do trabalho, nos subúrbios, passando então a ter que acordar muito mais cedo e a ter gastos com bonde e trem. Irineu Machado responde que *“A grande preocupação não é a de construir casas para os operários, habitações para o povo, mas sim a de construir palácios para exposições¹⁹⁵”*. Como podemos ver nesse discurso, não se defendia apenas o amparo do inquilino, mas também algumas garantias para o proprietário.

No período próximo à Exposição, a cidade já havia passado por transformações que envolveram demolições de edifícios importantes para a história nacional, o que não era novidade nem no Rio de Janeiro nem no resto no mundo. Na França, por exemplo, Haussman

¹⁹⁴ Anais do Senado, 1921, livro 3. p. 128

¹⁹⁵ Anais do Senado, 1921, livro 3. p. 130

demoliu não somente monumentos distantes uns dos outros como também partes inteiras da cidade de Paris em nome da higiene, do trânsito e da estética. Quando criticado respondeu o seguinte, “*Mas, boa gente, que do fundo de suas bibliotecas parece nada ter visto [do estado de insalubridade da antiga Paris e da metamorfose que se fez], cite pelo menos um monumento antigo digno de interesse, um edifício precioso para a arte, curioso por suas lembranças, que minha administração tenha destruído, ou de que ela se tenha ocupado senão para desobstruí-lo e dar-lhe o maior valor e a mais bela perspectiva possível*”¹⁹⁶.

O crescimento da indústria também teve importância fundamental nos campos econômico e social. O período da Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) foi economicamente favorável ao Brasil porque as importações diminuíram, sendo assim, capitais que antes eram enviados para o exterior passaram a ficar no país, a ser investidos na indústria brasileira. A metade dos estabelecimentos industriais do Distrito Federal foi fundada entre 1915 e 1919, somente 9 por cento já existia antes de 1889¹⁹⁷.

Nesse início de desenvolvimento, a indústria não contava com o apoio do Estado, pois este ainda estava muito ligado aos interesses agrícolas, mais especificamente à agricultura de exportação. Eram empreendimentos autônomos. As indústrias eram instaladas perto do centro do Rio onde, como já vimos, já havia transporte, mão de obra e facilidades para o comércio, mas muitas se instalaram em regiões próximas que ainda não haviam recebido infra-estrutura e saneamento. Dessa forma, além de gerar emprego as indústrias também contribuíram para o crescimento urbano da região, pois conforme se instalavam, preparavam a região e a tornavam habitáveis¹⁹⁸.

Em 1920 os operários empregados em indústria eram 56.229¹⁹⁹. Apesar de ser um número significativo a maioria da população brasileira ainda era rural, lembrando que foi somente na década de 1970 que aconteceu o êxodo rural, quando os camponeses, em grande massa, deixaram suas terras em busca de emprego nas cidades. É importante mencionar esse fato porque, apesar de estarmos falando de um significativo crescimento da indústria brasileira, não nos referimos a fase de maior crescimento dela, que se deu na década de 1970, quando o estado de Guanabara tinha 3.200 estabelecimentos industriais e 200.000 operários, o que significava 9,6 por cento da mão de obra industrial do país²⁰⁰. Ou seja, falamos de uma

¹⁹⁶ Françoise Choay. Op. Cit. p. 175

¹⁹⁷ FLAMARION, Ciro. ARAÚJO, Paulo César. Op. Cit. p. 217

¹⁹⁸ Maurício de Almeida Abreu. Op. Cit. P. 72

¹⁹⁹ FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. p. 219.

²⁰⁰ FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. p. 221.

massa urbana consideravelmente grande no início do século XX, mas ainda não estamos falando da grande massa rural que fez a população urbana crescer assustadoramente devido a falta de empregos e péssimas condições de vida no campo, como aconteceu no êxodo rural.

3.2 O Lado Social

O ano de 1906 marcou o início da decadência da aristocracia do café. Foi quando o governo federal começou a sustentar o preço do café através da política de valorização. Entre as conseqüências dessa política está o aumento do custo de vida devido ao aumento dos custos das importações, conseqüência do cambio baixo. Em 1918 a estrutura econômica brasileira era outra, a indústria havia crescido, em 1917 e 1918 muitos protestos proletários aconteceram nas ruas do Rio e São Paulo, as exportações foram retomadas, e o café foi valorizado novamente e o câmbio desvalorizado, aumentando o custo de vida e a insatisfação da população. A nova burguesia industrial também mostrava insatisfações quanto ao aumento dos preços das importações, os cafeicultores olhavam não com bons olhos essa burguesia, que oferecia empregos e melhores condições de vida causando esvaziamento dos campos. Ou seja, enquanto a economia brasileira passava por mudanças, os setores sociais também passavam.

Segundo Ciro Flamarion e Paulo Henrique da Silva Araújo o início do século XX não foi marcado por grandes movimentos populares. O ano de 1904 teria sido marcado pelos primeiros movimentos de oposição ao governo, que, segundo os autores, foram três. O primeiro movimento foi levado a frente por massas populares insatisfeitas com o desemprego e com os programas de saúde elaborados pelos médicos do Serviço de Higiene, entre eles o fato de o Estado ter declarado que as pessoas teriam que ser vacinadas mesmo contra a sua vontade. Nesse movimento, os trabalhadores tacaram fogo em bondes, quebraram lâmpadas das ruas, cortaram cabos de telefone e chegaram até a se chocar com policiais. O segundo movimento foi diferente, eram comícios em que políticos discursaram em público, apoiado por parte dos trabalhadores, contra o governo e suas arbitrariedades, entre elas, novamente, a vacina obrigatória, acusando o governo de desrespeitar a liberdade que cada indivíduo tem sobre seu próprio corpo. E o terceiro movimento foi levado a frente por alunos da Escola

Militar que planejavam um golpe de Estado, mas o governo logo descobriu e sufocou a rebelião²⁰¹.

Apresentam uma controvérsia quanto à organização desses movimentos. Segundo José Murilo de Carvalho o movimento mais importante, a revolta da Vacina, em 1904, foi defensivo, fragmentado, desorganizado e de protesto popular²⁰². Os movimentos ligados às reformas urbanas e, principalmente contra os médicos do Serviço de Higiene que condenavam suas habitações como insalubres, eram levados à frente principalmente pelas massas populares que sofriam com o desemprego e não podiam sair de suas casas, pois não tinham para onde ir nem como sustentar aluguéis mais caros. Por outro lado, Carlos Fico constatou várias manifestações populares do início do século até o ano de 1936, principalmente no Distrito Federal, e afirmou que a historiografia subestimou os níveis de consciência e organização dos movimentos sindicais²⁰³. Controvérsias à parte, o que podemos concluir é que a exclusão dos mais pobres na vida social, econômica e política esteve, de fato, presente na história do Rio de Janeiro.

O fato de a indústria já apresentar significativo crescimento no período também contribuía para a multiplicação de movimentos populares. A industrialização fez com que a quantidade de pessoas na cidade aumentasse consideravelmente, Carlos Fico atenta, por exemplo, para o problema da falta de abastecimento de alimentos na cidade, gerado também devido ao aumento da população, e que também gerava insatisfações populares. O governo chegou a criar, em 1918, a Comissão de Alimentação Pública para tentar resolver o problema²⁰⁴.

Eduardo Silva mostra em seu trabalho²⁰⁵, cujas fontes foram cartas de leitores enviadas ao Jornal do Brasil, que as principais queixas da população entre 1900 e 1910 eram a respeito de segurança, saúde e limpeza pública. E outros autores²⁰⁶ também exploraram a questão da vida cotidiana da classe trabalhadora no período.

²⁰¹ FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. p. 227.

²⁰²CARVALHO, J.M. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras, São Paulo, 1987, cap IV. APUD. FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. P. 228.

²⁰³ FICO, Carlos. Cidade Capital. Abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro, 1890-1945. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989. APUD. FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. p. 228.

²⁰⁴ FICO, Carlos. Cidade Capital. Abastecimento e manifestações sociais no Rio de Janeiro, 1890-1945. Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1989. APUD. FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. p. 228. Ciro

²⁰⁵ Eduardo Silva, As queixas do povo. Paz e Terra, Rio de Janeiro-São Paulo, 1988. APUD. FLAMARION, Ciro. ARAÚJO. Op. Cit. p. 228.

²⁰⁶ Sidney Chaulub, trabalho lar e botequim; Rachel Soihet, Condição feminina e formas de violência. Mulheres pobres e ordem urbana 1890-1920, Forense Universitária, Rio de Janeiro, 1989. APUD Carlos Fico. P. 230.

A reforma Pereira Passos também contribuiu para a insatisfação popular que levava o povo àquelas agitações. Além das mudanças na estrutura e aparência da cidade e de todo o inconveniente das obras, o prefeito tomou medidas que atingiram diretamente a população pobre, não só do centro da cidade como também do subúrbio e até zonas rurais. Analisando um de seus depoimentos podemos conhecer o porquê de tais medidas terem incomodado a população.

“Comecei por impedir as vendas nas ruas de víceras de reses , expostas em tabuleiros cercados pelo vôo contínuo de insetos, o que constituía espetáculo repugnante. Aboli, igualmente, a pratica rústica de ordenharem vacas leiteiras na via pública, que iam cobrindo com seus dejetos, cenas estas que, ninguém, certamente, achará dignas de uma cidade civilizada. (...) Mandei, também, desde logo, proceder à apanha e extinção de milhares de cães, que vagavam pela cidade, dando-lhe o aspecto repugnante de certas cidades do Oriente, e isso com grave prejuízo da segurança e da moral públicas. O mau sistema adotado nos veículos de carga e a liberdade até agora concedida para o seu carregamento, a concorrência de pessoal estranho à prefeitura aos trabalhos de reposição quando levantados os calçamentos para serviços de canalizações, a deficiente largura de nossas ruas, a dificuldade de escoamento das águas pluviais e, ainda mais, o péssimo sistema de adoção dos trilhos Vignole pelas companhias de carris(...)”²⁰⁷”

E não pararam por aí, até mesmo quando regulamentou o transporte de cargas no Rio de Janeiro, foi minucioso nos detalhes do decreto n 972, de 14 de novembro, pois exigia-se que “ (...) a modificação dos aros das rodas dos veículos de cargas, aos quais se deve impor largura que estabeleça a distribuição do peso da carga sobre maior superfície calçada, evitando dessa forma o mal que operam sobre o calçamento das rodas de estreitíssimos aros e que, por assim dizer, fendem a superfície da calçada, ao ponto de cavarem nas ruas de pouca largura verdadeiros sulcos²⁰⁸”. A Lei ainda dava um prazo de 12 meses para que essas alterações fossem feitas. Com isso podemos imaginar os transtornos e problemas que os carroceiros e proprietários tiveram para se adaptar. Não queremos dizer se a iniciativa era válida ou não, queremos apenas mostrar em que circunstâncias se desenvolveram as primeiras manifestações populares do período e que tipo de problemas coletivos eles enfrentavam.

²⁰⁷ Jaime Lerry Benchimol. Op. Cit. p.242,243.

²⁰⁸ Jaime Lerry Benchimol. Op. cit. p. 242.

Segundo Benchimol, essas iniciativas trouxeram mudanças no cotidiano daquela população, mudanças em “*formas de lazer e costumes, profundamente arraigados no tecido social e cultural do Rio de Janeiro*”²⁰⁹.

Como mencionado no final do capítulo anterior, esse aumento da massa popular urbana ainda não era a explosão demográfica ocorrida na década de 1970. A intensificação da imigração na cidade do Rio de Janeiro, e também São Paulo, ocorreu em meados do século XX, quando trabalhadores rurais vinham em busca de emprego e melhores condições de vida. Foi quando se observou também o crescimento do desemprego ou subempregos urbanos e a multiplicação das favelas, devido aquela grande oferta de mão de obra.

4. O Primeiro Centenário da Independência do Brasil e a sua primeira Exposição Internacional

“Decreto nº 4.175, de 11 de Novembro de 1920

Autoriza o Poder Executivo a promover, conforme melhor convier aos interesses nacionais, à comemoração do Centenário da Independência Política do Brasil

O Presidente da Republica dos Estados Unidos do Brasil:

Faço saber que o Congresso Nacional decretou e eu sanciono a resolução seguinte:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a promover desde já e conforme melhor convier aos interesses nacionais, a comemoração do Centenário da Independência Política do Brasil,

aceitando a cooperação ou concurso de todas classes sociais, observadas as seguintes condições: 1ª Constituição de uma comissão idônea, que ficará diretamente subordinada ao Presidente da Republica, para organizar o programa que resultar do exame e coordenação dos projetos que forem formulados pelos membros e comissões do Congresso, Ministros,

Prefeitura do Distrito Federal, Estados, municipalidades ou particulares;

2ª Observação do critério de preferência para a realização de uma Exposição Nacional na Capital da Republica.

²⁰⁹ Jaime Lerry Benchimol. Op. cit. p. 277.

Art. 2º O Governo organizará o programa da comemoração, submetendo-o ao conhecimento do Congresso, com o pedido de credito necessário para a execução da presente lei.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrario.

Rio de Janeiro, 11 de novembro de 1920, 99º da Independência e 32º da Republica.

EPITACIO PESSÔA.

*Alfredo Pinto Vieira de Mello”.*²¹⁰

O Decreto de 1920 citado acima oficializou a Comemoração do Primeiro Centenário de Independência do Brasil e a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, como veremos, fez parte dessa comemoração. Destacamos a frase “*conforme melhor convier aos interesses nacionais*” para, antes de mostrar como se deu o evento, falar sobre a importância dele para o país. Às vésperas do evento o senado brasileiro recebia telegramas de países vizinhos com congratulações pela data²¹¹.

O evento era esperado há anos, em 1898 Manoel Francisco Correia, conselheiro do Instituto histórico e Geográfico Brasileiro, apresentara um projeto para que o centenário da independência fosse comemorado²¹². Além disso, a Sociedade de Geografia do Rio de Janeiro que em 29 de dezembro de 1914 já publicava no Jornal do Brasil sua preocupação de, juntamente com outras sociedades e organizações nacionais²¹³ organizar uma comissão promotora da comemoração. Entre as primeiras tarefas divulgadas no periódico estavam um pedido para emissão de cartões postais sobre a independência a serem vendidos, os quais ainda podemos encontrar em sites de venda na internet²¹⁴ e o pedido de que se publicassem livros do Centenário da Independência²¹⁵. A publicação desses livros é uma parte interessante

²¹⁰ <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4175-11-novembro-1920-571656-publicacaooriginal-94800-pl.html>

²¹¹ Telegramas enviados por presidentes do senado do Peru, Equador, Colômbia, México, Argentina e Chile. Anais do senado, 1922, livro 7, p. 46 a 49.

²¹² Diário Oficial, 29 de agosto de 1922.

²¹³ Instituto histórico e geográfico brasileiro, Instituto Politécnico Brasileiro, Academia brasileira de Letras, Instituto dos advogados, Academia Nacional de Medicina, Associação Comercial, Clube militar, Naval e de Engenharia, Sociedade Nacional de Agricultura, Centro Industrial do Brasil, Associação de Imprensa, Sociedade divulgadora das Ciências Econômicas, Biblioteca Nacional, Escola Nacional de Belas Artes e Museu Nacional.

²¹⁴ WWW.meradolivre.com.br / WWW.lilileiloeira.com.br / WWW.harpyaleiloes.com.br

²¹⁵ Jornal do Brasil, 29 de dezembro de 1914. WWW.hemerotecadigital.com.br

da organização porque demonstra a preocupação com a divulgação e também a perpetuação que tais registros poderiam oferecer²¹⁶.

No Guia Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922²¹⁷, publicado em português, inglês, espanhol e francês, está toda a programação sobre as comemorações e a Exposição. Além de contar a história do descobrimento, possui fotografias dos principais monumentos do Rio de Janeiro, como o Teatro Municipal, Igreja da Penha, Instituto Oswaldo Cruz, Biblioteca nacional, Palácio Guanabara, etc., e fotografias dos principais pontos turísticos do Rio de Janeiro como os passeios públicos, praias, cidades como Caxambu, Poços de Caldas, Campos, Teresópolis, Friburgo, Petrópolis, Niterói, Valença, e também um pouco das características, como população, principal atividade econômica, geografia, clima, etc. de cada estado brasileiro. Além de muitas propagandas de empresas de vários tipos, telégrafo, ferragens, louças, livrarias, hotéis, etc.

As comemorações eram planejadas a fim de mostrar para a população a história da nação e celebrá-la. “(...) a comissão comemorativa do centenário da independência do Brasil interessar-se-á junto às comissões estaduais, assim como estas perante as comissões municipais, para que a comemoração desse acontecimento se faça principalmente com obras produtivas morais, intelectuais e materiais, visando sobretudo a instrução, a higiene das populações e o embelezamento das localidades (...)”²¹⁸.

No Programa oficial das festas do centenário da Independência, também encontrado no Guia Oficial da Exposição, podemos ver o que foi planejado para cada um dos primeiros dias de festa. A inauguração das festas, no dia 6 de setembro de 1922, foi feita às 14h pelo próprio Presidente da República, no Palácio do Catete, e às 22h um baile à caráter, no Jockey Clube²¹⁹. No dia 7 de setembro, desfile das forças armadas, juramento à bandeira feito pelas crianças dos colégios municipais, recepção às embaixadas estrangeiras, e a inauguração oficial da Exposição Internacional e dos pavilhões nacionais e internacionais²²⁰. No sábado, 9

²¹⁶ Um deles, o “Álbum da Cidade do Rio de Janeiro”, está disponível no acervo digital da Biblioteca nacional e contém pinturas e fotografias do Rio de Janeiro e sua evolução urbana.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325335/icon325335.pdf

²¹⁷ Guia Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922. Impresso em 30 de setembro de 1922; Editado pelo Bureau Oficial de Informações; Palácio Monroe. Disponível na Biblioteca Nacional no Rio de Janeiro.

²¹⁸ Projeto de lei de 1919. Novembro de 1919. Art 1/4º. Em “As comemorações do sete de setembro de 1922: uma re(leitura) da história do Brasil”. Júlia Ribeiro Junqueira, doutoranda do programa de pós-graduação em história política da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Artigo. Revista de História comparada. 2011. P. 158.

²¹⁹ Guia Oficial. Op. Cit. p 357.

²²⁰ Guia Oficial. Op. Cit. p. 358

de setembro, corrida no Jockey Clube, jogos atléticos e bailes populares nos jardins públicos²²¹. Até o dia 16 de setembro de 1922 a programação marcava bailes, jogos, confraternizações com estrangeiros, jantares, congressos científicos, concertos de música e dança, excursões ao Corcovado, inaugurações de monumentos, solenidades, etc²²². E entre os jogos que aconteceram oficialmente na Comemoração, estava: tênis, basquete, esgrima, tiro ao alvo, Box, remo naval, tiro ao voo, natação, atletismo, hipismo, vôlei, maratona, futebol, etc²²³.

Mas de tudo que foi feito em comemoração ao centenário da independência brasileira, o evento mais importante foi a Exposição Internacional do Centenário da Independência, que aconteceu no Rio de Janeiro, de 7 de setembro de 1922 a 31 de março de 1923, a primeira promovida pelo país.

Em 22 de julho de 1922 o presidente Epitácio Pessoa declara oficialmente aberta a Exposição²²⁴. Uma comissão especial para tratar do assunto foi eleita no senado, e ela se subdividia em setores²²⁵. Os primeiros exemplares do programa oficial da comemoração foram entregues ao senado no dia 23 de agosto de 1921 pelo Sr. Antero P. de Almeida, diretor geral da comissão²²⁶.

“O relator do projeto que contém a concessão do crédito solicitado pelo governo para a conclusão das obras e a continuação dos serviços da exposição internacional, que estamos habituados a freqüentar (...)”²²⁷. As Exposições Internacionais não eram novidade, aconteciam em muitos países da Europa já há algum tempo²²⁸ e o Brasil já havia participado de algumas, mas era o anfitrião pela primeira vez.

²²¹ Guia Oficial. Op. Cit. p. 360.

²²² Guia Oficial. Op.cit. p. 357 a 362.

²²³ Guia Oficial. Op. Cit. p. 380 a 381

²²⁴ Diário Oficial. 26 de julho de 1922.

²²⁵Na comissão de agricultura estavam Dias Martins, Torres Filho e Otávio Carneiro, na comissão indústria pastoril estavam Alcides Miranda, Justiniano Simões e Vitor Leivas, na comissão indústrias diversas estavam Costa Pinto, Silva Freire e Araújo Castro, na comissão de comércio estavam Afonso Costa, Ramalho Ortigão e Fortunato Bulcão, na comissão de economia estavam Pádua Rezende, Augusto Ramos e Gracho Cardoso, e na comissão estatística estavam Bulhões Carvalho, Léo da Fonseca e Raul Pederneiras. Ata da primeira reunião da Comissão Organizadora da Exposição Nacional Comemorativa da Independência Política do Brasil na parte referente à Agricultura, à Indústria e ao Comércio, realizada na sede da Sociedade Nacional de Agricultura, Rio de Janeiro, 25 de abril de 1921.

²²⁶ Anais do senado, livro 4, p. 235.

²²⁷ Anais do Senado, 1922, livro 7, p. 235. Grifo nosso.

²²⁸ Em seção no Senado em 2 de agosto de 1921, o sr Lopes Gonçalves cita a importância das Exposições Internacionais para os países que as realizam. Entre eles, Londres, no reinado da rainha Vitória, Paris, com Napoleão III, Estados Unidos da América do Norte em 1876, e que esses mesmos países não o fizeram apenas uma vez, mas que a iniciativa se repetiu. Anais do Senado, 1921, livro 4, p. 17-22.

No gabinete do Ministro do Interior, em 4 de março de 1921, já ficava estabelecido o que seria feito em relação a abertura do espaço onde aconteceria o evento e as facilidades para que cada país participante construísse ali o seu galpão:

“O ministro do interior propôs que o sr Carlos Sampaio, como vice-presidente da comissão, resolvesse tudo que concerne ao preparo de terrenos para a Exposição e as demais obras que se prendam aos trabalhos da prefeitura, providenciando sobre as desapropriações e entrega dos próprios nacionais. (...) O dr. Alfredo Pinto declarou que, apenas esteja de posse das necessárias informações, submeteria a assinatura do Presidente da República o expediente relativo à desapropriação dos prédios que vão ser demolidos”. “Foi ainda deliberado que, por intermédio do Ministério do Exterior, os nossos agentes diplomáticos convidem todos os governos estrangeiros a se fazerem representar na Exposição, comunicando-lhes que o nosso governo lhes oferece local no recinto e todas as facilidades possíveis aos expositores, ficando os nossos cônsules incumbidos de fazer intensa propaganda no exterior, do certame²²⁹”.

A Exposição Internacional seria custosa aos cofres públicos, mas esperava-se que também houvesse entradas. *“Nas grandes festas da nossa independência que se pretende celebrar no ano vindouro, só uma exposição poderá produzir alguma receita, a qual, embora inferior às despesas que terão de ser feitas, representará, pelo menos, um alívio aos cofres públicos, concorrendo ao mesmo tempo para que o comércio da nossa capital fique um pouco desafogado e tenha maior coeficiente as suas vendas cotidianas²³⁰”.*

O foco da exposição, é importante lembrar, não era arrecadar dinheiro com o evento, mas sim colocar o Brasil em destaque buscando a confiança de investidores estrangeiros e, dessa forma, impulsionar um aumento no comércio com o exterior, um aumento de investimentos e parcerias, entre outras atividades econômicas que aumentariam então a receita federal e até mesmo capitais privados. Afirmção que também podemos basear nesse mesmo discurso de Lopes Gonçalves quando diz *“Como todos sabem, as exposições tem sido, em todos os países, elementos eficientes a sua prosperidade, atestado que cada um pode oferecer aos seus visitantes no tocante a sua evolução²³¹”.* Por isso, mesmo conscientes de que os gastos seriam maiores que as entradas, o governo não deixou de dar continuidade às iniciativas.

²²⁹ Correio da Manhã, 5 de março de 1921. Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

²³⁰ Anais do Senado, 1921, livro 4, p. 22. Palavras de Lopes Gonçalves.

²³¹ IBDEM, p. 21

Quando o engenheiro Carlos Sampaio foi nomeado prefeito, também recebeu o cargo de Superintendente Geral da Exposição Comemorativa do Centenário, que a princípio não teria caráter internacional²³². As relações diplomáticas dele com outros países eram anteriores ao seu mandato como prefeito²³³, e segundo Fernando Atique²³⁴, a união com os Estados Unidos era um dos principais focos do prefeito ao organizar o evento.

O financiamento da Exposição foi feito de várias maneiras, pelo governo Federal, através de empréstimos no exterior, mas também através de conversas entre membros da Comissão e até mesmo o Presidente da República, foram elaborados planos para arrecadar recursos e diminuir, mesmo que um pouco, a retirada de dinheiro dos cofres públicos. *“Estiveram ontem a tarde em demorada conferencia com o Presidente da República, os srs. Homero Baptista e Carlos Sampaio. Tratou-se de assuntos relacionados com a realização das obras e do programa das festas a serem levadas a efeito por ocasião do Centenário da Independência, estudando-se, ao mesmo tempo o modo da obtenção de recursos e meios práticos de serem executadas as mesmas obras”*²³⁵.

Algumas maneiras de o governo arrecadar dinheiro foram utilizadas, como foi o caso do sorteio de prêmios, em 20 de julho de 1921 a câmara dos deputados apóia proposta que visa criar fontes de renda para obtenção de recursos para auxílio financeiro à Exposição Comemorativa do Centenário de Independência do Brasil. Entre os meios de obtenção de renda estava o sorteio de prêmios, que significava a emissão de até um milhão de bônus numerados no valor de 20\$ cada, dando direito a prêmios e a vinte entradas no recinto da Exposição:

“O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º É o Poder Executivo autorizado, por intermédio do Ministério da Justiça e Negócios Interiores:

- a) A organizar um plano financeiro por sorteio de prêmios, com o fim de criar fontes de renda para auxílio às despesas com a Exposição Comemorativa do Centenário da Independência do Brasil;*

²³² Decreto lei n. 4175 de 11 de novembro de 1920.

²³³ Empresa anglo-canadense The São Paulo Tramway Light and Power Co. Limited em 1898, empresa inglesa C.H. Walker Company em 1903, empresa americana Val de Travers Asphalt Co. entre 1903 e 1905. Fernando Atique. Celebrando com “Tio Sam”: A exposição do Centenário da independência do Brasil e os Estados Unidos. http://pterodactilo.com/numero10/?p=2516#_ednref17 . O artigo publicado no link citado não possui páginas para referencia.

²³⁴ Fernando Atique . Op. Cit. http://pterodactilo.com/numero10/?p=2516#_ednref17

²³⁵ Correio da Manhã, 21 de fevereiro de 1921. Fonte: <http://hemerotecadigital.bn.br/>

- b) B) A emitir para esse fim até um milhão de bônus numerados do valor de 20\$ cada um, dando direito a prêmios e a vinte entradas no recinto da Exposição;
- c) Empregar para o dito fim, e da maneira que julgar mais conveniente, os recursos pelo mesmo plano obtidos, assim como quaisquer rendas da Exposição;
- d) A fazer operações de crédito para obtenção de recursos por antecipação dessas receitas, podendo abrir créditos especiais até o limite de mil contos de réis.”²³⁶.

Em 24 de dezembro de 1921, o Poder Executivo abre crédito especial de 25.000:000\$ para os trabalhos de organização da Exposição Nacional, entre eles desapropriações e a comemoração do Centenário da Independência. “*Em falta de recursos da Receita Ordinária o Poder Executivo fica autorizado a fazer operações de crédito interno e externo, a isentar de impostos produtos destinados à Exposição, como material de construção dos pavilhões estrangeiros, entre outras*”²³⁷.

Quanto aos gastos que os países estrangeiros teriam ao participar, o que o governo brasileiro fez foi diminuir alguns impostos para facilitar a entrada de alguns produtos necessários aos participantes. Em 26 de dezembro de 1921, por exemplo, Lauro Sodré propõe emenda a fim de facilitar a importação de instrumentos para campeonatos de tiro ao vô que aconteceriam nos jogos olímpicos da comemoração do Centenário²³⁸. A emenda é aprovada e, além disso, todo material esportivo importado pelas sociedades atléticas de futebol e remo ficou isento de taxas alfandegárias²³⁹.

Outra estratégia do governo para diminuir os gastos com a comemoração, estava na Lei 4.440, de 31 de dezembro de 1921:

“*Art. 53. A importação de materiais, artigos ou objetos destinados à Exposição Comemorativa do Centenário obedecerá às seguintes regras:*

V- Serão isentos de direitos de consumo e de expediente e do imposto de consumo os objetos, artigos ou produtos destinados a figurar na exposição e bem assim os materiais e artigos de construção e ornamentação dos pavilhões, mobiliários e mostruários e tudo mais quanto for necessário ao certame;

²³⁶ Anais do senado, 1921, livro 3, p. 175.

²³⁷ Anais do senado, 1921, livro 10, p. 450.

²³⁸ IBDEM, p. 67

²³⁹ IBDEM, p. 81.

VI- encerrada a Exposição, os objetos que não forem reexportados dentro do prazo fixado pela comissão diretora da exposição, ficarão sujeitos ao pagamento dos direitos, de conformidade com o cálculo feito por ocasião da conferência de entrada;

VII- Ficarão isentos desse pagamento:

b) Os materiais de construção dos pavilhões, quando esses pavilhões passarem para o domínio da União ou do Distrito Federal, ou de instituições de caridade ou de ensino popular ou superior oficial;²⁴⁰”

Em 22 de novembro de 1922, a Comissão de finanças do senado aprova a proposição da Câmara dos Deputados n. 198, de 6 de setembro do mesmo ano, que autorizou a abertura de um crédito de 16.500:000\$ a ser usado nas despesas das obras da Exposição até o dia 31 de dezembro desse mesmo ano:

“(...) 16. 500:00\$ para fazer face às despesas com as obras e custeios da Exposição Internacional até 31 de dezembro do corrente ano, e com a realização dos demais números do programa oficial da Comemoração do Primeiro Centenário da Independência. (...) faz-se sentir a deficiência dos créditos destinados a essa comemoração, pode-se dizer, já em plena execução com a realização dos festejos preliminares, provas deportivas, etc.

Os créditos primitivamente pedidos foram votados tendo em vista os orçamentos organizados para as obras projetadas. A conveniência, porém, de fazer com os próprios edifícios uma exposição da arte de construção nacional, sugeriu a ideia de se confiarem tais obras e seus respectivos orçamentos a arquitetos brasileiros, muitos dos quais iam ter assim, a primeira oportunidade de demonstrar suas aptidões profissionais e artísticas, o que, se de um lado veio atestar os talentos dos jovens arquitetos, por outro lado fez com que tirocineo técnico os orçamentos ficassem sendo, em face de cada projeto, meras estimativas de despesas.

Além desses, ocorreram outros sérios motivos que forçaram o aumento das despesas. A transformação da Exposição Nacional em Internacional, a conseqüente ampliação das obras projetadas e a resolução de fazer outras novas, bem como o aumento considerável do preço do material e, notadamente, da mão de obra agravada com a necessidade de trabalhar

240

<http://www.jusbrasil.com.br/login?next=http%3A%2F%2Fwww.jusbrasil.com.br%2Fdiarios%2F1954772%2Fpg-1-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-26-07-1922%2FpdfView>

a noite, tornaram imprescindível a revisão não só dos orçamentos gerais e dos cálculos de despesas acessórias, como cabem a dos de todas as outras despesas previstas para a realização condigna das festas da Comemoração do Centenário. (...)

Essa agravação das despesas não pode destruir a previsão auspiciosa que se forma a respeito dos resultados globais da Exposição. De fato, além das vantagens, inúmeras e valiosíssimas, de ordem indireta, que o certame internacional, como se vai realizar, produzirá, influyendo favoravelmente na economia geral do país, pelas relações novas que suscita no campo das permutas comerciais e pela evidencia em que se põe a produção nacional, assim como todas as demais consequencias que do mesmo promanarão, a ainda a considerar concretamente as vantagens diretas pelo enriquecimento do patrimônio nacional e pelos lucros pecuniários que conjugadamente elevarão a receita apreciável a uma cifra superior às despesas realizadas, tanto mais quanto a tudo se devem juntar os valiosos donativos feitos por algumas das principais nações que concorrem ao certame.

Não incluída mesmo a renda líquida provável da Exposição – renda que se calcula, sem otimismo, em dez mil contos de réis – pode-se avaliar – e disto há cálculos detalhados – em quarenta e seis mil contos de réis o aumento do patrimônio em obras definitivas e da utilização proveitosa para a administração²⁴¹”.

Como podemos ver, Joaquim Ferreira Chaves justifica a necessidade desse crédito especial ressaltando que as obras foram entregues a arquitetos brasileiros, além disso, a quantidade de edifícios a ser levantado aumentou, e também os preços dos materiais. Além disso, apesar do aumento dos gastos, a Exposição não poderia ser prejudicada devido a sua importância para a economia brasileira, já que através dela se esperava que novas relações comerciais fossem suscitadas trazendo assim enriquecimento ao patrimônio nacional. Essas iniciativas mostram a maneira como o evento foi sendo financiado e também o retorno que se esperava dele, mesmo que o foco não fosse o lucro, como já mencionado.

O local escolhido para o evento foi uma grande área que ia do Passeio Público à Ponta do Calabouço chegando ao novo espaço aberto após a demolição do Morro do Castelo. Depois de escolhido o local onde ficaria a Exposição e organizado o local onde cada país construiria seu pavilhão para expor seus produtos, iniciavam-se as obras e a questão do estilo

²⁴¹ Anais do Senado, 1922, livro 9, p. 364-366.

arquitetônico escolhido para os pavilhões brasileiros entrava em foco, mas falaremos sobre isso no capítulo seguinte.

Apesar de dividir espaço com outros países²⁴² que mostrariam ali tecnologias mais avançadas que as desenvolvidas no Brasil, aquele momento seria importante para mostrar a todos aqueles participantes que o país não se encontrava em nível tão desigual como talvez fosse imaginado por muitos. Em sua organização, o evento foi dividido em 16 seções, cada qual sub-dividida em grupos²⁴³.

Além de buscar mostrar sua tecnologia, principalmente o avanço na área da agricultura, para chamar atenção dos países estrangeiros e aumentar suas relações comerciais, o Brasil também expôs outros tipos de riquezas nacionais, como por exemplo, documentos que mostravam pinturas, fotografias e informações sobre a independência do país.

“Constituiu outra significativa comemoração do Centenário, por parte do Instituto, a Exposição dos Documentos e Obras sobre a Independência, honrada com a inauguração, por parte do Sr. Presidente da República, a 8 de setembro. O número de obras expostas e devidamente selecionadas elevou-se a cerca de 600, sendo 350 livros e 250 manuscritos²⁴⁴”.

No Guia Oficial da Exposição, também encontramos relatado o tipo de produto ou serviço que foi exposto em cada um dos pavilhões²⁴⁵:

- Palácio da Viação: todo e qualquer tecido de qualidade mecânica;
- Palácio das Pequenas Indústrias: artigos de viagem, esporte, fantasias, brinquedos, guarda-chuvas, bengalas, jóias, rendas e bordados à mão;
- Palácio dos Estados: produtos químicos, perfumarias, cerâmica, indústria do papel, do livro, fotografias, chapéus, etc.;

²⁴² Argentina, Estados Unidos, Japão, França, Inglaterra, Itália, Dinamarca, México, Tchecoslováquia, Noruega, Bélgica, Portugal e Suécia. Mapa Geral da Exposição. Thaís Rezende da Silva de Sant’ana. A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e Política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. Dissertação de mestrado apresentada ao departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2008. P. 64.,

²⁴³ Os grupos são: educação e ensino; instrumentos e processos gerais das letras, das ciências e das artes; material e processos gerais da mecânica; eletricidade; engenharia civil e meios de transporte; agricultura; horticultura arboricultura; florestas e colheitas; indústria alimentar; indústrias extrativas de origem mineral e metalurgia; decoração e mobiliário dos edifícios públicos e das habitações; fios, tecidos e vestuário; indústria química; indústrias diversas; economia social; higiene e assistência; comércio; economia geral; estatística; forças de terra e mar; esportes. BRASIL, Livro de Ouro: Comemorativo do Centenário da Independência do Brasil e da Exposição do Rio de Janeiro: 7 de setembro de 1922 a 7 de setembro de 1923. Rio de Janeiro: Ed. Anuário do Brasil: Almanaque Laemmert, 1922, p.303. APUD Thaís Rezende da Silva de Sant’ana. Op. Cit. P. 65.

²⁴⁴ Diário Oficial, 12 de novembro de 1922.

²⁴⁵ Guia Oficial da Exposição Internacional do Rio de Janeiro em 1922. Op. Cit. P. 153 a 159

- Palácio das Indústrias: indústrias extrativas de origem vegetal, cereais, algodão, borracha, fumo, café, plantas medicinais, mate, etc.;
- Palácio das festas: serviços de higiene, mobília para consultórios dentários e médicos, objetos de cirurgia, fabricação nacional de lâmpadas para raios x, aparelhos de música, inventos brasileiros, etc.;
- Palácio de caça e pesca: caça e pesca;
- Palácio da Administração: caça e pesca e trabalhos das escolas profissionais do Distrito Federal;
- Pavilhão da Estatística: estatística de todos os trabalhos do Brasil.

Sobre a arquitetura dos pavilhões construídos para a Exposição, José Mariano Filho, crítico incansável, se pronunciou dizendo que,

*“(...)Não é mistério para ninguém, que a arquitetura da Exposição do Centenário foi exclusivamente executada pelos arquitetos brasileiros, sem a ajuda dos moldes Luiz XVI que o senhor Gire trouxe da Argentina. Mesmo assim, e a despeito de incorreções justificáveis de parte de alguns arquitetos, como o senhor A. Memória, que **não possuindo documentação sobre o estilo tradicional brasileiro** preferiu inventar soluções imprevistas, - o êxito artístico foi realmente notável. Não sou dos que louvam a administração do prefeito Carlos Sampaio (...) Mas não se lhe pode negar o bom senso de ter-se reconhecido incapaz de resolver a parte arquitetônica da Exposição(...) Pela primeira vez o governo municipal procede dignamente, seguindo à risca as praxes universalmente adotadas, tratando-se de uma obra importante de arquitetura; abriu a municipalidade concorrência entre os arquitetos nacionais, (...) Vai afinal a cidade possuir a sua Escola Normal. (...) O edifício da Escola Normal será depois construído, a única nota arquitetônica interessante da cidade, **único edifício que poderemos mostrar com orgulho, porque é genuinamente nosso. O resto é deles, e grosseiramente plagiado(...)**²⁴⁶”*

José Mariano reafirma a ideia que já viemos destacando a respeito da necessidade de mostrar para os países visitantes a evolução brasileira, principalmente no que diz respeito à modernidade. Mas elogia o fato de que, apesar do foco ser a modernidade, a tradição não foi

²⁴⁶ José Mariano filho. Op. Cit. Artigo: “*Sobre o novo edifício da Escola Normal*” p. 48 a 51. Grifo nosso.

totalmente deixada de lado, já que muitos edifícios foram, afinal, construídos no estilo neocolonial. Outro ponto que podemos destacar neste trecho é a questão política. Quando Mariano “elogia” a atitude de Carlos Sampaio porque ele abriu concurso público para a concorrência de projetos arquitetônicos a serem escolhidos para as obras tanto da Exposição quanto da cidade que também estava sendo preparada para o Centenário, é porque está diante de um fato que não costumava acontecer. Nas críticas de Mariano que tivemos acesso, muitas foram as vezes em que reclamou por serem entregues as obras da cidade a pessoas que não passaram por concurso, principalmente profissionais estrangeiros.

Os produtos, obras ou mesmo serviços que eram expostos no evento estavam sujeitos à avaliação para premiações, além disso, haveria diplomas comemorativos e prêmios de comemoração, como observamos nas instruções publicadas no Diário Oficial:

“Disposições Gerais:

- I- Não participarão das recompensas os governos estaduais e municipais que tiverem exibido, em seu próprio nome, quaisquer produtos na Exposição; essa disposição não será aplicada às repartições que tiverem exposto produtos cultivados ou trabalhos organizados em campos, laboratórios, oficinas, etc., que lhe forem próprios.*
- II- Os governos estaduais que de qualquer forma cooperaram no certame receberão diplomas comemorativos especiais, acompanhados de medalha de ouro.*
- III- Aos governos municipais serão conferidos diplomas comemorativos, com medalha de ouro e de prata, segundo o valor das suas exposições, quer com relação a variedade, quer relativamente à qualidade dos produtos expostos. A mesa do júri superior mandará proceder, para esse fim, a classificação necessária, de acordo com o resultado dos julgamentos feitos pelo jures de classe e de grupo.*

Diplomas e recompensas para expositores:

- IV- Aos expositores recompensados pelo Jure Superior serão conferidos diplomas nos termos do art. 36 do regulamento do jure e na seguinte ordem:*
 - 1. Grande prêmio;*
 - 2. Diploma de honra;*
 - 3. Medalha de ouro;*

4. Medalha de prata;
5. Medalha de bronze;
6. Menção honrosa;²⁴⁷”

4.1 Projetos e contradições

“Tenho por lema em administração pública que as nações novas devem sempre procurar capital para bem empregá-lo em obras reprodutivas; e convicto, sem a mínima dúvida, de que se tratava de uma iniciativa dessa natureza e urgente para o desenvolvimento de nossa city, isto é, do coração da cidade que se achava asfixiado entre um mar e um morro tão fácil de derrubar; sob o ponto de vista técnico, com os aperfeiçoamentos hodiernos, não hesitei em lançar mão do crédito, que já tinha procurado restabelecer como pagamento de grande parte da dívida flutuante, para o fim de realizar a obra no mínimo espaço de tempo possível²⁴⁸”.

As palavras de Carlos Sampaio a respeito do desmonte do Morro do Castelo significam, em nossa interpretação, a naturalidade com que se demoliram partes históricas da cidade do Rio no período em questão. Isso porque, além das residências pobres, o local havia dado origem à cidade no século XVI, era um sítio histórico²⁴⁹. O prefeito assumiu a cidade no período muito próximo à comemoração do Primeiro Centenário da Independência do Brasil, por isso cabia a ele acelerar as obras para o evento.

Mas essa não foi a única região de moradia proletária que o Sampaio demoliu, com o desmonte do morro, o bairro da Misericórdia ficava exposto, e este era um bairro pobre, também de residências proletárias. O que se optou por solução foi também demolir aquelas residências e abrir espaço para a Exposição Internacional do Rio de Janeiro, onde seria montado um grande espaço com pavilhões e ruas inteiras por onde passariam os visitantes.

“Certo de que, nessa época, estaria o serviço de desmonte do Castelo, aterro e construção da muralha em sua pujança de execução, e sentindo, por outro lado, a necessidade de fazer desaparecer, pelo menos em parte, um dos mais infectos bairros do

²⁴⁷ Diário Oficial, 28 de dezembro de 1923.

²⁴⁸ SAMPAIO, Carlos. A memória Histórica – obras da prefeitura do Rio de Janeiro (8/6/1920-15/11/1922). Coimbra, Portugal, Editora Lumen, 1924, p. 54. In: Maurício de Abreu. Op. Cit. p;76. Grifo meu.

²⁴⁹ Maurício de Abreu. Op. Cit. p. 76

centro de nossa capital ... não hesitei em sugerir que fosse escolhido o bairro da Misericórdia, junto à ponta do Calabouço, para o local desse certame²⁵⁰.

Entre várias outras obras da administração Sampaio, a abertura da Avenida Rui Barbosa, que também fez desaparecer casas populares, foi uma conclusão da abertura de uma Avenida Beira Mar iniciada por Pereira Passos. A respeito disso Sampaio disse que

*“ Com a construção dessa avenida deixou de existir a solução de continuidade que se nota na Avenida Beira Mar no trecho entre as praias do Flamengo e de Botafogo, ligadas até então pela Avenida Oswaldo Cruz, desafogando dessa forma o trânsito para os bairros de Botafogo, Gávea e Copacabana. **Acabando com a série de barracões imundos**, a maioria dos quais feita de latas de folhas de zinco, tábuas velhas, e até gasolina, existentes desde o lado da Praia de Botafogo até as redondezas da antiga fortaleza do Ministério da Guerra...”*

O que entendemos por contraditório nesse discurso é o fato de o país estar comemorando o centenário de sua independência e por isso estar passando por uma fase de busca por suas origens e valorização de sua tradição, e o prefeito da cidade mais importante do país, aquela que o representaria em um evento internacional, discursar na defesa da destruição de construções coloniais de uma forma tão “simples” como se a abertura de avenidas ou a construção de prédios modernos fosse por si só uma justificativa plausível para tal modificação.

É claro que a apresentação de uma cidade, como representação do país, moderna, limpa e bela era de suma importância naquele contexto, mas observando esse discurso e as próprias obras, percebemos que o que se colocava como tradicional, como original ou historicamente representativo deixava de ser belo nessa perspectiva. Pelo menos quando impedia a construção do novo, deixando a dicotomia entre o novo e o velho de ser possível e até mesmo apreciativa.

Sob outro ponto de vista devemos considerar que a arquitetura brasileira passava a ser revalorizada naquele contexto de mudanças e necessidade de novas construções. *“Os arquitetos viviam um momento de luta pelo reconhecimento profissional, que os distinguisse mais*

²⁵⁰ SAMPAIO, Carlos. A memória Histórica – obras da prefeitura do Rio de Janeiro (8/6/1920-15/11/1922). Coimbra, Portugal, Editora Lumen, 1924, p. 54. In: ABREU; p;171. APUD. Maurício de Abreu. Op. Cit. p. 77.

*claramente dos profissionais que com eles rivalizavam na arte de construir*²⁵¹”. Essa luta a que a autora se refere era com os engenheiros, até então mais valorizados e bem remunerados, e também com os profissionais sem formação, no caso os pedreiros e mestres de obra, que ganhavam espaço também por sua experiência. Para ela, na década de 1920 a arquitetura brasileira passava por um momento de transição entre ecletismo e modernismo²⁵². Carlos Sampaio abriu concurso público para contratar arquitetos para essas obras. As obras da Exposição Internacional não seriam ser assinadas por mestres de obras ou pedreiros²⁵³.

Essa fase de valorização dos profissionais brasileiros de arquitetura também ficou expressa na fala de Joaquim Ferreira Chaves, em seção na câmara dos deputados em 6 de setembro de 1922, quando defendia a aprovação do projeto n 198 de 1922, que daria crédito de 16. 500:00\$ à Exposição:

*“Os créditos primitivamente pedidos foram votados tendo em vista os orçamentos organizados para as obras projetadas. A conveniência, porém, de fazer com os próprios edifícios uma exposição da arte de construção nacional, sugeriu a ideia de se confiarem tais obras e seus respectivos orçamentos a arquitetos brasileiros, muitos dos quais iam ter assim, a primeira oportunidade de demonstrar suas aptidões profissionais e artísticas, o que, se de um lado veio atestar os talentos dos jovens arquitetos, por outro lado fez com que tirocineo técnico os orçamentos ficassem sendo, em face de cada projeto, meras estimativas de despesas*²⁵⁴”.

A revalorização da tradição nacional também fez parte dos projetos arquitetônicos, pois a defesa do nacionalismo iniciada no século XIX continuava presente, se não com mais força, no início do século XX²⁵⁵. Os profissionais tentariam a partir de então representar essa tradição nas construções, mas, como veremos, nem todos deram prosseguimento a essa defesa. Que estilo arquitetônico representaria melhor o Brasil? Sua história, clima, cultura, originalidade, enfim, muitos elementos influenciariam na determinação desse estilo. Apesar disso, na Exposição Internacional se verificou um ecletismo nas construções, não houve uma padronização.

²⁵¹ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca do início dos anos 20. Artigo. p. 40.

²⁵² Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. p. 39.

²⁵³ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. p. 43.

²⁵⁴ Anais do senado, 1922, livro 9, p. 365. Grifo nosso.

²⁵⁵ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. p. 40.

As construções que seguiram o *estilo do ecletismo* foram: a Porta Principal (Mario Fertin e Edgar Viana), o Pavilhão do Distrito Federal (Silvio Rebecchi), o Pavilhão da Estatística (Gastão Bahiana), o Palácio dos Estados (H. Pujol Junior), o Palácio das Festas (Archimedes Memória e Francisque Cuchet), o Pavilhão da Música e a fachada do Pavilhão das Indústrias Particulares (Nestor de Figueredo) e a fachada do Parque de Diversões (Morales de Los Rios). E *no estilo neocolonial* foram construídos os seguintes pavilhões: a Porta Norte (Rafael Galvão), o Palácio da Fiação (Morales de Los Rios Filho), o Pavilhão de Caça e Pesca (Armando de Oliveira), o Pavilhão das pequenas Indústrias (Nestor de Figueiredo e C. S. San Ruan), e também as partes restauradas e adaptadas do Antigo Arsenal de Guerra, da Casa do Trem e do Forte do Calabouço que formaram o Palácio das Grandes Indústrias, que hoje é ocupada pelo Museu Histórico Nacional, (Arquimedes Memória e Francisque Cuchet)²⁵⁶. Em anexo, temos as fotos dos edifícios e o estilo arquitetônico de cada um deles.

De todas as construções, apenas seis representavam o estilo neocolonial e as outras representaram como vimos estilos variados. Por quê? A arquitetura também deveria representar a tradição nacional, nesse contexto, seria contraditório apenas copiar ou reproduzir estilos arquitetônicos internacionais nas construções dos edifícios da Exposição. E a resposta a essa pergunta é que o tradicional era entendido de forma diferente mesmo dentro dos grupos que detinham o poder de representação na cidade.

O neocolonial é apresentado basicamente como um colonial revisitado, ou seja, sem os antigos elementos característicos que acabavam sendo traduzidos como atrasados ou mesmo anti-higiênicos. Já os elementos do estilo colonial que deveriam ser preservados estavam ligados à sua adequação ao clima, ao meio e à função, a simplicidade, sobriedade, verdade e ao essencial em detrimento do supérfluo²⁵⁷.

Entre os principais defensores do estilo neocolonial estava o médico José Mariano Filho, que em sua busca pela recuperação da tradição brasileira se mostrava completamente contrário a prática do século XIX de reproduzir no Brasil construções em estilos estrangeiros. Ele buscava a valorização do antigo estilo colonial brasileiro, sob influência jesuítica, na nova arquitetura. Na verdade ele não era o primeiro a defender essa idéia, ele era apenas mais um defensor de um movimento que já estava acontecendo em vários países americanos onde se buscava trazer de volta tudo aquilo que havia sido construído no período colonial²⁵⁸, o que

²⁵⁶ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. P. 41.

²⁵⁷ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. P. 42.

²⁵⁸ Fernando Atique. Op. Cit.

pode ser confirmado quando observamos os próprios pavilhões estrangeiros construídos no recinto do evento, onde alguns deles seguiram o estilo neocolonial.

É claro que José Mariano não atuava sozinho, existia um debate acerca do que deveria ser considerado como estilo tradicionalmente brasileiro. Até mesmo entre os que defendiam o estilo neocolonial, havia interpretações diferentes. Em 1914 o engenheiro português Ricardo Severo defendia que o Brasil deveria recuperar o a arquitetura portuguesa feita no Brasil no período colonial. Ele falava de arquitetura neocolonial, mas sua idéia estava ligada às origens portuguesas. Segundo ele, o que havia no Brasil fora dessa influencia de Portugal era muito primitivo para representar a nação²⁵⁹. E José Mariano, como veremos no capítulo referente a ele, entendia essas origens portuguesas de forma diferente, onde a arquitetura jesuítica era uma arquitetura portuguesa mas não ligada ao barroco da forma como as pessoas interpretavam.

Apesar das diferentes interpretações sobre o neocolonial, seus defensores queriam que as novas construções que passassem a acontecer no país seguissem esse estilo. Ruth Levy diz que não apenas o estilo neocolonial se mostrou presente naquele momento, mas também um estilo colonial revisitado, que combinava o estilo colonial, barroco e jesuítico²⁶⁰. A autora também chama atenção para o fato de que esses defensores do estilo neocolonial atuaram justamente em um período onde muitos elementos do período colonial estavam sendo eliminados da cidade, como por exemplo o Morro do castelo onde existiam várias construções do século XVI que foram demolidas e no novo espaço que se abriu a cidade cresceria. Ou seja, “*os interesses imobiliários e de expansão da cidade sobrepujaram a tradição*”²⁶¹. Fato que, para ela, representava uma contradição e poderia ter justificado a crítica ao neocolonial no período²⁶².

A esse respeito de que a expansão da cidade foi mais importante do que a tradição, a história do Brasil registrada naquelas construções, concordamos com Levy. Mas, quanto ao que ela chamou de contraditório na defesa do neocolonial como tradição, discordamos. Ora, os defensores do neocolonial seriam os responsáveis pelas demolições? Teriam eles participado dos debates em que as decisões a esse respeito foram tomadas? Não. Sua atuação esteve em círculos culturais e debates artísticos. José Mariano, por exemplo, um dos maiores

²⁵⁹ IDEM

²⁶⁰ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. P. 41.

²⁶¹ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. P. 42

²⁶² Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. P. 42.

defensores do neocolonial, nem era formado em arquitetura, o que talvez contribuisse para o descaso de seus contemporâneos quanto à suas ideias. Ao contrário de Lúcio Costa, opositor do estilo neocolonial, que era formado em arquitetura.

Um dos principais opositores à adoção do estilo neocolonial como representante da cultura e história brasileira foi Lucio Costa, que se coloca como defensor do estilo tradicional. Segundo Levy, para Lúcio Costa, o neocolonial seria como “*um modismo, uma possibilidade no elenco de estilos a serem adotados de acordo com a conveniência do projeto ou o gosto do cliente. Essa ideia foi associada a uma certa futilidade ou ao interesse mercenário (...) o neocolonial seria fútil e oportunista*²⁶³”.

Foi também um dos principais atores do SPHAN, criado em 1937, e considerado hoje como um dos “*intelectuais de peso que moldaram o patrimônio histórico e artístico brasileiro (...) e gênios fundadores de uma nação moderna que se identificavam na crença comum que possuíam acerca da universalidade da cultura e da arte*²⁶⁴”. O nome de José Mariano Filho não é citado por Chuva no presente artigo, justamente porque ele não fez parte desse grupo de defensores oficiais da tradição nacional. E ele não fez parte porque sua concepção de tradição era muito diferente, não concordava com essa universalidade no sentido em que compreendia as características particulares como primordiais.

4.2 José Mariano Filho

Nascido em 13 de abril de 1881 em Pernambuco, faleceu em 5 de junho de 1946 no Rio de Janeiro vitimado pelo câncer. Formado em medicina, não chegou a exercer a profissão. Com o tempo passou a se interessar por arte, arquitetura e urbanismo e a estudar essas áreas, mas não de forma profissional, ele foi um grande crítico desses assuntos e lutou para defender o que achava como solução para o problema arquitetônico brasileiro: a adoção do estilo tradicional nas construções. Em 1921 se tornou sócio fundador da Sociedade Brasileira de Belas Artes e em 1924 se tornou diretor da Sociedade Central de Arquitetos e do Instituto Central de Arquitetos. Publicou mais de 70 obras, entre livros, artigos e reportagens. Na obra “A margem do problema arquitetônico nacional”, Rio de Janeiro, 1943, ele reuniu artigos que publicou entre 1920 e 1940 fazendo críticas à respeito do problema arquitetônico brasileiro, as

²⁶³ Ruth Nina Vieira Ferreira Levy. Op. Cit. p. 42

²⁶⁴ Márcia Chuva, op. Cit. p. 314.

quais recorreremos para entender melhor tanto o processo quanto, e principalmente, o próprio Mariano. “(...) *àquele que se rebelou contra os prefeitos, ministros e potentados em defesa de uma ideia amadurecida e consciente, não se poderá negar o direito de documentar sua ação independente e desinteressada, para que de futuro se venha a saber que enquanto se construíram no Brasil escolas, hospitais e ministérios copiados da Rússia e da Suécia, um brasileiro, acusado de passadista e retrógrado clamava pela volta ao padrão arquitetônico nacional*²⁶⁵”.

Para J. M. Filho a arquitetura republicana era um problema e ele ligava esse problema à democracia, aos novos modos de vida trazidos por ela, que tornaram as coisas mais simples, que as “boas maneiras” eram vividas pelos antigos, antes da República. O que mostra que a simplicidade na arquitetura e nos modos de vida não era, para ele, admissível. Usou palavras como “largueza, abundância e ostentar” para se referir à arquitetura imperial e até colonial, porque foi nessa época, quando o Brasil ainda não vivia o período de liberdade em que estava vivendo na década de 1920, que a arquitetura melhor representou a grandeza do país. Deixa claro que a suntuosidade e monumentalidade de edifícios públicos são fundamentais para representar a grandeza do país e que, principalmente, os gastos não devem ser problema para isso. Fala de “dignidade arquitetônica” como se estivesse falando das próprias pessoas, da nação. Como se a má arquitetura representasse uma nação pobre e sem tradições, que não valoriza as boas maneiras e que não sabe o que é arte.

“(...) Pode dizer-se que todos os edifícios públicos construídos durante a República (com exceções raríssimas) são inferiores sob o ponto de vista arquitetônico, e deploravelmente mesquinhos. (...) Se nos dermos ao trabalho de analisar a arquitetura do passado, quer na época colonial, quer a do primeiro e segundo império, teremos forçosamente de reconhecer que naqueles tempos a arquitetura procurava dignificar a nação. (...) Esse sentimento de largueza, essa nota de abundância quase ostensiva, são de qualquer modo característicos dos tempos anteriores à República. (...) A decadência do aparato arquitetônico entre nós coincide exatamente com a vitória da democracia. A vida social se simplificou rapidamente. (...) Os soldados da República não eram palacianos nem exigentes, em coisas da arte. Assim se extinguiu aquela nobre tradição de bom tom dos homens cultos que guardavam zelosamente as fórmulas das boas maneiras sociais. (...) Há, em arquitetura alguma coisa que não deve

²⁶⁵José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A margem do problema arquitetônico nacional”, Rio de Janeiro, 1943. P. 3.

*oscilar, que não pode acompanhar os modismos passageiros, porque está acima de quaisquer preocupações de arte: a dignidade arquitetônica.*²⁶⁶

Tenta fazer uma separação entre arte e capitalismo, entre arquitetura e a indústria. Ao mesmo tempo em que defende que as construções não podem perder suas características por causa de gastos, ele condena a exploração da indústria arquitetônica. O Estado, para ele, deveria ser o financiador de tais obras não abrindo espaço para indústrias particulares que estariam muito mais preocupadas com o lucro do que com a representação da tradição nacional e da arte, ou, no mínimo, mesmo que permitisse a exploração, vigiasse de perto a representação escolhida. Ao contrário das “caixas d’água” que exigisse apenas aquilo que trouxesse à nação algo digno de sua riqueza. A frase destacada indica uma realidade da época que era a ausência de legislação patrimonial. E Mariano identifica o governo como retrógrado por causa dessa situação. Realmente, como um governo que busca destacar o progresso do país no exterior, numa propaganda infinita, não se importa em construir ou tomar qualquer iniciativa para que se inicie o processo de proteção patrimonial?

“O aspecto mais grave da campanha comunista exercida por intermédio da arquitetura judaica que se pretende impertinentemente impor ao Brasil, é que ela tem por objetivo principal destruir o sentimento nacional (...) É evidente que a ameaça não teria atingido o culminante limite que se pode observar, se os poderes públicos tivessem querido estabelecer uma sorte de acórdão de isolamento contra a arquitetura sem pátria, (...) Em torno dos seus mistérios, vivem agentes literários do novo credo ligados diretamente à exploração da indústria arquitetônica. (...) essa gente trata apenas do seu rendoso negócio.(...)Para a desgraça do Brasil, as grandes oportunidades arquitetônicas surgiram como que epidemia, depois da revolução. O momento teria sido propício para se erguerem monumentos de arte, (...) Estabeleceu-se um padrão ínfimo, miserável, a caixa d’água envidraçada que se implantou em cada bairro (...) Sob o argumento muito sedutor de que esse gênero de arquitetura de baixa classe é baratíssimo, os homens do governo não hesitaram em adotá-lo. (...) Escrevo essas palavras, no momento em que tomba, reduzido a frangalhos, o nobre pórtico da velha Academia de Belas artes, construída pelo grande arquiteto do neo-classismo francês Grandjean de Montigny. Dentro de poucas semanas, as colunas jônicas monolíticas, os baixos relevos do tímpano, os elementos laterais do pórtico admirável entrarão no britador que os reduzirá a moinha para o concreto da posta-restante

²⁶⁶ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “Arquitetura Acanalhada” p. 22,23.

de cimento armado, que será erigido em seu lugar. (...) Nem sequer houve quem lembrasse de fazer um levantamento do monumento que estava sendo arrasado. A isso dão os comunistas o nome de progresso. O processo que estamos praticando é um processo de involução.²⁶⁷”

Crítica a reprodução da arquitetura moderna européia no Brasil, principalmente sem os ajustes necessários para adaptação às realidades brasileiras, e também a aceitação por parte dos brasileiros dessa reprodução. Como se não tivessem a capacidade de raciocinar e que, por isso, apenas repetissem o discurso de algum indivíduo com reconhecimento na área, no caso, Le Corbusier (arquiteto suíço). Como se o único requisito importante para se aprovar um projeto ou iniciar uma obra fosse o fato de tal obra ser idêntica ou parecida àquelas reproduzidas na Europa. A crítica direcionada a Lúcio Costa se torna mais enfática no sentido de colocá-lo como responsável por más escolhas, já que ele era uma figura de destaque no meio arquitetônico e poderia/deveria ser o primeiro a reconhecer tais erros. Mariano podia ser contra o modernismo, mas não era contrário à utilização das técnicas modernas na arquitetura. Ele apenas defendia que tais técnicas deveriam contribuir para a reprodução do tradicional, que *“nossos avós (...) com os poucos elementos de que dispunham, fizeram infinitamente mais pela arquitetura nacional do que estamos fazendo agora”*. (p. 26)

“(...) Os partidários extremados do Sr. Le Corbusier, não admitem as meas medidas, nem se dão ao trabalho de raciocinar dois minutos sobre as blagues do grande inovador. (...) Se o grande mestre disse, assim se faça. Mas ele não previa o Brasil. As suas caixas d’água são para a Europa. (...) Para nós brasileiros, pouco se nos dá que a Europa faça uso, por motivos que só a ela interessam, de um determinado gênero de arquitetura. O que a nós outros, é a solução do nosso caso arquitetônico. (...) Por ora, eu não vejo nenhum indício de ajustamento das ideias européias, ao cenário geográfico e social da nação. Os intérpretes da arte nova estão fanatizados. (...) Que ganharíamos nós outros, brasileiros, se a máquina de morar em estilo caixa d’água, revestida de tênues paredes de cimento viesse a supplantar o falso estilo gótico revestido de escamas de pedra, tão do agrado de Lúcio Costa (...) Hoje usam-se terraços. Se entretanto, perguntarmos a um fanático pelo modernismo, qual a

²⁶⁷ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A sovietação da arquitetura brasileira”, p. 23,24,25. Grifo nosso.

vantagem prática, imediata, concreta, que o terraço abridor apresenta sobre o telhado colonial, ele nos responderá irritado: - Ora essa! É a técnica moderna.(...)²⁶⁸”.

Apesar de declarado apreciador e defensor das artes, a arquitetura tradicional defendida por José Mariano Filho não se resumia a beleza e arte, mas também à praticidade e conforto. No caso da crítica às escolas municipais podemos ver claramente essa questão. O tradicional a que se referia era aquilo que se adaptasse, entre outras coisas, ao clima do país. No caso das escolas, destacou essa necessidade de sombra e espaço para que as crianças pudessem desfrutar do horário de recreação, e o fato de terem sido construídas em estilo europeu, cujo clima é tão diferente do brasileiro, fez com que ele criticasse a postura dos políticos brasileiros, que não se preocupavam com a tradição, muito menos com o conforto da população, dando muito mais importância a contratos e beneficiando empreiteiros.

“(...) o chamado ‘Estilo Colonial’ (...) está naturalmente mais apto do que qualquer outro, para solucionar a causa da arquitetura nacional, porque nasceu, cresceu e se reproduziu, sob a influencia direta dos fatores mesológico-sociais da nação. (...) De fato, (...), se podem criticar certos excessos de ornamentação inútil – contrários é preciso dizer – ao espírito do estilo, mas quanto ao conforto, quanto à comodidade e bem-estar do público, nada se lhe pode de boa fé criticar. (...) de que vale uma casa econômica, se ela não atende às necessidades do habitante? (...) As grandes aberturas que surgiram no países sombrios da Europa, especialmente para aumentar a área interna de insolação (partindo oposto ao colonial) são de todo contra-indicadas para o nosso país, cuja excessiva luminosidade deveria obrigar o arquiteto a lhe dominar o ímpeto, criando peças de sombra e agasalho (alpendres, logias, etc.) ou fazendo coar a luz através de adufas à moda oriental. As plantas das escolas se deveriam uniformemente desenvolver em torno de um pátio central densamente ensombrado, de sorte que, durante o recreio, as crianças se possam entregar aos jogos infantis, protegidas contra a ação escaldante dos raios solares.(...) empreiteiros que são, no fim de contas, mais beneficiados do que a população.²⁶⁹”

Nessa crítica podemos observar um dos movimentos que rolavam no país que era essa mania de imitar o que era estrangeiro. Essa febre pelas revistas e catálogos com estilos europeus e todas as suas características, independente de serem apropriadas ao Brasil ou não. Como ele mesmo disse, o proprietário não era a pessoa mais indicada para conhecer que estilo

²⁶⁸ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A técnica e o bom senso” .p. 25,26.

²⁶⁹ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “Estilo arquitetônico pão-duro”. p. 26,27.

arquitetônico escolher para construir sua casa, e mesmo que esse proprietário tivesse tido acesso a essas revistas e pedisse ao profissional que reproduzisse tal imagem, cabia a este profissional lhe ensinar o que era mais apropriado e cabível dentro de seu contexto. No trecho grifado, apesar de sintetizada, a informação que transparece é de ausência de “organização de defesa urbanística” ou seja, ausência de uma legislação protetora de algo ou tudo que envolva o planejamento, inclusive a proteção patrimonial.

*“ Os clientes- posto de lado o problema estético da composição arquitetônica- não precisam escolher o arquiteto. Eles precisam, unicamente, regatear o preço da construção. (...) O dogma do mau gosto de impôs com tal arrogância, que o arquiteto moderno, que se preza, não tem o direito de protestar contra as fórmulas alemãs ou francesas que lhe são impostas pelas revistas e catálogos. (...) Cessado o interesse do arquiteto na composição dos projetos, através dos quais transparecia a sensibilidade individual de seus autores, a arquitetura moderna se torna cada vez mais monótona. (...) Os proprietários são incapazes de julgar. A responsabilidade pelo gênero da arquitetura que está aviltando a cidade cabe aos arquitetos, aos engenheiros e aos intrujões que se permitem fazer arquitetura **numa cidade desgraçada que ainda não pôde organizar a defesa de suas prerrogativas urbanísticas.**”²⁷⁰*

Na primeira parte da seguinte fala, identificamos novamente a questão da legislação. Não vemos ainda nessa fala a questão da proteção patrimonial especificamente, mas ao observarmos o significado da palavra inventário (descrição de bens de alguém) nos perguntamos no nome de quem seriam descritos esses bens arquitetônicos nesse período. A fala, é claro, é de um crítico espanhol, mas José Mariano a reproduziu, sem demonstrar dissonância, em uma de suas críticas, o que, no mínimo, significa que ele concorda com tal ideia. E na segunda parte destacada, mais uma vez podemos entender o nível de distancia que Mariano buscava manter do movimento modernista arquitetônico. Como já foi dito, ele não era contrário às novas técnicas trazidas pelos modernistas. Nesta fala, por exemplo, observamos que, para ele, as técnicas modernas seriam muito mais bem aproveitadas se utilizadas em construções tradicionais.

“(...) A colaboração de estrangeiros em matéria de urbanismo e arquiteturas, deve limitar-se à colaboração técnica. (...) o IV Congresso Pan-Americano de Arquitetos, reunido no Rio de Janeiro em 1929, aprovou nas conclusões finais um voto para que os países sul-

²⁷⁰ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A escola do mau gosto”. p. 28,29. Grifo nosso.

*americanos não fizessem executar planos de urbanização à revelia da colaboração nacional. Raphael Domenech, o erudito crítico espanhol vai mais longe. Ele acha que do **inventário histórico arquitetônico não devem fazer parte as obras realizadas, ou influenciadas por artistas estrangeiros**. Seria pois absolutamente normal, lógico e até inevitável que a arquitetura atual viesse a participar do progresso moderno, mas sob a condição expressa de que ele trabalhasse em favor do homem. (...) Nada há de mais moderno e atual no Brasil, do que o calor, a chuva, a umidade, a luminosidade do ambiente. A técnica moderna possui elementos para lutar contra esses fatores mesológicos? Creio que sim. Onde estão eles? Nos livros. Há mais de quinze anos se conhece o sistema da parede dupla (isotérmica) separada por um colchão de ar. Le Corbusier não lhe fez alusão. Entretanto, preconiza as salas envidraçadas, medida extrema solicitada pelo baixo índice de luminosidade dos países sombrios do norte da Europa. **Ora, o que há a criticar no sistema preconizado insensatamente pelo arquiteto suíço, não é a utilização dos modernos processos de construção, mas a falta de inteligência no seu emprego e aproveitamento.**²⁷¹”*

Já em outro artigo, chamado de “A defesa do patrimônio artístico da nação”, José Mariano Filho é mais direto em relação a essa ausência de legislação, da proteção patrimonial oficial. Como veremos, a preocupação principal dele quanto à proteção estava relacionada ao valor artístico do monumento, não que ele excluísse o valor histórico, mas o artístico era o primordial para ele. Nesta fala ele também deixa claro sua luta em busca de legislação, de organização da proteção, e sua revolta contra o abandono que tanto expunha as obras arquitetônicas à degradação natural quanto, como vemos, à ação de vândalos.

*“A medida que o ministro da educação acaba de, inesperadamente tomar, incumbido o venerado Instituto Histórico de fazer o inventário dos edifícios de valor histórico da cidade, se não atende de modo cabal as medidas insistentemente reclamadas por mim, deve ser recebida com simpatia, pois ela vem mostrar que **embora depois de longa ibernação, germinaram algumas das sementes que eu andei plantando**. (...) O inventário dos edifícios públicos ou particulares de valor artístico da cidade, devia ser confiado ao Instituto de Arquitetos ou à Escola de Belas Artes, sabido como é, que a capacidade do Instituto Histórico é, em matéria de arte, simplesmente nula. (...) políticos brasileiros (...) A geração atual não possui cultura artística para compreender a significação social das*

²⁷¹ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “Conflito entre a técnica e a inteligência”. p. 29,30,31. Grifo nosso.

*medidas que insistentemente venho reclamado em prol do Patrimônio artístico da nação, exposto a toda sorte de vandalismos.*²⁷²”.

*“Desde 1919, portanto, quase há vinte anos, lancei a ideia da criação de um aparelho de defesa do patrimônio artístico da Nação. (...) formulei as bases do serviço a ser criado (...) De então por diante, ininterruptamente defendi na imprensa desta capital a ideia alvitrada, justificando-lhe a finalidade e explicando os perigos a que estávamos expostos por não possuímos leis especiais de proteção aos monumentos e a arte tradicional do país*²⁷³”.

O saudosismo e identificação com a pátria eram, segundo Mariano, muito mais presente entre os estrangeiros que viviam no Brasil do que nos próprios brasileiros, principalmente no Estado que permitiu a reprodução do estilo arquitetônico estrangeiro tanto nas residências quanto nos edifício públicos, os quais ele tinha total poder para se impor e escolher o estilo tradicional. Independentemente se esse estilo seria muito diferente do europeu, afinal, o Brasil é diferente da Europa. A oposição à arquitetura de influencia judaica é expressa nesse trecho de uma forma pesada, em nosso ponto de vista. Não foram poucas as vezes em que José Mariano Filho usou palavras duras para se referir aos seus opositores, e não foi diferente com os defensores desse estilo arquitetônico. Essa questão da tradição não poderia ser entendida por eles, segundo Mariano, já que eles “não tinham” tradição. O que, a nosso ver, é demasiado já que a falta de um Estado organizado não significa exatamente a falta de tradições.

*“Falando recentemente (...) eu tive a oportunidade de me referir (...) ao insistente esforço de desnacionalização arquitetônica exercido pelos elementos estrangeiros que fixam residência no país. (...) o Brasil, os Estados Unidos e a Argentina não podem impedir que os estrangeiros radicados no país (...) adquiram bens imóveis, e construam suas habitações à moda materna. A preferência do homem pela arquitetura pátria, tem ao meu ver, (...) um caráter de insofismável fundo emotivo. (...) Como se não nos bastasse essa situação talvez única no universo – de **um país confessadamente sem arquitetura, cujos edifícios públicos são cópias ou pastiches do rebutalho arquitetônico francês** - os arquitetos estrangeiros que*

²⁷² José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A defesa do patrimônio artístico nacional”. P. 117-119. Grifo nosso.

²⁷³ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A defesa do patrimônio artístico nacional”. P. 119. É um segundo artigo com o mesmo título.

se fixam entre nós para ganhar o pão cometem a imprudência de nos insinuar os estilos europeus de emergência, sob pretexto de que eles são mais úteis ou econômicos, do que nos são tradicionais. (...) Evidentemente, o problema arquitetônico envolve sentimentos delicados de nacionalidade que os estrangeiros judeus que não tem tradição, nem sentimento de pátria, devem respeitar. (...) Nós brasileiros somos os únicos aptos a saber qual o gênero de arquitetura que nos convém. (...) Boa ou má, certa ou errada, é a nossa casa.²⁷⁴”

Apesar de ter sido um crítico das artes, e vários outros assuntos, José Mariano entendia que a necessidade primordial do povo não era a arte. Sua principal discussão não era artística mas política. O problema para ele estava na República e nos modos de vida que ela trouxe para o país. Dentro desse problema ele identificava outros como a caracterização da nação dentro do contexto arquitetônico cujo estilo parecia tão confuso naquela época.

“Dentre todas as expressões arquitetônicas de um povo, a casa é a mais característica e impressiva, porque sua existência se relaciona com as necessidades diretas do homem frente os fatores mesológico-sociais da nação. (...) Se, durante quatro séculos a arquitetura da raça esteve ao serviço do homem brasileiro, ele tende neste momento a separar-se dela, iludido por aqueles que deviam orientá-lo. (...) no passado, conformávamos as nossas casas a feição de nós mesmos, enquanto hoje procuramos levemente conformá-la com a opinião alheia daqueles que não lhe podem compreender o verdadeiro sentido.(...) o que o passado nos legou, sob o nome impróprio de ‘Estilo Colonial’, foi uma série de praxes ou soluções de bom senso, hauridas diretamente da observação direta do ambiente mesológico-social do momento, independentemente de qualquer preocupação de caráter artístico.(...) A arquitetura moderna, incombustível e econômica, pode ser muito útil para os literatos, mas o povo que não vive de literatura, tem necessidades reais, positivas, que devem ser lealmente atendidas pelos arquitetos.²⁷⁵”

A iniciativa de proteção ao patrimônio que José Mariano agradece no artigo citado era ainda modesta, apenas fotografias. Quando ele diz que o patrimônio continua à mercê de vândalos é justamente porque nenhuma iniciativa realmente eficaz, legal e significativa havia sido feita até aquele momento. Falta de iniciativa essa que ele identificou como comum a vários estados brasileiros, inclusive sua capital, o Rio de Janeiro.

²⁷⁴ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “Right or whrong, it is my house” . p. 31,32,33. Grifo nosso.

²⁷⁵ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “O problema da arquitetura doméstica brasileira”, p. 33,34. Grifo nosso.

“Perdido no noticiário da imprensa, vejo notícia de que os proprietários da Casa de Megahype levantada há dois séculos nas planícies de Cabo de Santo Agostinho resolveram derrubá-la para construir, provavelmente, em seu lugar um desses ridículos bungalows de janelinhas góticas que nós vemos em Copacabana. (...) Os fatos se incumbiram de demonstrar que em Pernambuco, a cultura artística não é maior do que a da Bahia ou do Rio. (...) o essencial não se fez: salvar aquela relíquia histórica. A Casa de Megahype acaba de ruir silenciosamente sob o pranto discreto de seus admiradores (...) o patrimônio artístico da nação continua inteiramente à mercê dos vândalos. (...) Pelo menos esse favor eu quero agradecer aos homens cultos de Pernambuco, que acabam de fundar um Museu para recolher as fotografias dos belos monumentos arquitetônicos que eles não puderam salvar.²⁷⁶”

Em nota a respeito do passeio promovido por dois arquitetos brasileiros para um decorador austríaco que visitava o Brasil, José Mariano discorda do itinerário escolhido por eles, e interpreta suas escolhas como se tivessem vergonha de mostrar as verdadeiras raízes da cultura e tradição brasileiras. *“no sítio onde se eleva um projeto desconhecido vasado em estilo cimento ‘tout-uni’, existiu durante um século o mais nobre teatro da cidade, palco do maior artista patricio, que lhe deu o nome. Um dia os farejadores de bons negócios convenceram sem grande dificuldade o comendador prefeito de que o Rio vivia fora da civilização européia, que a sua arquitetura não evoluíra (...) era preciso que os passageiros do ‘Cap Arcona’ afirmassem lá fora que nós também somos gente culta. Dito e feito. O velho teatro, com cujas obras de remodelação o prefeito das iniciativas fatais, Carlos Sampaio, despendera muitas centenas de contos de réis, era de mão beijada entregue a construtores da prefeitura do alcaide, sem concorrência pública²⁷⁷”.*

Não era a primeira vez que Mariano destacava a ausência de concurso público para a escolha de projetos e profissionais responsáveis por obras públicas. O que pode significar que a prefeitura se importava muito mais com vantagens econômicas do que em representar a nação e suas tradições, em resolver o problema arquitetônico brasileiro. Em outro artigo (“Arquitetura burocrática”; p. 38,39) ele fala exatamente sobre isso *“(...) os edifícios públicos, municipais ou federais, deveriam ser objeto de concurso público entre os arquitetos do país, que penosamente mantem seus escritórios técnicos, numa época de vacas magras e pastos*

²⁷⁶ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A casa de Megahype”. p. 34, 35,36. Grifo nosso.

²⁷⁷ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “O melhor, no gênero mau”. p. 36,37. Grifo nosso.

ruins, como essa que atravessamos. De sorte que, ao invés de estimular os arquitetos patricios (...) os poderes públicos se organizam impunemente para os afastarem da concorrência. (...) Penso não errar, afirmando que os projetos elaborados pelas seções burocráticas custam dez vezes mais do que custariam, se fossem disputados em concurso. (...) o povo, que não está em condições de julgar do mérito artístico de uma obra arquitetônica, pensa, de si e para si, que o que o governo faz está certo.” A crítica aos poderes públicos é quase tão intensa quanto à crítica à arquitetura moderna, se não era a mesma coisa já que era nas obras públicas que acontecia a maior atuação dos modernistas. E ela prossegue em vários artigos:

*“Como se justifica então que ao lado da Escola Nacional de Belas Artes, subordinada ao Conselho Superior do Ensino, (...) na mesma cidade em que ela funciona, **os poderes públicos municipais ou federais ignorem o privilégio do diploma do arquiteto**, permitindo que ilustres engenheiros civis absolutamente incapazes do ponto de vista técnico artístico, assumam oficialmente, legalmente, a responsabilidade de trabalhos arquitetônicos! (...) o único objetivo do curso de arquitetura da Escola Nacional de Belas Artes é preparar arquitetos, para que solucionem com necessário discernimento profissional os complexos problemas de sua profissão. Por conseguinte, todo aquele que não possuir o seu título regular de habilitação não pode de modo algum fazer a concorrência aos que, **sob a guarda da lei**, criaram em seu favor um privilégio de fato²⁷⁸”.* Sua busca também era por justiça, no sentido de serem os profissionais valorizados, e a questão do concurso público é inserida nesse mesmo contexto. Nos meios políticos, segundo Mariano, predominava a vantagem, a conveniência, a economia, mesmo em condições onde a própria lei era ignorada, como o exemplo dado acima a cerca dos diplomas.

Em sua busca pro tradição, Mariano destacou várias vezes a questão da adaptação ao meio e à sociedade. Entre os exemplos dessa adaptação está a questão da matéria prima utilizada, como o cimento e o ferro. Ele fala de “elementos nativos” quando se refere a essa matéria prima, destacando o que para ele era tradicional: **tudo** que era acessível e natural ao Brasil, assim como acontecia no exterior, onde os países com tradições também valorizavam o que era seu. Hábito que no Brasil não se verificava, motivo pelo qual ele usou palavras como “sem personalidade” para descrever a nação.

²⁷⁸ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “A servidão Pública de um direito garantido por lei”; p. 40. Grifo nosso.

“(…) *A Europa, ao cabo da guerra, exausta e arruinada, teve de se recompor rapidamente. Na ânsia de se reconstruírem as cidades devastadas, surgiram as soluções econômicas, (...) Ora, nós nada temos que ver com esse steeple chase sensacional. Espectadores indiferentes do fenómeno, nada exigia que viéssemos a tomar parte nele. (...) O emprego do ferro e do cimento, base do sistema construtivo apregoado pelos reformadores, não poderá resolver o caso da arquitetura nacional, pelo simples fato, de que esses elementos de construção não podem ser utilizados pelo povo em geral. Seu emprego ficará limitado aos grandes edifícios da cidade. (...) O ‘caráter nacional’, restritivo e privativo de cada país, decorre dos elementos materiais nativos, e da mão de obra de curso corrente na nacionalidade. (...) Os povos sem personalidade própria como o nosso, formados de retalhos humanos, mal desenhados etnicamente, não possuem consciência própria. Daí o mimetismo constante, o desejo de copiar o que os outros fazem. Se um instituto artístico, qual a Escola Nacional de Belas Artes, toma imprudentemente uma atitude facciosa, desviando os jovens arquitetos do senso das realidades nacionais – como está infelizmente acontecendo, desde que o cadete Lúcio Costa adotou a arquitetura judaica para tema obrigatório para os estudantes – o problema arquitetônico nacional continuará preso à rabadilha das escolas momentâneas que flutuam na Europa.*²⁷⁹”

Outro elemento encontrado na fala de Mariano, que também pode ser considerado como parte de sua defesa do estilo tradicional e de seu próprio entendimento do que seria a tradição, está na negação do Estado Português. No trecho citado acima podemos observar que ele considera errado chamar a arquitetura tradicional de colonial, e depois explica que isso se dá justamente porque nem tudo o que foi construído aqui no período colonial era de influencia inteiramente portuguesa, como o caso de Pernambuco.

“*A arquitetura brasileira de fundo tradicional, chamada aliás impropriamente de ‘Estilo Colonial’, apresenta em seu conjunto um tal espírito de unidade artística, que temos muitas vezes a impressão de que o povo carregava às costas os moldes de suas casas (...) fato que me pareceu inexplicável, tanto mais quanto as primitivas cidades construídas sobre a faixa do litoral, poderiam ter revelado a influencia de elementos estranhos à raça portuguesa (especialmente espanhóis e franceses). Pernambuco, a despeito da larga dominação holandesa, (...) não apresenta variantes do tipo arquitetônico da raça*

²⁷⁹ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “Judaísmo arquitetônico” .p. 41, 42,43. Grifo nosso.

*portuguesa.(...) Pernambuco veio a sofrer, desde começos do século XVII uma sensível influencia da arquitetura italiana(...)*²⁸⁰”.

A tradição arquitetônica a que José Mariano Filho se refere e defende é a de influência jesuítica, considerada por ele, por vários motivos, originalmente portuguesa. O primeiro deles está no fato de a atuação da Companhia de Jesus no Brasil ter se iniciado em meados do século XVI (1549-1759), cujas iniciativas para construções e melhorias nas pequenas vilas foram muitas vezes anteriores as iniciativas do próprio Estado português. *“As importantes obras de caráter civil realizadas pelos jesuítas não se limitaram, entretanto, às grandiosas sedes das fazendas, senzalas, e dependências, oficinas e rancharias. Pontes e obras hidráulicas de vulto realizam os missionários de Jesus, antepondo-se no interesse da comunhão social ao governo da Metrópole”*. *“(…) os jesuítas foram (...) legítimos pioneiros da arquitetura civil (...) já os jesuítas haviam construído dezenas de Colégios e casas rurais de grande porte e da melhor aparência artística*²⁸¹”. Mariano faz referência à residência rural construída por D. Pedro I para a Marquesa de Santos na Baixada Fluminense no começo do século XIX e destaca que *“(…) quase um século antes, já haviam levantado os jesuítas nas cercanias a importante sede da Fazenda de São Bento, (...)*.

Para Mariano, o barroco praticado no Brasil não era originalmente português, mas de outras matrizes. Enquanto a arquitetura jesuítica missionária representava, para ele, a influência original portuguesa. Identifica como estilo neoclássico a arquitetura clássica praticada no Brasil desde o século XIX que muitos identificam como barroco. *“A influência da Companhia de Jesus sobre o problema arquitetônico brasileiro foi de tal sorte, que o povo com absoluta razão veio a chamar ‘Estilo Jesuítico’ ao único estilo português. Da expressão usada poderá dizer-se que era verdadeira sob o ponto de vista histórico, porém falsa e enganosa, em relação ao critério artístico. Praticando os jesuítas o estilo português já definido anteriormente ao surto barroco, a expressão falsamente usada veio a aplicar-se a um sem número de edificações de caráter clássico, não vinculadas, direta ou indiretamente com o episódio barroco.”*

Além disso, ele falou da arquitetura jesuítica com tom de total admiração, valorização e aprovação, aspecto a ser considerado já que estamos falando de um crítico que não poupou palavras para atacar seus opositores, muito menos para censurar toda e qualquer obra arquitetônica moderna. *“A expressão artística da habitação rural que só ocorreu no século*

²⁸⁰ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “O pseudo solar de Megahype”, p. 43,44. Grifo nosso.

²⁸¹ José Mariano Filho, op. Cit. Artigo: “Influencia artística da companhia de Jesus”, p. 72,73,74,75. Grifo nosso.

XIX (...) que inspirou na Casa de Fazenda dos Jesuítas e nos colégios, única expressão nacional, digna sob aspecto arquitetônico, de alguma consideração.(...) o Colégio, - e a casa de Fazenda – constituíram, durante a fase colonial, as duas mais altas expressões arquitetônicas de caráter leigo do país.”

Além da admiração, como observamos, encontramos mais um elemento que levou Mariano a identificar a arquitetura jesuítica como tradicional: a valorização do índio, e do negro, como povo, como iguais, como a nação que se construía que ele chamou, como vimos, de “mal desenhados etnicamente” (art. Judaísmo Arquitetônico), se referindo à mistura de raças. *“Nos colégios, as Reduções, compreendendo habitações para arranchamento dos índios ‘reduzidos’, oficinas, e dependências, as habitações rurais, - as melhores que se construíram no Brasil - , colocaram os jesuítas em pé de igualdade com o povo(...)”*. *“(…) perfeita identificação entre a arte que eles praticaram, e a que o povo realizava fora da influencia direta do reino”*.

A respeito dessa valorização do índio, citaremos um exemplo claro da oposição, que pensava o tradicional de forma diferente da que Mariano pensava. Na fala de Rodrigo Melo Franco²⁸² há uma negação dessa origem indígena sob uma subestimação de suas influências.

“(…)injustificável(...) que os povoadores portugueses do Brasil tivessem vindo aprender com nossos indígenas a erigir construções de madeira, técnica essa muito antiga e corrente na Europa e na Península. Nem se pode admitir que os colonos europeus se resignassem a utilizar por longos anos construções extremamente frágeis e toscas²⁸³”.

Mesmo dentro de uma divergência causada pela atuação de outras comunidades religiosas e também com recursos materiais inferiores aos de algumas delas, os jesuítas conseguiram impor um elemento que se tornou comum à construções não-jesuíticas, o partido interno de ornamentação. *“Sob o aspecto artístico, em particular, a preparação e equipamento artístico da Companhia de Jesus – no Brasil pelo menos – eram consideravelmente inferiores a de outras comunidades religiosas que vieram trabalhar entre nós. (...) houve entre nós uma certa maneira franciscana, outra beneditina ou carmelita, expressadas de acordo com as possibilidades artísticas dessas comunidades (...) essas divergências tenderiam todas (...) a um ponto comum de convergência, imposto pela*

²⁸² Editor da Revista do Brasil, modernista.

²⁸³ Rodrigo Melo Franco de Andrade. “Plínio Salgado; a anta e o curupira”. Revista do Brasil, Rio de Janeiro, ano 1, v.9, 15/01/1927. In: Rodrigo e seus tempos: coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, SPHAN, Fundação Nacional pró-memória, 1986, p 230. In: Márcia Chuva. Op. Cit. p. 316.

Companhia de Jesus: o partido interior de ornamentação.(...) De fato, a Ordem de São Francisco, possuidora de amplos recursos materiais, realizou templos incomparavelmente mais formosos no Brasil do que os erigidos pela Companhia de Jesus. Entretanto, as igrejas de São Francisco da Bahia, de Olinda, do Recife, de Igaraçu, são nitidamente jesuíticas quanto ao partido interno de ornamentação.” E mesmo as características da arquitetura sacra foram reproduzidas no contexto leigo, como sinal da força de influencia jesuítica. “No que respeita à expressão sacra propriamente dita, podemos verificar que certos pormenores de caracterização a princípio empregados nos templos (...) tinham depois ingressado nas construções de caráter reiúno, os de simples expressão popular”.

Com a análise que fizemos de artigos de José Mariano e as citações acima, entendemos que o crítico tinha como principal objetivo construir uma tradição que ainda não havia sido reconhecida e que, por isso, podemos dizer que não existia. O que ele tentou fazer foi reinventá-la através da defesa de valores que não estavam sendo colocados em questão pelos próprios políticos e pessoas envolvidas no debate acerca da solução do problema arquitetônico. Valores como as características geográficas do país, a história de um povo que resultou da mistura de várias raças, o amor a pátria que deveria impedir o mimetismo, a valorização dos arquitetos patricios, e, principalmente, a organização legal das práticas de construções e proteção do patrimônio artístico arquitetônico brasileiro.

Já Wilson Ricardo Mingorance²⁸⁴ ao analisar os trabalhos de José Mariano, identificou o modernismo como principal objeto de suas críticas. Não que ele não tivesse criticado o movimento modernista, mas entendemos que esse não era o principal foco de Mariano, inclusive já demonstramos que sob certo ponto de vista ele era até a favor de certos aspectos da modernidade, como por exemplo as técnicas. José Mariano Filho realmente era um defensor da arquitetura tradicional, se tornou um crítico do movimento neocolonial, mas não foi o seu deflagrador, mas sim Ricardo Severo. Este engenheiro português, que veio para o Brasil em 1898, exilado, participou de uma conferencia artística em São Paulo, em julho de 1914, onde declarou que o Brasil precisava retomar, mas reinterpretando e revalorizando, as construções arquitetônicas de influência portuguesa, que haviam sido interrompidas no século XIX. Fernando Atique declarou que “ *Existe, na historiografia que trata do neocolonial na arquitetura, certa condescendência com a exegese do discurso de Severo. Quase nunca se*

²⁸⁴ Wilson Ricardo Mingorance. Leituras de José Mariano Filho sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX no Brasil. 19&20, Rio de Janeiro, v.VIII, n 1, Jan/Jun 2013. Disponível em WWW.dezenovevinte.net/criticas/la-jmariano.htm

fala que a arquitetura por ele pretendida era estrangeira ou exógena, apesar das manifestações explícitas e implícitas de que o fundo repertorial para a feição da arquitetura da antiga colônia portuguesa era o Porto, e não Ouro Preto". (ATIQUE,2010, p. 4). Apesar disso, José Mariano teria então adotado a idéia para si, mas valorizando mais do que Severo os elementos nacionais. Na maioria de suas publicações, José Mariano usa o termo "Arquitetura Tradicional Brasileira" no lugar de Neocolonial.

Em seus escritos sobre a arte, José Mariano também falou de Aleijadinho e Mestre Valentin, defendendo que a arte e arquitetura deveriam estar sempre ligadas. Questionou se as obras de Debret (que esteve no Brasil de 1816 a 1831) representavam realmente o cotidiano e a realidade brasileira. Essa crítica era baseada na crença de que ele, e outros artistas estrangeiros, eram influenciados pela cultura artística-arquitetônica européia²⁸⁵. Uma justificativa para essa teoria, segundo Mariano, poderia ser facilmente observada em algumas pinturas de Debret. Na aquarela "Coleta de esmolas para irmandades", por exemplo, José Mariano identificou rótulas, composições de madeira colocadas na frente das casas para proteger do sol, que são detalhes de influencia mourística.

Nos séculos XVII e XVIII as construções feitas no Brasil tiveram Portugal como referência, mas como foram feitas adaptações ao clima e utilizados materiais disponíveis no país, essas construções também teriam tido influências nativas. O que, para Mariano, provava que a tradição não era exatamente a influência da arquitetura portuguesa desde os primeiros momentos do descobrimento, mas sim, a adaptação a fatores particulares do lugar, do Brasil.

"Não podendo o povo em virtude das condições precárias de sua existência aventureira, recorrer à experiência ancestral portuguesa, conformou-se desde o primeiro momento com a realidade brasileira, adotando sem hesitação a experiência ameríndia para a solução do problema arquitetônico de emergência... o sentimento luso, no que respeita à arquitetura, ficou longo tempo radicado aos núcleos primários de urbanização da costa. É através desses núcleos que se processa depois de modo lento, a transformação morfológica

²⁸⁵ O artigo *Urdiduras Continentais no debate acerca do Mission Style. Notas sobre o Pan-Americanismo na Arquitetura Neocolonial* de Fernando Atique, professor da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), aborda essa questão presente no século XIX, e mostra como José Marianno interpretou que a formação da Academia Imperial de Belas Artes, nos Oitocentos, foi a responsável pela introdução e disseminação de referências de uma arquitetura europeia, reduzindo a abrangência de uma 'arquitetura tradicional brasileira' na paisagem local. APUDE. Wilson Ricardo Mingorance. Op. Cit. P. 11.

da 'tejudaba', ameríndia de esqueleto vegetal entejucado, para habitação doméstica, expressado por técnica lithica ou de barro socado²⁸⁶”.

Para exemplificar tal idéia, ele escreveu sobre “copiadores”, que eram um tipo de cortina de proteção ou quebra-sol, usados pelos índios e que teriam permanecido em algumas construções até o século XIX. *“O vocábulo ‘copiar’ - ‘copiara’, evidentemente de origem tupi, foi inicialmente usado pelos selvícolas, para nomear as cortinas de proteção ou quebra-sol, postas de encontro às fachadas dianteiras das habitações rudimentares que eles construíram fora do sistema coletivo de aldeamento. O uso desse detalhe construtivo deve ter sido constante no Nordeste, em virtude das condições climáticas locais, rareando nas regiões menos quentes ou mais frias... copiar é um simples detalhe construtivo - como os “puxados” posteriores - acrescidos à planta inicial das habitações. Sua função é resguardar a habitação dos rigores do sol e da chuva, oferecer abrigo temporário fora da habitação*

Refere-se à arquitetura dos séculos XVII e XVIII para explicar as mudanças que aconteciam no século XIX. Como já foi dito a respeito da República, acreditava que, conforme as condições da vida social ia mudando, a arquitetura também mudava.

“A proporção, porém, que se modificavam as condições da vida social, a architectura foi cambiando de expressão, afim de bem servir ao homem. Transformações de plantar, modificações de detalhes, mais ou menos profundas, se processaram, no decurso de três séculos de vida nacional, durante os quaes a architectura brasileira soffrendo directa influencia da raça e do meio, fixou as suas características definitivas²⁸⁷”.

Isso devido ao fato, por exemplo, da retirada das rótulas das casas depois que a família real chegou no Brasil simplesmente porque o príncipe Regente as achava feias.

Um mês depois de nomeado, a 11 de Junho de 1809, fez o Alcaide Paulo Fernandes Vianna, por inspiração provável do Príncipe, e à revelia do sonolento Senado da Câmara, afixar nos quatro cantos da cidade um escandaloso edital, onde depois de vários circunlóquios complicados, se fazia constar à população, que tendo sido o Rio de Janeiro elevado à alta dignidade de Corte, pelo Augusto Príncipe Regente, não mais eram compatíveis com a dignidade da terra ‘góticos costumes’, que muito a aviltavam os olhos do Príncipe, e mais dos fidalgos vadios vindos do Reino. E atendendo a essas imperativas

²⁸⁶ MARIANO FILHO, 1943b, p. 12. APUD Wilson Ricardo Mingorance.

²⁸⁷ MARIANO FILHO, 1931a, p. 10 e 11. APUD Wilson Ricardo Mingorance.

circunstâncias, deliberava ‘que devem abolir as rótulas das janelas e sobrados’, determinando mais, que sua retirada se fizesse a toque de caixa, dentro do ‘termo de oito dias’. Depois disso as rótulas foram substituídas, e as casas receberam fachadas com características da metrópole: *“Em lugar dos primitivos balcões robustos de madeira... compuseram-se sacadas de ferro batido, ou de madeira com balaustres...”*²⁸⁸. E, segundo ele, foi assim que, na arquitetura brasileira, o tradicional foi se misturando ao estrangeiro e sendo assimilado e admirado pelo povo. *“Em 1860, um engenheiro inglês fez no Rio algumas casinhas em estilo gótico. Dessa época em diante, o povo passou a achar as janelas góticas as mais lindas do mundo. O mau veso de adotar os estilos estranhos à tradição nacional é coisa inveterada na alma do povo”*²⁸⁹.

Acreditava que as obras deveriam atender as necessidades da região, oferecer conforto além de beleza. E criticava os arquitetos modernos, cuja maioria estudava fora do país, por trazerem para as novas construções brasileiras influências externas. *“O Brasil, país imenso, possuidor de variadas nuances climáticas não podia impor ao seu território um único tipo de arquitetura, como teria por certo desejo o colonizador luso, por isso que, os sistemas construtivos, que formam a base das arquiteturas de raça dependem, antes de tudo, da ocorrência ou predominância dos elementos naturais de cada região particular”*²⁹⁰.

Por causa de sua postura contra o modernismo e sua enfática defesa da arquitetura tradicional, José Mariano passou a ser atacado por muitos críticos, inclusive colegas da Sociedade Central de Arquitetos e da Escola Nacional de Belas Artes. Daí em diante, até mesmo suas contribuições à arte e arquitetura pareciam ser esquecidas. Entre elas, em 1921 José Mariano promoveu o Prêmio Heitor de Melo, publicado pela Revista Arquitetura no Brasil.

“O ilustre crítico de arte Dr. José Marianno Filho, o grande batalhador em prol da boa architectura, e um apreciador extraordinário da bellezas escondidas do nosso estylo colonial, no intuito louvável de incrementar os estudos preliminares tendentes á criação de um typo de architectura nacional, inspirado diretamente naquele estylo tradicional, resolveu instituir um premio annual a que denominou de Heitor de Mello, conferindo em concurso publico julgado pelo Instituto Brasileiro de Architectos, aos três concurrentes que

²⁸⁸ MARIANO FILHO, 1943b, p. 32. APUD Wilson Ricardo Mingorance.

²⁸⁹ MARIANO FILHO, 1942b, p. 119. APUD Wilson Ricardo Mingorance.

²⁹⁰ MARIANO FILHO, 1931, p. 11-12. APUD Wilson Ricardo Mingorance.

melhores projectos apresentarem dentro do estylo indicado, e de accôrdo com o programma estabelecido. Para esse fim enviou o Sr. José Marianno Filho ao presidente do Instituto de Architectos a seguinte carta:

Ilmo. Snr. Prof. Gastão Bahiana.

No intuito de incrementar os necessários estudos preliminares para a criação de um typo de architectura nacional inspirada directamente no estylo tradicional atravez das construções architectonicas sacras e civis praticadas no Brasil durante o período colonial, sob a direção artística dos missionários Jesuitas, resolvi instituir três prêmios, um de um conto e quinhentos, um de um conto de réis, e outro de quinhentos mil réis, para os projectos classificados respectivamente em 1º, 2º e 3º lugares pelo Instituto Brasileiro de Architectos em concurso publico numa das salas da Escola Nacional de Bellas Artes, por ocasião do Salão annual do ano corrente.

Tratando-se essencialmente da reconstituição de uma estylo architectonico com a representação de todos os característicos tradicionaes, desejo que os concurrentes ao referido certamen estejam estrictamente de accordo com as seguintes indicações:

Projecto de habitação domestica para arrabalde, constando de rez do chão e um pavimento superior, em terreno de 20 metros de frente por 50 de fundo. Orçamento: cem contos de réis.

a) - Todos os motivos architectonicos, quer decorativos, quer constructivos, deverão ser inspirados exclusivamente em modelos preexistentes no Brasil, atravez da architectura característica da epocha colonial.

b) - Todos esses motivos terão igualmente um tratamento arquitetônico tradicional (colunas galbadas, arco abatido das arcadas, açoutamento dos telhados, largura dos vãos, etc);

c) - Uso exclusivo da ordem toscana nas composições.

d) - Mão de obra (aparelho) igualmente de acordo com as praxes, tradicionais (enxilharia de granito, estuque, chãos, etc).

e) - Adaptação perfeita ás condições da vida moderna de acordo com as exigências das posturas municipais.

f) - Os projetos aprovados ficarão pertencendo á Sociedade Brasileira de Belas Artes, que os venderá em leilão publico, nesta cidade trinta dias depois do encerramento do respectivo

Salão, aplicando como melhor lhe parecer a soma que tiverem alcançado, em favor do patrimônio da mesma Sociedade.

Deixando ao alvitre de V. S. a organização e abertura da concorrência, e bem assim o julgamento dos respectivos projetos executados de acordo com as indicações acima mencionadas, confio plenamente no êxito desse modesto certame, do qual poderá resultar o favor publico por um assunto de grande relevância para a arte brasileira.

Queira V. S. aceitar os protestos de alta consideração

doAmdr. Attº e Obgº

José Marianno Filho”²⁹¹.

Grifamos algumas partes para destacar as honras concedidas à José Mariano pelo presidente do Instituto Brasileiro de Arquitetos Gastão Bahiana: “O ilustre critico de arte”, “grande batalhador em prol da boa architectura”, “apreciador extraordinário da bellezas escondidas do nosso estylo colonial,” “intuito louvável de incrementar os estudos”. E também para destacar a importância que Mariano dava para a fidelidade ao modelo tradicional: “deverão ser inspirados exclusivamente em modelos preexistentes no Brasil, atravez da architectura característica da epocha colonial.” E, finalmente, para lembrar as características desse estilo tradicional, ou neocolonial, segundo Mariano: “columnas galbadas, arco abatido das arcadas, açoutamento dos telhados, largura dos vãos, etc”.

Em uma de suas defesas ao estilo neocolonial José Mariano disse: “*O neocolonial deve, e pode exprimir novas formas dentro do espírito que elle representa. Eu tenho para mim que uma grande parte do desfavor publico acerca do estylo colonial provem de grosseiros preconceitos fáceis de remover. Apresentar o neocolonial com a roupagem do século XX seria um anachronismo inexplicável. A língua vernácula do século XVII não é a mesma que se falava ou escrevia no começo do século XVII*”²⁹².

Mariano defendeu a arquitetura tradicional não somente para monumentos públicos ou grandes obras, mas também para as construções mais simples como as residências, como já observado. Admitia que as características principais da arquitetura tradicional brasileira não estavam na parte ornamental, mas sim na estrutural, e que os arquitetos alegavam que tais

²⁹¹ Revista de Arquitetura no Brasil, 1921, p. 38-39. Wilson Ricardo Mingorance. Op. Cit.

²⁹² REVISTA DE ARCHITECTURA NO BRASIL, 1921, p. 45

construções seriam custosas mas que esse não era o real motivo para a negação do estilo, e sim o fato de quererem representar aqui o estilo europeu.

Esse estilo tradicional defendido com tanto zelo se referia, como já mencionado, ao estilo colonial adaptado. Isso porque mesmo que a arquitetura portuguesa tenha se adaptado as condições climáticas e geográficas do Brasil, era inevitável que sofresse influências ao longo do tempo. “Assim, ao se defrontar com o problema arquitetônico brasileiro, não teve o colono português a mais leve hesitação. Conhecia-lhe a medicina conveniente”²⁹³. Como exemplo oposto, tivemos a colonização holandesa no nordeste brasileiro, cuja influência na arquitetura não foi significativa como a portuguesa. Durante 46 anos a Holanda dominou Pernambuco mas talvez a fraca influência tenha acontecido porque, segundo Mariano, perceberam que as construções portuguesas que ali existiam estavam muito mais adaptadas à região do que estariam as de estilo holandês²⁹⁴. E quando se remete a finais do século XVI, Mariano consegue nos mostrar traços da mistura do estilo português com elementos indígenas, como por exemplo as “grandes casas apalaçadas” que tinham paredes de barro com taipas²⁹⁵.

A dinâmica entre governo e iniciativa privada também esteve presente em suas críticas. Não desmerecendo a busca dos homens de negócio por estilos arquitetônicos mais simples e mais baratos, ele chamou atenção para que o governo não se deixasse levar por essa lógica econômico industrial, incentivando para que limitasse a exploração industrial arquitetônica às casas simples construídas em bairros pobres (conjuntos habitacionais), hotéis ou apartamentos²⁹⁶, e que nos edifícios públicos a tradição fosse representada. “A desnacionalização pela arquitetura não encontrando a menor **resistência oficial**, realiza pouco apouco a sua obra de destruição”²⁹⁷.

Em outro artigo onde também critica a postura do Estado frente a iniciativas arquitetônicas, destaca a indevida atuação de ministros em tais empreendimentos, alegando que o Estado deveria interferir já que tais indivíduos não possuíam a formação ou capacitação necessária para tais influências²⁹⁸.

²⁹³ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo “A lição do passado”, p. 9.

²⁹⁴ José Mariano Filho. Op. Cit. p. 9

²⁹⁵ José Mariano Filho. Op. Cit. p. 10

²⁹⁶ José Mariano Filho. Op. Cit. Art: “A duplicidade do problema arquitetônico nacional”; p. 11

²⁹⁷ IBDEM, p. 12. Grifo nosso.

²⁹⁸ José Mariano Filho. Op. Cit. “ Verbiagem inútil”; p. 86

Outra característica que observamos nas publicações de Mariano, é que ele não poupava seus opositores. Além da rispidez com que os tratava, como veremos nas citações no final deste capítulo, ele não deixava de citar nome e sobrenome daqueles que criticava. Na crítica ao arquiteto Enéas da Silva, por exemplo, responsável pela construção das escolas municipais da cidade, Mariano escreve um artigo para refutar o memorial de justificativas que o arquiteto havia escrito para justificar suas ações, cujo título nomeou de “Um insulto ao bom sendo”²⁹⁹.

Outro nome citado por Mariano em suas críticas foi o de Lúcio Costa. No artigo “Revoltante Mistificação”, menciona a mudança de lado a que Lúcio Costa teria optado, sendo tradicionalista “*sorratamente se comprometeu com os moços literatos, que pretendem melhorar à moda Eneas (...) o problema arquitetônico nacional*”³⁰⁰. Acusa-o de, apesar de não ter aderido ao movimento de arquitetura comunista, ter iniciado o processo que os jovens arquitetos continuaram, o “estilo sem pátria”.

Como crítico da arquitetura moderna, conseguia entender que esta era fruto das inovações tecnológicas, mas não conseguia aceitar a separação entre arquitetura e arte. “*A arte de construir só foi realmente arte enquanto o arquiteto, agindo como artista, ideou as casas com beleza. No dia em que esse propósito foi, não esquecido, mas estupidamente sacrificado, a arquitetura, reduzida ao problema construtivo, passou a ser matéria da engenharia (...) o estilo moderno (...) poderia ter-se expressado de modo diverso dos demais estilos, sem abdicar do apanágio da arte (...)*”³⁰¹. Para Mariano, arquitetura e arte deveriam andar juntas, mas suas críticas em relação a esses dois pontos culminavam no problema político.

Para finalizar o capítulo citaremos alguns trechos de falas de José Mariano Filho que expressam, sob nosso entendimento, tanto a ênfase dada pelo crítico à importância do resgate do estilo neocolonial, que ele chama de tradicional, quanto a sua ousadia em falar com ou sobre qualquer indivíduo que se opusesse a ele ou que o criticasse, sendo eles políticos, arquitetos, ou qualquer outra figura de destaque naquela sociedade. Os grifos são nossos.

“*Nunca o homem esteve, sob o ponto de vista técnico, melhor aparelhado do que nos nossos dias. E é doloroso afirmar que nunca ele se mostrou mais estúpido que agora.*”³⁰².

“*Esse mau gosto, misto de estupidez e jactância rastaqüera, esse sim, é nosso*”

²⁹⁹ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Um insulto ao bom senso”; p. 79-82.

³⁰⁰ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Revoltante Mistificação”; p. 78

³⁰¹ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Arquitetura Moderna”; p. 19

³⁰² José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Arquitetura moderna”; p. 20

“Aquele ridículo castelinho medieval (...) nunca deixará de ser um intruso.

Arquitetura postiça, sem compromissos com o passado”.³⁰³

*“Não se pode exigir **desculpa mais ridícula** para os desmandos decorativos(...)”*

*“Para estes, todo o interesse se resume em fazer **teatrinhos grotescos**, com estatuetas e azulejos”.*

*“(...)os derrotistas, os invejosos, os profiteurs da ignorância pública (...) sentençazinhas do tamanho do calibre de **sua cabeça microcéfala** sobre o malsinado estilo”.*

“(...) o bungalow, que é um gênero de arquitetura (...) desproporcionado e deselegante (...) Um desenhista curioso copia as fachadinhas de qualquer um deles por alguns patacos, e o construtor boçal do bairro lhe assume a responsabilidade (...)”.

*“Essa gente complica propositalmente as coisas para depois bradar que o estilo brasileiro (...) exige mais acabamento que os outros”.*³⁰⁴

*“Dentro de cinquenta anos, se os homens que fazem política **tiverem tempo de ler com atenção os trabalhos de sociologia e de história do Brasil**, talvez a nação brasileira retome o caminho perdido”*³⁰⁵.

*“O **estilo sem pátria** se alastrou pela cidade. Veio a sarna dos arranha-céus ultra econômicos(...)”.*

*“Ensinei mais que os portugueses, **mesmo os mais estúpidos** (...) que de todas as cores do espectro a cor branca é a que mais repele os raios solares”*

*“E tão **perturbado** está, e nervosinho o Sr. Enéas, que tem o **despudor** de dizer que as cores da Escola Pedro Ernesto (verde encarnado) são as que mais condizem com a paisagem brasileira!”*

*“Se tu soubesses o risco que corre uma criança brasileira, **obrigada a habitar as assadeiras coloridas** do arquiteto Eneas, tu porias, no mínimo as barbas de molho”*³⁰⁶.

*“O **desastrado** arquiteto Enéas Silva (...) acusações formais que lhe foram feitas, a propósito da construção dos **transatlânticos de cimento armado**, destinados às escolas municipais (...) se procura inocentar, desenvolvendo para tanto uma série de **argumentos simplesmente infantis.**”*

³⁰³ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “A casa brasileira”; p. 5-6

³⁰⁴ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Falsos argumentos”; p. 6,7,8

³⁰⁵ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “A duplicidade do problema arquitetônico nacional”; p. 12

³⁰⁶ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Revoltante mistificação”. p. 78

“Enéas se supões especialista em escolas, porque lhe deram uma encomenda grande deste artigo. Se lhe tivessem encomendado um quartel, ele se consideraria sem demora especialista em quartéis. Que criatura feliz!”³⁰⁷.

5.O legado da Exposição

Em dezembro de 1923, ainda se ouvia falar da Exposição Internacional. Desde meados desse ano os diplomas e premiações aos participantes foram entregues, em nota no Diário Oficial em dezembro o encarregado do expediente da Exposição, Sr. Arno Conder, dava os últimos prazos para qualquer reclamação quanto ao texto dos diplomas³⁰⁸.

*“Foi o ano de 1922, para esta companhia, de intenso e indefeso **labor patriótico**, e nele, como símbolo de consagração nacional a nossa maior data, lhe foi ainda reservado traçar um arco de **aliança e comunhão intelectual entre todos os povos irmãos do Novo Mundo**, expresso Congresso Internacional de História da América, há pouco reunido por iniciativa desse instituto. Observou-se o belo programa comemorativo do 1º Centenário da nossa emancipação política, que o instituto impôs, e que cogitava desde 1898 (...) e convocando o Congresso Internacional de História da América, **de onde resultarão por certo os mais promissores frutos de cordialidade espiritual entre os países do novo continente.**”³⁰⁹*

Essas são as palavras do Sr. Conde de Afonso Celso, presidente do instituto, em nota no Diário Oficial, pelo 84º aniversário do Instituto histórico e geográfico brasileiro, em finais do ano de 1922. Apesar de destacar os trabalhos do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, podemos identificar em sua fala algumas palavras que reafirmam algumas das ideias ditas aqui sobre o evento. Estas são “labor patriótico”, “consagração nacional”, “comunhão intelectual”, “povos irmãos”, “cordialidade espiritual”.

Depois de passados os primeiros festejos e toda a empolgação que o início de um evento proporciona aos participantes e observadores, podemos ver que a mensagem principal não foi esquecida. Essa comunicação com outros países e intensificação de relações, que

³⁰⁷ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “Um insulto ao bom senso”. P. 79,80

³⁰⁸ Diário Oficial, 28 de dezembro de 1923. Em <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2220931/pg-27-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-28-12-1923/pdfView>

³⁰⁹ Diário Oficial, 12 de novembro de 1922. <http://www.jusbrasil.com.br/diarios/2083223/pg-33-secao-1-diario-oficial-da-uniao-dou-de-12-11-1922/pdfView> . Grifo nosso.

foram não somente comerciais mas também intelectuais, ficou como legado. O Brasil promovera pela primeira vez uma Exposição Internacional e não deixou a desejar nas construções³¹⁰, na organização e nem na recepção aos visitantes. Apesar dos problemas existentes e as conseqüentes insatisfações, principalmente por parte da população pobre afastada, o estrangeiro saía do Brasil com a impressão de que o país havia se desenvolvido e que era capaz de evoluir ainda mais, principalmente se aliado a outro.

Por outro lado, as demolições de alguns dos pavilhões construídos para a Exposição representam, ao nosso entender, uma prática comum no Rio de Janeiro desde meados do século XVIII, um ciclo de construções e demolições de edifícios e monumentos que se tornam e deixam de ser importantes em um período de tempo muito curto³¹¹. Em 16 de julho de 1923 o Ministro da Justiça e Negócios Interiores autorizava o início das demolições no recinto da Exposição³¹². A começar pelos pavilhões estrangeiros, a maioria foi demolida e outros foram reaproveitados, mas, nem todos por muito tempo. O pavilhão tchecoslovaco foi doado e utilizado por alguns anos como sede da rádio sociedade, o pavilhão da Noruega e o da Inglaterra também foram doados ao Governo Federal, o da Dinamarca vendido ao governo do estado do Rio de Janeiro, o dos Estados Unidos se tornou a embaixada americana no Brasil e é hoje o consulado, e o pavilhão da França foi doado para a academia de letras³¹³.

O exemplo do Palácio Monroe representa bem essa ideia de ciclo de demolições e construções. No Guia Oficial da Exposição³¹⁴ está a seguinte descrição:

“Este palácio, que é a reprodução definitiva do pavilhão do Brasil na exposição de 1904, de Sant Louiz, Estados Unidos, foi incorporado ao recinto da Exposição do Centenário. Nele funcionou o 2º Congresso Pan-Americano. Durante muitos anos serviu de sede a Câmara dos Deputados. No 1º andar ficam os escritórios da Comissão Executiva da Exposição. No 2º pavimento, os salões de festas e recepções. No pavimento térreo se localiza o Bureau Oficial de Informações da Exposição.”

A cada mandato, de acordo com o poder que lhes é conferido, os novos governantes e seus assessores “encontram motivos” que justifiquem a construção ou reconstrução de uma imagem do país que tem como necessidade “primordial” a modificação das cidades, e essas

³¹⁰ As fotos dos pavilhões nacionais estão em anexo.

³¹¹ Não que em nossa opinião haja uma validade para existência de um patrimônio, pelo contrário, somos a favor da preservação a todo custo.

³¹² Thaís Rezende da Silva de Sant’ana. Op. Cit. p. 97.

³¹³ Thaís Rezende da Silva de Sant’ana. Op. Cit. p. 90.

³¹⁴ Guia Oficial. Op. Cit. p. 19

modificações nunca são apenas acréscimos, mas sim extinções do antigo para ascensão do novo. E o exemplo disso já foi dito no presente trabalho, pois a própria Exposição, uma iniciativa de modernização do país, foi construída sobre as ruínas do Morro do Castelo.

“Existem aí, efetivamente, importantes e opulentas construções. Até a bem pouco tempo, era um dos bairros mais aristocráticos e mais agradavelmente pitoresco da cidade ... Mas a atração de novos bairros à beira do Oceano provocou o êxodo da população rica e os poderes públicos desinteressaram-se deste bairro, descuidando-se do revestimento das calçadas, do abastecimento d’água, da iluminação pública e presentemente, os caminhos de acesso são raros e muito maus para automóveis, e os transportes em comum, precários e insuficientes³¹⁵”.

A fala de Alfred Agache citada acima foi dita em m 1927 quando se referia à Santa Teresa, cidade próxima do centro que, de acordo com o Plano Agache, seria destinada a residências de funcionários públicos³¹⁶. Através da leitura da frase destacada podemos observar que em finais da década de 1920 se observava ainda características semelhantes às do início do século, e que se intensificaram no início da citada década, a respeito da ideia de que o governo dava prioridade de melhorias públicas a locais onde a população com maior poder aquisitivo residia é confirmada.

O Plano Agache, apesar de não ter sido implantado, dava continuidade às transformações na urbe carioca que aconteciam há tempos, mas as ideias de mudança eram bem maiores no sentido em que pretendia *“transformar o Rio de Janeiro (ou pelo menos o centro e a zona sul) numa cidade monumental, exigindo inversões públicas de vulto bastante superiores às possibilidades dos cofres municipais ou da União³¹⁷”*. Construir uma cidade monumental, grandiosa, opulenta, com certeza deveria ser um projeto custoso, tanto que Pedro Ernesto disse a respeito do projeto que *“nem em cinqüenta anos ele seria exequível³¹⁸”*. Mas o que nos chamou a atenção nessa fala foi o fato de os gastos anteriores já terem sido dispendiosos, mas a “necessidade” de construir, demolir, reconstruir não cessava.

Quando José Mariano foi informado de que seria construído em Ouro Preto um grande hotel nos moldes modernos, mesmo sendo a cidade protegida pelo SPHAN, dirigiu sua crítica

³¹⁵ Prefeitura do Distrito Federal Cidade do Rio de Janeiro: Remodelação Extensão e Embelezamento, 1926-1930, Paris, Foyer Brésilien, 1930,p.190-191. Em Maurício de Abreu. Op. Cit. p. 87. Grifo nosso.

³¹⁶ Maurício de Abreu. Op. Cit.p. 87

³¹⁷ Maurício de Abreu. Op. Cit. p. 86. Grifo nosso.

³¹⁸ Maurício de Abreu. Op. Cit. p. 86

dizendo que “(...) *Certamente não faltarão lugares para a construção de edifícios públicos inspirados na arquitetura comunista. A cidade de Goiânia, por exemplo, está em matéria de arquitetura, mais longe do sentimento nacional, do que certas cidades da península ibérica.* (...)”³¹⁹. Essa fala representa para nós a confirmação da afirmativa já mencionada a respeito da centralização das obras em cidades de destaque como o exemplo do Rio de Janeiro, deixando muitas vezes outras cidades com mais necessidade e até mesmo investidores disponíveis sem atenção necessária nesse sentido.

A Exposição Internacional do Rio de Janeiro de 1922 não foi esquecida. Em 2012, por exemplo, uma mostra em comemoração aos 90 anos da Exposição foi promovida no Rio de Janeiro, cuja curadora foi Ruth Levy, na qual a história do evento foi contada através de fotografias, revistas, moedas comemorativas e outras publicações da época³²⁰. Em depoimento a respeito da mostra, a própria curadora mencionou a demolição de alguns dos pavilhões da Exposição, mas queremos finalizar essa parte dizendo que, apesar dessas demolições, o que restou da Exposição, tanto fisicamente quanto em memórias (fotografias, artigos publicados, selos, convites, medalhas e outros objetos) nos permite compreender a grandeza do evento e também as iniciativas dos políticos em função dele.

Em um ano em que acompanhamos as modificações feitas na cidade do Rio de Janeiro, e outras do país, em função de sua preparação para a Copa do Mundo, podemos ter o privilégio de fazer uma comparação entre essas iniciativas e as ocorridas em 1922. Construções, demolições, restauração, protestos, debates políticos, críticas, publicações, gastos exorbitantes e, principalmente, a necessidade de mostrar um Brasil evoluído e moderno para o mundo foram realidades vividas em ambas as décadas.

³¹⁹ José Mariano Filho. Op. Cit. Artigo: “La Chaperon Rouge”. P. 128.

³²⁰ <http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-05/mostra-no-rio-resgata-clima-da-exposicao-do-centenario-da-independencia-em-1922>

Conclusão

No presente trabalho utilizamos como principal fonte histórica os discursos políticos ocorridos no Rio de Janeiro entre 1921 e 1922 e as críticas publicadas por José Mariano Filho entre as décadas de 1920 e 1940. Através dos estudos de Pocock sobre a análise do discurso político pudemos perceber dentro desses discursos que o grupo que representava politicamente a nação daquele período era formado por indivíduos que buscavam dar continuidade a iniciativas anteriores de remodelação da cidade. Ainda que sob novos pontos de vista que culminaram em novos projetos, os debates sempre se referiam à transformação da cidade do Rio de Janeiro como fator primordial.

Dentro dos discursos dos médicos e higienistas a necessidade de transformação poderia estar diretamente ligada à higiene, entre críticos e artistas poderia estar ligada à estética e à tradição, entre arquitetos e engenheiros poderia estar ligada a técnicas avançadas e à modernidade, e entre os políticos poderia estar ligada a maior inserção do país no mercado exterior e ao estreitamento de relações comerciais, mas, todas essas motivações que levaram esses grupos a defenderem a transformação da cidade acabavam por estar ligadas. Mesmo discordando entre si e sem saber, esses grupos faziam parte de um só grupo, maior e mais forte, que era o grupo daqueles que apoiavam a valorização do nacional. É claro que mostramos aqui as várias vezes em que discordaram a respeito do que seria tradicional ou não, mas, de qualquer forma, discordâncias à parte, o que se deu foi uma corrida contra o tempo e em direção ao progresso.

Em um país grande, de população numerosa, clima variado e de terras férteis, a agricultura havia se tornado, há tempos, a principal atividade econômica. Seria, no mínimo, curioso que em uma Exposição Internacional se mostrasse riquezas minerais, e indústrias extrativas de origem vegetal, se não soubéssemos que essa mesma exposição fora realizada em um país que há apenas um século era independente, e que nessa mesma exposição haveria mostras de tecnologias avançadas e produtos químicos. Era um Brasil que poucos conheciam. O Brasil de 467 usinas hidrelétricas e rede telegráfica com extensão de 57.566.801km e muito mais.

Dentro desse contexto a questão da proteção ao patrimônio histórico aparecia como um assunto delicado. Em uma realidade onde as demolições de monumentos históricos já haviam sido feitas aos montes, nos debates políticos quase não se verificou a palavra

proteção. Parecia até que ela não existia. A preocupação com o estilo arquitetônico a ser adotado nas novas construções era muito mais debatida, principalmente nos discursos de José Mariano, do que questões como “o que faremos com aquela igrejinha antiga localizada bem no meio do projeto da nova avenida”. As palavras demolir e construir pareciam ser muito mais apropriadas do que conservar, contrastando com aquela defesa das tradições nacionais. Isso sem falar na questão econômica, pois não tivemos a “oportunidade” de estudar uma comparação de custos entre restaurar e conservar um monumento e construir um novo, mas podemos supor que o segundo caso seria muito mais custoso.

Diante das críticas de Mariano e o caloroso debate no qual elas se inserem, concluímos que, no período as bases para a elaboração de um plano nacional de proteção patrimonial estavam sendo lançadas. Dentro desse debate o que se afirmou como base foi a interpretação e defesa daquilo que os atores entendiam como tradição. Fato que também reafirma a ideia de que o nacionalismo influencia além dos círculos políticos. Está inserido em tudo, por isso o nome se refere à tradição, ao cotidiano, ao povo, à história.

Dessa forma, não haveria outra maneira de se identificar ou, no caso de Mariano, reinventar ou redescobrir tradições dentro daquele contexto de remodelação e “redescobrimto” de uma nação que sob um ponto de vista era nova, mas sob outro era uma velha nação cheia de história e autonomia no que tange a suas capacidades em geral.

No meio de tudo isso estava a população pobre, jogada de um lado para o outro sem poder fazer muita coisa. Os operários, que alcançavam um número cada vez maior devido ao esvaziamento das áreas rurais, eram afinal uma parte de suma importância daquele contexto de modernização. Eram eles quem iriam para as fábricas, operar as máquinas e trabalhar em tudo aquilo que o país chamava de novo. Mesmo assim, não foram poupados de infortúnios, injustiças e exploração. Parecia até que não faziam parte de toda aquela tradição que estava sendo destacada, ou encontrada.

Parece paradoxal que um país de mais de quatrocentos anos de descoberta, buscasse, naquele momento, por tradições. Elas estavam ali, nos monumentos, no dia a dia, na cultura popular, na história. Consideramos agravante o fato de não ter havido consenso quanto a isso. O próprio debate quanto ao que era tradicional e o que não era significou, ao nosso ver, essa falta de identificação, por parte dos atores principais, com sua pátria. Nas palavras de Vespúcio de Abreu, em 26 de setembro de 1921, destacaremos novamente a frase “*raça que*

pela sua solidariedade há de conservar sempre o brilho que herdou dos seus antepassados” para reafirmar tal ideia.

Contradição que pôde ser observada na nova imagem da cidade que representaria toda a nação diante do mundo, a capital do Brasil, a cidade do Rio de Janeiro, que tomava uma forma exuberante onde a dialética entre o antigo e o novo fora pouco respeitada. Contradição que também pôde ser observada no próprio evento, onde as novas construções, apesar de imponentes, modernas e belas, variavam em estilos arquitetônicos de influência européia e brasileira.

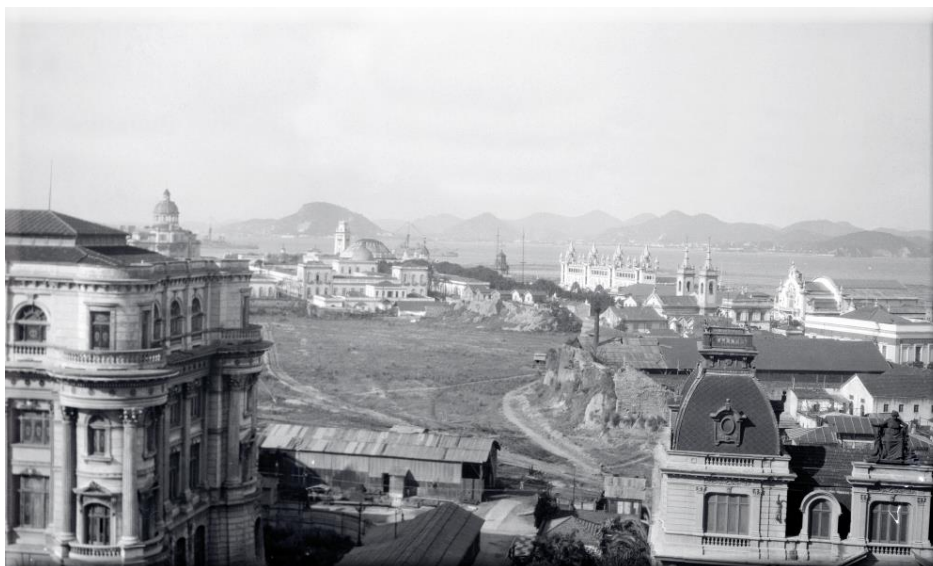
E, principalmente, contradição que pôde ser observada na luta de José Mariano Filho pela valorização da tradição nacional que ele identificou, como vimos, na arquitetura de estilo jesuítico, adaptada às condições nacionais e utilizada desde meados do século XVI. Dizemos contradição devido ao fato de ter esse ator lutado por uma corrente que era desprezada pelas sociedades artísticas e arquitetônicas e também, e principalmente, pela comunidade política, capaz de pôr em prática projetos e leis que perpetuassem e guardassem essa tradição.

Ficando como exemplo para nós, que dentro de um contexto de debates e iniciativas feitas em direção à valorização e destaque da nação, principalmente frente ao mundo, não há uma padronização das ideias nem os atores concordam em tudo. Pelo contrário, a luta pela escolha da tradição sempre esteve permeada de diferentes opiniões e variados grupos cujas influencias para formação de suas ideias vinham de diferentes lugares e situações. Contribuindo cada grupo de uma forma diferente e não menos importante para a elaboração e execução de planos que levam à organização da tradição, entendemos que no final, prevalece aquele que melhor se encaixar não somente na história do país como a princípio parece ser a melhor escolha, mas também aqueles que melhor se adaptarem às exigências e necessidades daqueles que detém o poder.

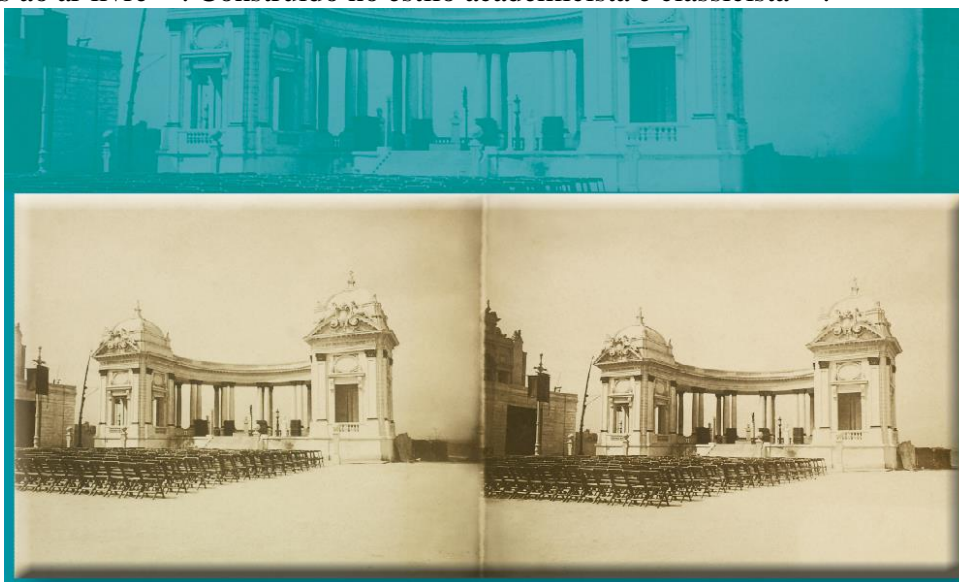
Anexos

Estilos arquitetônicos das construções da Exposição

Imagem aérea da área ocupada pela Exposição Internacional de 1922³²¹.



Pavilhão de música: Onde aconteciam os concertos, a programação musical e outras atividades ao ar livre³²². Construído no estilo academicista e classicista³²³.

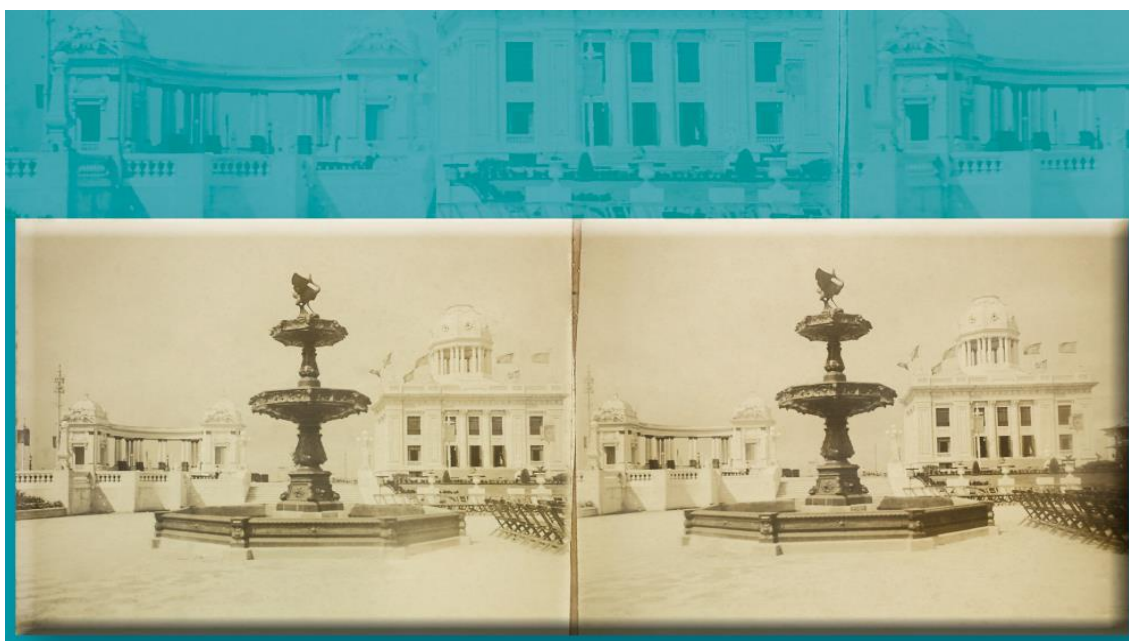


³²¹ Fonte: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

³²² Fonte: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

³²³Fonte: SANT'ANA, Thais Resende da Silva de. A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2008. P.76 nota.

Praça dos Estados: localizada no setor norte da Exposição. Do lado esquerdo o Pavilhão de Música e do lado direito o Pavilhão de Estatística³²⁴.



Parque de diversões: com mais de 30 edificações com estilo eclético³²⁵.



³²⁴ Fonte: <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

³²⁵ Thaís Rezende. Op. Cit. P.71

Pavilhão de estatística foi construído no estilo Luís XVI³²⁶ e, à direita, o **Pavilhão de caça e pesca**, que foi construído no estilo colonial³²⁷.



Pavilhão dos Estados: estilo Renascença Francesa³²⁸.



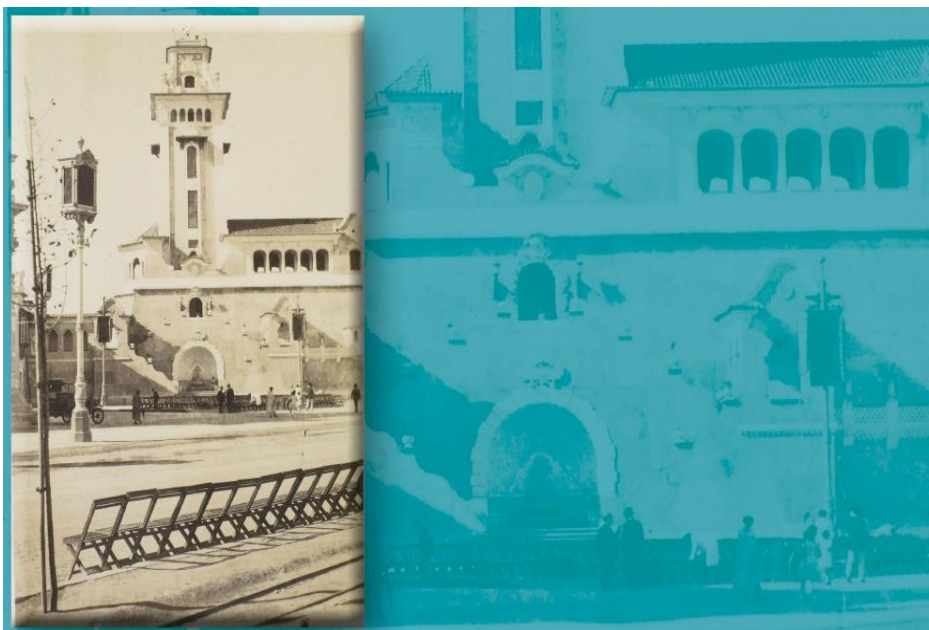
³²⁶ O estilo Luiz XVI, segundo José Mariano Filho, “avassalou o mundo, criando um padrão de beleza universal. O primeiro Império Francês impôs o neo-clássico”. JMF. P. 128. Thaís Rezende. Op. Cit. P. 69

³²⁷ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 75

³²⁸ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 67. Foto:

<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

Pavilhão de Grandes Indústrias: O complexo de edificações formado pelo antigo Arsenal de Guerra, pela Casa do Trem e Forte do Calabouço foi reformado para a exposição de 1922 e abrigou o Palácio das Indústrias. Havia uma seção dedicada aos tecidos, móveis, bebidas, entre outras atividades. Estilo neocolonial³²⁹.



Pavilhão de Pequenas Indústrias: Estilo neocolonial³³⁰.



Pavilhão das Pequenas Indústrias / Malta – 1922 (MHN)

³²⁹ <http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

³³⁰ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 69. Foto:

http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/expo_1922_arquivos/malta_1922_07.jpg

Pavilhão de Festas: estilo neoclássico³³¹.



Porta Colonial ou porta norte: estilo neocolonial³³².



³³¹ Thaís Rezende. Op. Cit. P.73. foto:
<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

³³² Thaís Rezende. Op. Cit. P. 76,nota. Foto:
<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

Pavilhão da administração do Distrito Federal: renascença Italiana³³³.



Pavilhão da Administração / Malta – 1922 (MHN)

Pavilhão de estatística: estilo Luiz XIV³³⁴.



Pavilhão da Estatística / Malta – 1922 (MHN)

³³³ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 76.nota. foto:

http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/expo_1922_arquivos/malta_1922_08.jpg

³³⁴ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 69. Foto:

http://www.dezenovevinte.net/arte%20decorativa/expo_1922_arquivos/malta_1922_09.jpg

Palácio Monroe: Abrigava a Comissão Executiva da Exposição do centenário, Foi projetado em 1903 para abrigar o pavilhão do Brasil na Exposição Universal de Saint-Louis, nos Estados Unidos, e depois foi transferido para o Rio de Janeiro. Entre 1914 e 1922 abrigou diversos órgãos, entre eles a câmara dos deputados, até a inauguração do palácio Tiradentes. Depois da inauguração deste, e o fim das comemorações do primeiro centenário, passou a ser sede do Senado Federal, até a transferência definitiva para Brasília³³⁵.



Pavilhão da viação e agricultura: estilo neocolonial³³⁶.



³³⁵<http://www.exposicoesvirtuais.arquivonacional.gov.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?sid=257>

foto: www.camara.gov.br

³³⁶ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 70.

Pavilhão de Campinas: construído no estilo colonial³³⁷, foi o único pavilhão que representava exclusivamente uma cidade brasileira.



³³⁷ Thaís Rezende. Op. Cit. P. 65

Fontes

Anais da República. [WWW.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Diário Oficial. [WWW.hemerotecadigital.com.br](http://www.hemerotecadigital.com.br)

Jornal do Brasil. [WWW.hemerotecadigital.com.br](http://www.hemerotecadigital.com.br)

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional [WWW.iphan.gov.br](http://www.iphan.gov.br)

José Mariano Filho. A margem do problema arquitetônico Nacional. Rio de Janeiro. 1930.

Fotografias:

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon325335/icon325335.pdf

Bibliografia

ABREU, Maurício de Almeida. A evolução urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Instituto Pereira Passos, 4ª edição. 2013.

ATIQUÉ, Fernando. Celebrando (com) o Tio Sam: A Exposição do Centenário da Independência do Brasil e os Estados Unidos. http://pterodactilo.com/numero10/?p=2516#_ednref17

BENCHIMOL, Jaime Lerry. Pereira Passos: Um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e informação cultural, 1992.

CARVALHO, J.M. Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi. Companhia das Letras, São Paulo, 1987, cap IV.

CHOAY, Françoise, 1925. A Alegoria do Patrimônio; tradução Luciano Vieira Machado. 4ª edição. – São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. Fundando a Nação: A representação de um Brasil Barroco, moderno e civilizado. Artigo, 2003.

CHUVA, Márcia. História e Patrimônio: Entre o risco e o traço, a trama. Revista do Patrimônio histórico e Artístico Nacional; n 34.

DAVATZ, Thomas. Memórias de um colono no Brasil: 1850. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia; São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1980.

DUROSELLE, Jean Batist. A Europa de 1815 aos dias atuais. 1976. Pioneira.

FLAMARION, Ciro. ARAÚJO, Paulo César. Rio de Janeiro. 1992, Fundación MAPFRE America, Madrid.

FONSECA, Juliana de Souza. Capitalidade e civilização na reforma urbana de Pereira Passos (1903-1906). Rio de Janeiro, 2007. Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de mestre, ao programa de Pós-graduação em história, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro.

FRITSCH, Winton. Apogeu e crise na Primeira República: 1900-1930. In: A Ordem do Progresso. Cem anos de política econômica Republicana. 1889-1989. ABREU, Marcelo de Paiva (org). Editora Campus.

GOMES, Ana Lúcia de Abreu. Brasília: de espaço a lugar, de sertão a capital (1956-1960). Brasília, 2008. Tese apresentada ao programa de pós-graduação em história do departamento de história da Universidade de Brasília, como requisito parcial para a obtenção do grau de título de doutor em história.

LEMOS, Carlos A. C. O que é patrimônio histórico. Ed. Brasiliense, São Paulo, 1981.

HOBBSAWM, Eric. RANGER, Terence. Eds. La invención de La tradición. Crítica.Barcelona.2002. 7. La fabricación em serie de tradicones: Europa, 1870-1914. Eric Hobsbawm.

LEVY, Ruth Nina Vieira Ferreira. A Exposição do Centenário e o meio arquitetônico carioca do início dos anos 20. Artigo.

MINGORANCE, Wilson Ricardo. Leituras de José Mariano Filho sobre a arte, a arquitetura e a cidade do século XIX no Brasil. 19&20, Rio de Janeiro, v.VIII, n 1, Jan/Jun 2013. Disponível em WWW.dezenovevinte.net/criticas/la-jmariano.htm

PELLEGRINI, Ana Carolina Santos. Quando o projeto é Patrimônio: A modernidade póstuma em questão. Tese apresentada ao programa de pesquisa e Pós-graduação em arquitetura – PROPAR – da Universidade federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de doutor em arquitetura. 2011. Faculdade de Arquitetura da UFRGS.

POCOCK, J. G. A.,1924- Linguagens do ideário político/J.G.A. Pocock; Sérgio Miceli (org) tradução Fábio Fernandes. São Paulo, EDUSP, 2003.

SANT'ANA, Thais Resende da Silva de. A Exposição Internacional do Centenário da Independência: Modernidade e política no Rio de Janeiro do início dos anos 1920. Dissertação de mestrado apresentada ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas. 2008.

VERSIANI, F.R. e VERSIANI, M.T.R.O. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição. In: VERSIANI, F.R. e BARROS, J.R.M. (org) *Formação econômica do Brasil: A experiência da industrialização*. São Paulo:Saraiva,1978.

www.unesco.org

<http://www.tj.ba.gov.br>

<http://www.dicionariodoaurelio.com>

<http://www.jusbrasil.com.br>

WWW.dezenovevinte.net

Matéria sobre a Exposição 90 anos da Exposição Internacional

<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2013-05-05/mostra-no-rio-resgata-clima-da-exposicao-do-centenario-da-independencia-em-1922>

